

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

LUIZ VICENTE JUSTINO JÁCOMO

O LUGAR DOS MORTOS E A PRESENÇA DOS VIVOS

CULTURA PROFANA E ENTRETENIMENTO EM CEMITÉRIOS PAULISTANOS

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2021

LUIZ VICENTE JUSTINO JÁCOMO

O LUGAR DOS MORTOS E A PRESENÇA DOS VIVOS

CULTURA PROFANA E ENTRETENIMENTO EM CEMITÉRIOS PAULISTANOS

VERSÃO CORRIGIDA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. José Reginaldo Prandi

São Paulo
2021

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA TESE**Termo de anuência do orientador**

Nome do aluno: Luiz Vicente Justino Jácomo

Data da defesa: 09/03/2022

Nome do Prof. orientador: Prof. Dr. José Reginaldo Prandi

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 25 de abril de 2022



José Reginaldo Prandi

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

J151 Jácomo, Luiz Vicente Justino O lugar dos mortos e a presença dos vivos: cultura profana e entretenimento em cemitérios paulistanos / Luiz Vicente Justino Jácomo; orientador José Reginaldo Prandi - São Paulo, 2021.
143 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Cemitérios. 2. São Paulo (SP). 3. Religião. 4. Secularização. 5. Mudança social. I. Prandi, José Reginaldo, orient. II. Título.

JÁCOMO, Luiz Vicente Justino. **O lugar dos mortos e a presença dos vivos:** cultura profana e entretenimento em cemitérios paulistanos. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

São duas as dimensões envolvidas na feitura de uma tese de doutorado. Em primeiro lugar, há aquela que se relaciona diretamente com o aspecto material do trabalho, o resultado final – um documento, um trabalho, algo a ser depositado, manuseado, lido e citado --; subjacentemente, há a tese enquanto etapa de um processo mais amplo, de formação e amadurecimento. Inevitavelmente esses processos se entrelaçam, confundem-se e culminam num ponto comum, em determinado momento. É neste momento que escrevo, grato pelas pessoas que me ajudaram a concluir a tese e me acompanharam nesse processo.

Renan me ajudou a pensar alguns conceitos e teorias com mais rigor, mais precisão. Companheiro de leitura e produção, ajudou-me a revisar praticamente todos os textos que já escrevi. Ele e Camila, sua companheira e hoje minha amiga, fizeram-me companhia num momento em que o sentimento de solidão estava causando certo desconforto. Gustavo, meu grande amigo e irmão, esteve ao meu lado quando precisei de teto e cuidado. Sou extremamente grato a ele e Luiza, sua companheira, pela generosidade e carinho com que me trataram. Flavia andou ao meu lado e sempre fez com que eu me sentisse menos deslocado, menos alheio. Foi sempre uma ótima companhia nas andanças pelo centro velho. Duas Julianas, Juli Kyio e Ju Sechinato, trouxeram um pouco de alegria e leveza e fizeram-me companhia nos momentos de angústias e conquistas. Vocês são muito especiais.

De Rio Claro, pessoas maravilhosas estiveram sempre presentes em meus pensamentos. Flavio, meu grande amigo, foi o elo que me permitia voltar para o interior e me sentir em casa novamente. José Luiz, Guilherme, Vitor, Cezar, Matheus, João e Bruno faziam com que eu me lembrasse como a amizade era importante para continuar a caminhada. Pedro, Bruno, Marcos e Rony foram os amigos que São Paulo me deu, com quem desenvolvi uma inexplicável identificação. Marília me deu outras pessoas para amar. Tiago, meu amigo de outras eras e outras vivências, é daquelas pessoas com quem os laços não se desfazem. Abraão, Vitor, Gustavo, Tiago, João, Rodrigo, Ricardo, Fernando, Bruno e Saulo são os companheiros que trago da fase mais especial de minha vida. Amo vocês todos. Em verdade, sou muito privilegiado.

Tive professoras e professores que marcaram minha vida em definitivo. Ricardo é meu exemplo de rigor intelectual e generosidade. Serei eternamente grato pelo aprendizado e pela compreensão nas fases difíceis. Brenda foi a pessoa com quem mais tive prazer de trabalhar, e seria impossível tentar descrever o quanto aprendi em sua companhia. André Ricardo vem participando da minha formação desde o princípio, sempre me ajudando com suas impressões

e interpretações. Ter vocês na minha banca de defesa é uma alegria e uma honra. José Magnani muito gentilmente aceitou meu convite para participar da arguição, convite que foi motivado pela admiração com a qual observo seu trabalho há tanto tempo. Célia, João Luiz e Massimo foram aqueles que acompanhei na transição da pós-graduação para a atuação docente, sempre na torcida. A todos e todas, obrigado, obrigado, obrigado!

Reginaldo foi o meu mestre maior, a referência intelectual e pessoal mais marcante. Não conheço pessoa mais generosa. Não raras foram as vezes em que me percebi incrédulo, tentando entender em qual momento de minha vida tornou-se possível que eu estivesse ali, ouvindo-o falar sobre religião e sociologia ao vivo, sentado ao meu lado enquanto jantávamos ou tomávamos um café. Já não consigo dissociar minha trajetória acadêmica de sua presença, e orgulha-me sobremaneira ter sido um de seus orientandos. É, acima de tudo, um amigo e uma pessoa que amo, que calhou de ter sido meu orientador em algum momento. Obrigado pela parceira.

Rosana e Lena cuidaram de mim e me fizeram companhia. João, Amélia e Rosa me ajudaram a entender e a cuidar do corpo e da mente. Obrigado pelo suporte nesse processo. Minha família é maravilhosa e foi sempre o que me manteve em pé. Tia Cristiani, tio Erick, tio Mau, tia Selma, vô Lázaro, Bruno, Letícia, Carol, Gui, Pá, Gabi, Fernando, obrigado por tudo. Vicente, Ana, Cristina e Teodoro, amo vocês, muito. É por vocês e pra vocês, sempre.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Continuaram a andar. Um pouco adiante a mulher do médico disse, Há mais mortos no caminho do que é costume, É a nossa resistência que está a chegar ao fim, o tempo acaba-se, a água esgota-se, as doenças crescem, a comida torna-se veneno, tu o disseste antes, lembrou o médico, Quem sabe se entre estes mortos não estarão os meus pais, disse a rapariga dos óculos escuros, e eu aqui passando ao lado deles, e não os vejo, É um velho costume da humanidade, esse de passar ao lado dos mortos e não os ver, disse a mulher do médico.

(José Saramago, *Ensaio sobre a cegueira*)

RESUMO

A presente tese tem o objetivo de investigar, em uma perspectiva sociológica, as questões envolvidas na atual gestão e uso dos cemitérios, especificamente no município de São Paulo. Partindo de um dado momento, no evento chamado Cinetério, em que grupos religiosos, membros da sociedade civil organizada, administração pública e atores políticos confrontaram na justiça suas concepções de sagrado, profano e espaço público, propõe-se uma investigação acerca dos processos que possibilitaram tal impasse, especificamente o processo histórico de secularização dos cemitérios. A hipótese defendida é que esse processo impactou de forma irreversível a velha concepção desses espaços, colocando em xeque antigas e tradicionais diretrizes que tomavam as necrópoles por locais estritamente sagrados e de uso exclusivo dos mortos. Isso permitiu a emergência de novas e diferentes demandas por parte dos vivos, transformando os usos e a circulação nos espaços cemiteriais. Nos quatro anos de pesquisa em cemitérios, especialmente escolhidos por sua representatividade e importância histórica e social, foram acompanhadas atividades ligadas à música, ao cinema, ao teatro, aos esportes e, como não podia deixar de acontecer em tal de processo de mudança social, à política.

Palavras-chave: Cemitérios de São Paulo. Novos usos dos cemitérios. Cemitério e política. Religião e espaço público. Secularização.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate, from a sociological perspective, the issues involved in the current management and use of cemeteries, especially in São Paulo city. The starting point is the impasse generated by an event called Cinetério, around which religious groups, members of organized civil society, public administration and political actors started to confront, in court, their conceptions of sacred, profane, and public space. Our goal is to address the processes that made this contention possible, particularly the historical process of secularization of cemeteries. The hypothesis is that this process has deeply impacted the old conception of such spaces, putting in question old-fashioned and traditional guidelines that considered necropolises strictly sacred and for the exclusive use of the dead. This allowed the emergence of new and different demands made by those who are alive, transforming the forms of use and circulation in cemetery spaces. During the four years of this research in cemeteries, specially chosen for their representativeness and historical and social importance, we assessed activities related to music, cinema, theater, sports and, as it could not be missing from an analysis of a process of social change like the one at stake here, to politics.

Keywords: Cemeteries of São Paulo. New uses of cemeteries. Cemetery and politics. Religion and public space. Secularization.

SUMÁRIO

Prólogo	10
1. Introdução	17
1.1. A reinvenção do cemitério: os objetivos da tese	17
1.2. Procedimentos da pesquisa	19
1.3. Estrutura da tese.....	20
2. Secularização dos cemitérios no Ocidente	23
2.1. Aspectos conceituais da secularização dos cemitérios	24
2.2. A morte, os mortos e o morrer no decorrer da história.....	26
3. A dessacralização dos cemitérios brasileiros.....	33
3.1. O fim dos enterros nas igrejas e o ressurgimento dos cemitérios extra urbe.....	34
3.2. A dessacralização da morte e da destinação dos corpos.....	38
3.3. O culto aos mortos como dimensão civil e o desenvolvimento da arte tumular	40
3.4. Os cemitérios como locais de socialização, lazer e consumo.....	41
4. O Cemitério Consolação, uma história de mudança no mundo dos mortos e no mundo dos vivos.....	44
5. Os cemitérios públicos e particulares e o Serviço Funerário do Município de São Paulo .	55
6. O Cinetério: aspectos judiciais do evento no Cemitério Consolação	63
7. Programa Memória & Vida: proposta, realização e conflitos	75
8. Os cemitérios e seus usos profanos: arte, cultura e lazer.....	89
8.1. Cinema.....	89
8.2. Teatro.....	94
8.3. Música	105
8.4. Bem-estar e cidadania.....	110
9 No dia de Finados	127
10. Considerações finais	131
Lista de imagens	135
Referências	137

PRÓLOGO

Nos últimos dois anos, especificamente a partir de março de 2020, os cemitérios passaram a povoar a internet e os noticiários de televisão, e estampar as capas dos principais jornais e revistas do Brasil e do mundo. Diferentemente daquilo que se apresentava como tendência, as imagens e reportagens não narravam mais algum fato inusitado ou interessante acerca desses espaços — pessoas com o hábito de fazer caminhadas diárias no cemitério, alguma escultura tumular de valor artístico catalogada recentemente etc. —, mas refletiam, primeiro como fato, em seguida como metáfora, a escalada da pandemia da Covid-19 vivenciada em escala global.

Foi nesse contexto que a imagem aérea do cemitério da Vila Formosa, o maior da América Latina, com as covas de quadra geral abertas e perfiladas esperando os corpos serem depositados ganhou a atenção do Brasil e da imprensa mundial, ainda em abril de 2020. Na *Folha de S.Paulo*, a imagem ilustrava a matéria “Coronavírus faz famílias recorrerem a velórios online e transforma processo de luto”¹, publicada no dia 7 de abril de 2020. No *The Washington Post*, um dos jornais mais importantes dos Estados Unidos, a imagem ilustrava a reportagem cuja manchete dizia: “Contágio pode esmagar os países em desenvolvimento”.

Dois sentidos para a mesma imagem, e percebe-se que o jornal americano já usava o cemitério como metáfora do potencial letal do novo coronavírus nos países pobres. Tratava-se de conferir um sentido figurado às covas. Mas outras fotos de cemitérios apareceriam nesse mesmo período, retratando os esforços que estavam sendo despendidos no setor funerário para

¹ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/coronavirus-faz-familias-recorrerem-a-velorios-online-e-transforma-processo-de-luto.shtml>. Acessado em 30 de março de 2021.

acomodar o número crescente de corpos que se destinavam às necrópoles, corpos novos que se somavam àqueles duzentos corpos diários que chegavam aos cemitérios de São Paulo pelos motivos de sempre, pelas doenças já conhecidas e pela violência urbana vivenciada há tanto tempo.

1. Capa do jornal *The Washington Post* de 2 de abril de 2020



Fonte: matéria completa disponível em <https://www.pressreader.com/usa/the-washington-post/20200402/page/1>. Acessado em 4 de abril de 2021.

Mas a referência imagética aos cemitérios daria lugar a outras preocupações e outras questões advindas da situação pandêmica, conforme os esforços dos profissionais da saúde, dos divulgadores científicos, dos cientistas em seus laboratórios colocavam em destaque as

orientações para amenizar os efeitos da peste. Questões como o uso frequente de álcool em gel para higienizar as mãos e a necessidade de manter o distanciamento social, por exemplo, esbarravam cada vez mais em ações e discursos negacionistas por parte daqueles que deveriam oferecer soluções e diminuir os impactos negativos da doença. Eram frequentes as imagens dos frascos de álcool em gel, de pessoas usando máscaras e de locais públicos vazios no início da pandemia, representando os primeiros estímulos ao autocuidado e ao distanciamento social. Logo, tais imagens seriam substituídas por fotos de festas e aglomerações, impulsionadas em grande medida pelos apertados abraços que o presidente “desmascarado” dedicava aos seus seguidores mais fiéis, incluindo adultos e crianças, como tentativa de desacreditar o que se recomendava até então.

2. Retroescavadeiras abrindo novas sepulturas no cemitério Vila Formosa



Fonte: “Cemitério da Vila Formosa abre ainda mais covas em São Paulo”. O Estado de S. Paulo, 18 de abril de 2020 (Fernando Bizerra Jr / EFE).

Posteriormente, seriam as vacinas que assumiriam o protagonismo na representação da Covid-19 por parte da imprensa. Agulhas e seringas cheias, profissionais de saúde — médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras — aplicando injeções em pacientes esperançosos e sorridentes, frascos ilustrando o que viria a ser a vacina. Mais esperança do que realidade, era

a confiança de que a ciência e as pesquisas sérias logo nos ofereceriam algum alívio. Mas os fatos não nutrem apreço pelo desejo, e o martelar negacionista do presidente e seu entorno não cessou de colocar em dúvida os benefícios das vacinas. Ofereciam, ao contrário, os mais variados emplastos, unguentos e poções, capazes, segundo eles, de oferecer a cura antes mesmo da doença se manifestar.

Conforme avançava a pandemia e o número cada vez mais insuportável de mortos, das desnecessárias e evitáveis mortes, são as imagens dos hospitais lotados, dos pacientes pronados e intubados acomodados em corredores, dos respiradores improvisados, quando não inacessíveis, dos profissionais de saúde prostrados pelo cansaço e pela impotência que passam a representar o momento. As UTIs, devidamente aparelhadas, não comportavam mais doentes que chegavam sem parar. Testemunhas oculares de uma realidade que as teorias conspiratórias mais estapafúrdias tentavam e tentam subverter, são esses profissionais os primeiros a declarar: “O sistema de saúde está no seu limite”².

3. Vista área do cemitério Nossa Senhora Aparecida, em Manaus



Fonte: extraído de <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/03/como-o-alto-numero-de-enterros-pode-impactar-o-meio-ambiente-e-a-saude.htm>. Acesso em 3 de abril de 2021.

² Ver <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/23/pais-tem-81-cidades-com-risco-de-falta-de-oxigenio.ghtml>. Acesso em 03 de abril de 2021.

Em pouco tempo, os insumos, os medicamentos necessários para intubação, o oxigênio hospitalar, os leitos de UTI, tudo viria a entrar em colapso, a faltar, sendo a cidade de Manaus o exemplo mais bem acabado da inépcia e do descaso com a saúde dos brasileiros por parte das autoridades federais, com a crueldade de um governo cujas ações fizeram com que as pessoas perdessem até mesmo o direito a respirar. A cobertura da calamidade de Manaus, aliás, foi majoritariamente narrada em referência à falta de oxigênio hospitalar e ao colapso do sistema funerário amazonense³. Com o colapso de Manaus, o cemitério volta a ser um ator importante — e tétrico — no noticiário diário.

E é nesse momento que os cemitérios voltam ao procênio. Antes do surgimento da Covid-19, lugares cada vez mais esquecidos, menos visitados, mais evitados, menos zelados, as imagens das covas abertas por tratores prestes a serem ocupadas, dos sepultadores paramentados tal qual astronautas da peste cobertos dos pés à cabeça e dos velórios rapidíssimos e restritos à pouquíssimas pessoas, ou nenhuma, passam a ilustrar a maior parte da cobertura jornalística da pandemia. Num movimento de deslocamento — ou aprofundamento — dos sentidos, os cemitérios passam a ilustrar, por exemplo, notícias acerca da falta de leitos em hospitais. A foto de sepultadores trabalhando acompanham a notícia sobre a descoberta de uma nova variante do vírus, e assim por diante. O sentido real e o figurado se misturam, e o cemitério passa a ser definitivamente o testamento visual do fracasso da gestão pública na crise da pandemia, da incompetência mortal do governo frente à Covid-19.

Não que não haja, de fato, questões que se relacionam diretamente aos cemitérios⁴. Conforme já se anuncia nos jornais, faltam covas, faltam caixões⁵, faltam sepultadores, faltam equipamentos de segurança para os funcionários das necrópoles⁶ etc. Para parte da população, aquela mais privilegiada, mais afeita à atuária e protegida na redoma do alto poder aquisitivo e da previdência, as relações com os cemitérios constituem a menor parte do processo mortuário. O luto, historicamente abreviado ao velório e, quando muito, à visitação no Dia de Finados, é,

³ Ver, por exemplo, <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/03/cemiterio-de-manauas-tem-fila-de-carros-funerarios-e-despedidas-do-lado-de-fora.ghtml> e <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/01/16/covid-19-cemiterio-manauas.htm>, ambos acessados em 04 de abril de 2021.

⁴ Ver <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/03/10/a-pressao-sob-o-sistema-funerario-e-o-risco-de-colapso>.

⁵ Ver <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/13/com-alta-de-mortes-fabricantes-alertam-para-risco-de-faltar-caixao.htm>, acessado em 02 de abril de 2021.

⁶ Ver <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/24/representante-de-sepultadores-fala-sobre-a-situacao-dos-trabalhadores-em-sao-paulo>, acessado em 02 de abril de 2021.

para essas pessoas, a continuação protocolar em termos rituais de um processo majoritariamente burocrático. O mesmo não se pode dizer da morte indômita que a peste nos serve atualmente — a mesma morte vivenciada pelos desfavorecidos, dentro dos cemitérios periféricos, pelos submetidos à violência urbana —, aquela morte que abrevia um percurso natural, inesperada e precoce, que é da ordem da tragédia e da violência, da ruptura⁷⁸.

É essa morte que a imagética dos cemitérios no contexto atual nos faz lembrar. É ela que recoloca os sentidos dos cemitérios, substituindo no imaginário o *requiescat in pace*, de lugar calmo e de descanso, por notícias de dor e de tragédia. Não há mais tempo para descansar. Os mortos precisam ceder o seu lugar para os corpos que chegam. E são muitos os corpos que chegam. É nesse momento, por exemplo, que a prefeitura de São Paulo determina a exumação de todos os corpos enterrados nas covas rasas dos cemitérios públicos há pelo menos três anos, o tempo mínimo determinado pelas autoridades ambientais e frequentemente majorado em função do tabu que envolve interromper o sono eterno⁹. O luto, ainda que reduzido a um breve ritual, é proibido aos entes queridos que queriam se despedir¹⁰. O momento é de pressa, e o país todo é somente morte, morte sem luto e sem descanso. “O Brasil é o cemitério do mundo”, diria um embaixador estrangeiro¹¹.

Mas não é desse cemitério que trata a presente tese. A pesquisa de campo que deu origem a esta tese foi concluída cerca de um mês antes das primeiras notícias a respeito do novo coronavírus, embora o texto tenha sido redigido durante a pandemia, razão de ser do presente prólogo. A morte estava controlada, ritualizada no seu movimento de sempre, mais ou menos constante. Durante a pesquisa, o caráter trágico e fúnebre dos cemitérios era pouquíssimo acionado na imprensa. Ao contrário, o que se fazia e pensava era exatamente em como aproveitar aqueles espaços a partir de novas perspectivas, mais integrados à cidade. Como

⁷ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/coronavirus-faz-familias-recorrerem-a-velorios-online-e-transforma-processo-de-luto.shtml>, acessado em 02 de abril de 2021.

⁸ Ver <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,em-sp-risco-de-morte-de-negros-por-covid-19-e-62-maior-em-relacao-aos-brancos,70003291431>. Acessado em 01 de abril de 2021.

⁹ Ver <https://vejasp.abril.com.br/cidades/falta-espaco-sepultamentos-cemiterio-cachoeirinha/>, acessado em 02 de abril de 2021.

¹⁰ Ver <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/04/05/sepultamentos-de-vitimas-da-covid-19-restringem-despedidas-e-dificultam-superacao-do-luto-fica-uma-lacuna.ghtml>, acessado em 02 de abril de 2021.

¹¹ Ver <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/03/18/cemiterio-do-mundo-brasil-ve-o-enterro-do-que-restava-de-sua-reputacao.htm>, acessado em 02 de abril de 2021.

pensar os cemitérios em termos de cultura, conhecimento, diversão e lazer. Como um parque, no limite. É desse cemitério que tratarei a seguir.

1.

INTRODUÇÃO

1.1. A reinvenção do cemitério: os objetivos da tese

A presente tese pretende investigar em que medida a proposta de aproveitamento de cemitérios da capital paulista como locais de lazer, entretenimento e bem-estar, com o uso de produções culturais que nada têm a ver com a tradicional concepção desses espaços como locais santos destinados exclusivamente ao enterramento dos mortos, insere-se em um movimento de mudança social e cultural mais amplo compreendido como secularização. Tomou-se como objeto de estudo a etapa mais evidente desse processo, que tem nos Cinetérios seu referencial empírico mais imediato, uma vez que foi numa edição desse evento que a proposta assumiu o caráter de litigância jurídica, embargado por aqueles que o compreenderam como provocação e profanação. Mas esse movimento não se limitou ao Cinetérios. Houve uma série de propostas correlatas que envolveram os cemitérios nessa nova abordagem, como o teatro, a música, a saúde física, enfim, tudo o que importa mais aos vivos do que aos mortos. Nesta pesquisa buscou-se, sobretudo, compreender qual a relação que se estabeleceu entre frequentadores, artistas, gestores públicos e sociedade civil nesse contexto. Afinal, tratou-se de uma iniciativa que considerava o espaço dos mortos como territórios desvinculados das velhas âncoras religiosas.

Nesse jogo de opostos, buscou-se enxergar valores, concepções e comportamentos que se emparelham, de um lado, com a tradição e, de outro, com a mudança em curso nos mais

diversos âmbitos da sociedade. É bom notar que a palavra Cinetério faz um trocadilho com a junção de cinema e cemitério, e foi o correlato brasileiro de práticas já vivenciadas em outros países, como o *Cinematery*, de Washington, D.C., nos Estados Unidos. Ainda que colocado em prática localmente, por iniciativa da Prefeitura de São Paulo ou contando minimamente com seu apoio, é importante chamar a atenção para o fato de que, como a pesquisa demonstra, esse programa responde a anseios, expectativas e valorizações da população de forma mais ampla, que, pelo menos em parte expressiva, aproveitou intensamente os programas culturais enquanto foram oferecidos. O foco na demanda da população, seja ela favorável ou desfavorável aos programas culturais promovidos pela Prefeitura, foi o que permitiu perceber como a transformação atual do cemitério, segundo concepções laicas, se assenta em uma base social que vive no seu dia a dia transformações e reorientações dos mais diferentes aspectos da vida cotidiana, naquilo que chamamos comumente como modernidade e sua coadjuvante, a secularização. O que se percebe é que a transformação em questão, ainda que operada por órgão e agentes do poder público, é sustentada por demandas e expectativas secularizantes por parte dessa população.

As mudanças observadas no uso dos cemitérios é a ponta do iceberg que representa um movimento que não se limita à cidade de São Paulo e ao Brasil, mas que pode ser acompanhado nas mais distantes regiões do mundo ocidental. Trata-se portanto de uma questão sociológica de interesse internacional. Assim, o que aqui é mostrado como um estudo de caso, apresenta conclusões que podem ser expandidas para sociedades que dividem com o nosso país uma mudança radical que afeta religiões, religiosidades, concepções do sagrado e a própria concepção da vida e da morte. O enfraquecimento da matriz católica como sustentáculo da sociedade, que caracteriza o Brasil e outros tantos países da América Latina, foi acompanhado de perto pela perda da importância simbólica da morte e do culto aos mortos. Não é, portanto, por mero prazer que cemitérios são tomados por atividades que tradicionalmente não lhe dizem respeito. O vácuo deixado pelo desinteresse nos assuntos da morte, no limite, é que propiciou que esses espaços, tão arborizados, calmos e, numa cidade como São Paulo, tão bem localizados na maioria das vezes, fossem ocupados por pessoas com interesses outros, da vida. Não é por acaso que a presença da política partidária, bem como do poder judiciário, entrarão nesse enredo. Não se trata de ver o cemitério como um simples parque da cidade a ser aproveitado para esta ou aquela distração individual ou coletiva, mas sim de olhar como a cidade, em suas novas feições, se redefine, a si e a seus componentes, para dar conta de novas demandas e

condições de uso do meio urbano e seus equipamentos – os antigos, revistos, e os novos, reinventados.

1.2. Procedimentos da pesquisa

A pesquisa se valeu de diferentes procedimentos e técnicas, com o uso de fontes primárias e secundárias, que incluem a realização de entrevistas, registros fotográficos, observações de campo em dias comuns e em dias festivos, consulta às mídias tradicionais e eletrônicas e, especialmente, a observação participante, propiciada pelo fato de este autor, em época logo anterior ao desenvolvimento do projeto, trabalhar regularmente no Serviço Funerário, compondo a equipe administrativa que funcionava muito próxima aos gestores e planejadores dos eventos. Isso propiciou uma visão privilegiada do seu planejamento, realização e seu posterior desmonte, a partir de 2017.

A pesquisa centrou-se, basicamente, nos seguintes cemitérios públicos: Cemitério Consolação, Cemitério Araçá, Cemitério São Paulo e Cemitério Vila Formosa. Para o devido contraponto, foram também incluídos no projeto de investigação dois cemitérios particulares: o Cemitério do Redentor e o Cemitério de Colônia, ou antigo Cemitério dos Alemães, situado na região de Parelheiros. As técnicas variavam conforme o momento. Nos Dias de Finados, privilegiava-se a observação sistemática, em virtude da própria solenidade que o dia emanava. Em visitas em dias normais, privilegiava-se a visita a túmulos importantes, locais de culto e locais mais visitados dos cemitérios. Dos eventos que ainda restavam após a iniciativa da prefeitura ter sido desmobilizada, como o uso dos cemitérios para a instalação de bibliotecas, as pedaladas noturnas, os corais religiosos, por exemplo, a participação em geral se deu de modo anônimo, com anotações de campo.

Foram realizadas entrevistas com gestores, artistas e produtores culturais, frequentadores, funcionários, opositores, organizadores de eventos e outros personagens que participavam paralelamente das atividades culturais que são objeto da tese, como vendedores de flores, de alimentos, jardineiros, grupos religiosos, protetores de animais e particulares que atuavam na manutenção dos túmulos por iniciativa das famílias dos enterrados. Foram trabalhados dois tipos de entrevistas: no caso de entrevistas formais e agendadas, usou-se gravação e transcrição a partir de roteiro semi-estruturado. Em entrevistas circunstanciais, na forma de conversas e trocas de ideias no âmbito das observações, recorreu-se à transcrição posterior, com base nas anotações em caderno e na memória do pesquisador. O pesquisador

teve acesso a uma grande quantidade de documentos de gestão em razão de sua própria atuação profissional no Serviço Funerário, bem como a documentos e peças judiciais fornecidos por aqueles envolvidos nos litígios levados à justiça. Os jornais e revistas de maior circulação na cidade de São Paulo foram pesquisados a partir de sua disponibilização na internet, privilegiando-se as versões impressas acessadas através dos seus acervos digitalizados.

Foram acompanhados inúmeros eventos, mesas-redondas, exposições e debates realizados em diferentes instituições não acadêmicas, em que as propostas e realizações apresentadas e comentadas eram referenciadas pela temática da morte e dos cemitérios. Eventos que ocorreram, por exemplo, na Biblioteca Mário de Andrade, no Centro Cultural Banco do Brasil e no Museu de Arte Sacra, voltados para o público mais amplo interessado nas temáticas cemiteriais.

Fotos dos eventos descritos na tese foram rastreadas nos documentos oficiais da prefeitura e nos mais diversos sites da internet. A estas, se juntaram outras tomadas pelo pesquisador e apoiadores. Uma grande seleção dessas fotografias estão apresentadas no curso da tese constituindo-se como material empírico decisivo que demonstra que os fatos narrados não nasceram nem da possível fantasia e nem da vontade do autor do trabalho de exagerar em sua descrição. Além do mais, elas são registro importante e objetivo não só do cuidado com o que se deram as atividades artísticas mas também da diversidade de seu público em termos de idade e, tanto quanto possível, inserção social.

1.3. Estrutura da tese

Além deste capítulo inicial e das considerações finais, a tese se desenrola através de oito capítulos. Nos capítulos iniciais propõe-se uma reflexão histórico-sociológica acerca do processo de secularização dos cemitérios no Ocidente (capítulo 2) e da dessacralização dos cemitérios brasileiros (capítulo 3). Alteram-se os conceitos em busca de maior precisão e rigor analítico, uma vez que, se é incontestável que a secularização dos cemitérios se deu *juris et de jure* na França de Napoleão, a forma como esse processo ecoou no Brasil, tomando de empréstimo a expressão de Vovelle (1989), é muito mais nuançada. Demoraria alguns séculos para que a secularização legal dos cemitérios viesse a representar alguma factualidade de dessacralização desses espaços, especialmente no Brasil. Ainda, para além das questões político-legais, outras mudanças de mentalidades levariam a novas formas individuais de se conceber e frequentar esses espaços e mesmo de se relacionar com assuntos da morte. No seu íntimo, uma pessoa

pode frequentar a Abadia de Westminster em Londres, cemitério não secularizado, ou o Vale dos Reis, em Luxor, por interesses puramente turísticos. Outra pessoa pode imaginar que, pelo simples fato de abrigar os mortos, toda ação e pensamento realizados dentro dos muros dos cemitérios devem ser solenes e litúrgicos, uma vez que se trata de um lugar sagrado. No que diz respeito aos cemitérios, portanto, secularização e dessacralização se entrelaçam e se desenvolvem, na análise aqui proposta, em esferas diferentes da realidade social, e conjungam aspectos e sensibilidades distintos no poder político, no ordenamento legal e na ação individual. Por tal motivo, esses capítulos acompanham uma proposta de abordagem teórica para o estudo em questão.

Nos capítulos seguintes, define-se com mais precisão o recorte da pesquisa. Dos cemitérios brasileiros, a análise passa a focar no Cemitério Consolação (capítulo 4), o mais antigo cemitério público da capital paulista e um dos mais importantes da América Latina. Pela sua própria trajetória histórica, o Cemitério Consolação passaria a representar, nos dias de hoje, um acervo memorialístico do passado político, artístico e intelectual do Brasil, além de *locus* preferencial das iniciativas – governamentais ou não – que tentaram (e, em certa medida, ainda tentam) costurar lazer, cultura e entretenimento nos espaços cemiteriais. Paralelamente, analisa-se a criação do Serviço Funerário do Município de São Paulo (capítulo 5) enquanto processo de racionalização burocrática e profissional da gestão da morte na cidade. A forma como se estruturou o Serviço Funerário, na sua configuração como órgão prestador de um serviço público, trouxe impactos diretos na disputa narrativa e judicial que colocou em oposição espaço de interesse coletivo e espaço litúrgico.

Num momento seguinte, a pesquisa se debruça sobre o Cinetério (capítulo 6), experiência-limite de projeção de filmes nos espaços dos cemitérios e momento em que as propostas de realização de atividades efetivamente profanas naqueles locais foram questionadas na justiça, mais por certo moralismo por parte dos querelantes relacionado à curadoria das obras do que à atividade em si. Foi naquele momento que, pela primeira vez, os argumentos contrários e favoráveis à utilização dos espaços das necrópoles para atividades de lazer foram postos na mesa e submetidos a juízo. Foi, de fato, a deixa que os críticos dessas novas proposições precisavam para interpelar judicialmente um movimento que já dava sinais de figurar como proposta de gestão municipal, o Programa Memória & Vida. Assim, na sequência (capítulo 7), são abordados os pormenores desse projeto que, a despeito de sua vida relativamente curta, foi capaz de impactar significativamente a relação dos vivos com o espaço dos mortos no período em que esteve ativo.

A partir de então, entra em cena a parte especificamente empírica da tese (capítulo 8). Por meio de relatos coletados, observações de campo, análise documental e seleção de fotos, busca-se demonstrar a dinâmica e a punjança da transformação sofrida pelo local dos mortos no período. Esse capítulo nomeia filmes, shows, peças teatrais e demais atividades que aconteceram entre 2014 e 2016. É o coração da pesquisa.

Por fim, o capítulo 9 traz ao leitor os aspectos mais significativos do trabalho de observação participante, ou seja, um relato sobre as atividades e relações que se desenrolam num típico dia de Finados, data em que o cemitério parece recuperar efemericamente sua tradicional condição de local sagrado onde os vivos enterram os seus mortos e os cultuam. Para voltar a ser, no dia seguinte, o parque de diversões em que se transformou.

2.

SECULARIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS NO OCIDENTE

A sociologia da religião, particularmente no Brasil, costuma dedicar pouca atenção ao processo de secularização dos cemitérios. Ao contrário das abordagens de historiadores, geógrafos, urbanistas e arquitetos, por exemplo, o que ocorre em trabalhos de sociólogos da religião e alguns antropólogos é a repetida referência ao processo de forma pontual e sintética, majoritariamente relacionando o processo de secularização às análises da primeira constituição republicana brasileira de 1890, que extinguiu o regime de padroado e fincou, de uma só vez e do ponto de vista legal, o caráter secular do ensino, do casamento, dos enterros e dos cemitérios no Brasil¹².

Nesses casos abordagem baseia-se, de forma geral, em uma noção restritiva de secularização, mesmo em trabalhos em que a proposta é analisar sua validade teórica e empírica. Toma-se, nesses trabalhos, o termo secularização em seu sentido estrito: a expropriação de bens ou áreas de domínio da Igreja Católica, e sua posterior subordinação ao poder público, secular, fora da dimensão religiosa e fincado neste mundo. A definição não é errada, mas é tomada apenas em seu sentido de dicionário. O Dicionário Aurélio, por exemplo, define ‘secularização’ como “tornar secular, sujeitar às leis civis, dispensar dos votos religiosos”. No entanto, tomar a discussão a partir dessa visão mais estreita de secularização não leva adiante a questão em sua totalidade, especialmente naquilo que diz respeito aos dias atuais.

¹² Destoa dessa tendência a tese de doutorado de Árise Amaral de Melo (2019).

Dito de outro modo, é plenamente possível que os cemitérios secularizados sejam frequentados ou considerados, para fins de regulamentação ou legislação, como campos santos, territórios sagrados ou dotados do caráter religioso que supostamente emanaria das instituições que administram o sagrado. Determinada pessoa pode frequentar os espaços das necrópoles e considerar a sua estada naquele local como análoga àquela da igreja ou da capela. Uma concepção sagrada para um local secular. Aumentar o número de pessoas que considerem o cemitério dessa mesma forma, a tendência é que ele passe a ser visto e considerado, inclusive para fins legais, como um local de culto e liturgia. Aliás, como foi em sua origem, quando o cemitério não passava de um anexo das instalações paroquiais.

2.1. Aspectos conceituais da secularização dos cemitérios

É necessário, portanto, somar à noção dicionarizada de secularização uma compreensão que abarque a sua dimensão sociológica, o que implica reconhecê-la enquanto um processo de progressiva redução do papel institucional *e cultural* da religião (Willaime, 2012). Processo macrosociológico, e aqui na esteira de Max Weber, que evidencia o declínio da religião como potência articuladora das condutas nas sociedades modernas – e, por consequência, também da morte, dos mortos e do lugar dos mortos. Somente a partir dessa concepção mais alargada do sentido do conceito de secularização é possível compreender como o local dos mortos, outrora circunscrito literalmente ao chão da igreja, hoje possa ser disputado por esportistas, praticantes de ioga, cineastas, grupos de teatro, outros artistas, crianças e idosos em busca de lazer, descanso e diversão.

Como superar, então, a carência de trabalhos feitos por sociólogos da religião que levem em conta essa dimensão alargada do processo de secularização dos cemitérios? A meu ver, empreendendo uma análise que considere, a um só tempo, o processo sócio-histórico de longa duração que retirou e vem retirando a exclusividade da Igreja Católica, desde meados do século XVIII, na gestão, organização e destinação dos corpos falecidos, constituído por normas e procedimentos que ressaltaram em diferentes épocas variadas configurações e formas de uso desses espaços; e que leve em conta, em cada uma dessas configurações, diferentes dinâmicas sociais relacionadas com os espaços destinados à guarida dos corpos defuntos.

Tornando mais claro: a secularização dos cemitérios, tal como destacada *ipsis litteris* na primeira constituição republicana brasileira, é um fato incontestável. Em mais de um século, não

retrocedeu: retirou em definitivo as sepulturas do interior das igrejas, transferindo para a municipalidade a responsabilidade pela destinação dos defuntos e pela manutenção dos cemitérios, determinando o fim dos enterros *ad sanctos, apud ecclesiam* – aos santos, nas igrejas (Ariès, 1989: 37). Não houve recuo. Em paralelo, diferentes legislações foram criadas e postas em vigor versando sobre o uso e circulação nos cemitérios, sobre o registro dos corpos, a destinação dos restos exumados, as diretrizes ambientais, formas de comportamento, realização das cerimônias públicas etc. Por fim, os munícipes, os parentes dos enterrados, grupos laicos e religiosos, ativistas ambientais e políticos, entre outros, vêm demandando diferentes formas de ocupação e uso dos espaços dos cemitérios, diferentes formas de permanência naqueles lugares, distintas formas de se relacionar com a cidade dos mortos.

Temos, dessa forma, uma perspectiva que pode circular entre três níveis, cada um deles com uma dinâmica particular e uma lógica interna própria. Uma análise desse tipo, em verdade, não é novidade. Peter Berger (1985) considera três diferentes níveis de análise do processo de secularização: o nível socioestrutural (o processo macro-histórico ou institucional de secularização), o nível cultural (o que envolveria as artes, a filosofia, a ciência, as concepções de espaço público etc.) e o nível subjetivo (que corresponderia ao plano individual de secularização). Karel Dobbelaere (1981, 2005), por sua vez, considera a divisão em termos de societal (a diferenciação funcional das esferas somadas ao processo de laicização), individual (o engajamento religioso, por exemplo) e organizacional (a secularização interna das próprias religiões, na busca pela acomodação aos ditames da modernidade). Jose Casanova (1994, 2015) no mesmo sentido, entende o processo de secularização dividido entre um nível maior, de diferenciação funcional das esferas; um nível individual, correspondente ao declínio das crenças e do engajamento religioso; e a consequente privatização da religião, consequência direta dos dois primeiros níveis.

Diferenças interpretativas entre os autores à parte, o que importa é notar nesse tipo de análise que o processo de secularização, especialmente quando se relaciona diretamente com a dimensão cultural da vida humana, tende a se manifestar no cotidiano das pessoas, na forma como se relacionam com outros indivíduos, com as instituições e com os acontecimentos de suas vidas. Na verdade, tomando como exemplo os países que cindiram a relação formal Igreja-Estado em sua totalidade, caso do Brasil, é plenamente possível desenvolver análises focadas na compreensão das formas pelas quais os hábitos e costumes vão abandonando aos poucos o seu lastro religioso, vão se laicizando. Dito de outra forma, tal qual Peter Berger,

não se errará muito se se defender que o conceito de secularização passou a conotar perda, nas sociedades modernas ocidentalizadas, da posição-chave que a religião institucionalizada ocupava na produção e na reprodução do elo social e na atribuição de sentido (Berger, 1985: 68).

É essa nova atribuição de sentidos que interessa para a compreensão das práticas profanas que podem ser observadas em alguns cemitérios das grandes cidades atualmente. Se, parafraseando Berger (1985: 46), toda laicidade é uma secularização mas nem toda secularização se realiza como laicidade, é bem verdade que a forma como alguns cemitérios ao redor do mundo têm sido frequentados é eminentemente laica, profana, tensionando do ponto de vista cultural a secularização que anteriormente era dada em termos exclusivamente legais. Com o aumento dessa demanda por parte dos indivíduos, com o número cada vez maior de pessoas que consideram os cemitérios como espaços públicos similares a parques e praças, houve um rearranjo na correlação de forças entre aqueles que consideram o local dos mortos como local exclusivamente sagrado, outrora ponto pacífico, e aqueles que o consideram como espaço público. Tal rearranjo jogou para o poder público, para a lógica do mercado e, num segundo momento, para as instâncias judiciais a responsabilidade de arbitrar sobre essa nova realidade.

2.2. A morte, os mortos e o morrer no decorrer da história

Em paralelo à diferenciação dos níveis em que se pode identificar características mais ou menos visíveis dentro de um processo de secularização a longo prazo, é preciso lançar mão de uma abordagem histórica que permita uma análise não somente dos fatos institucionais e políticos, mas também das práticas individuais relacionadas aos mortos e aos cemitérios no decorrer do tempo. Uma historiografia de longa duração para um processo idem. Nesse sentido, os historiadores Philippe Ariès (1981, 1982, 2003) e Fernando Catroga (1988, 1999, 2010) fornecem uma abordagem bastante detalhada e adequada para o tipo de estudo aqui proposto, cobrindo, no caso de Ariès, as práticas e os ritos funerários europeus observados desde o século V até o século XIX e, caso de Catroga, o processo que denominou como “descristianização da morte” em Portugal nos séculos XIX e XX, movimento que aportaria com bastante similaridade no Brasil imperial. Em adição, mas contrapondo-se em alguma medida a Ariès, a quem considerava excessivamente apegado a detalhes, Norbert Elias, no livro *A solidão dos moribundos* (2001), parte de uma abordagem sociológica para remontar o movimento pelo qual

a morte foi sendo paulatinamente relegada e silenciada no decorrer do processo civilizador, um de seus conceitos mais famosos.

Segundo Ariès, na Europa da alta Idade Média, por volta do século V, os vivos nutriam certo sentimento de familiaridade em relação à morte e ao morrer. Excetuando as mortes inesperadas, como aquelas decorrentes da peste, por exemplo, a morte era “domada”, aceita de forma quase natural, e mesmo os arranjos e as organizações fúnebres eram de responsabilidade do moribundo, a última responsabilidade. A morte era “uma cerimônia pública”. O quarto do moribundo, seu leito de morte, era um “lugar público, onde se entrava livremente”. Ao invés do atual isolamento dos quartos de hospital, “era importante que os parentes, amigos e vizinhos estivessem presentes” – incluindo as crianças (Ariès, 2003: 39).

Havia, em contraponto, certa repulsa em relação aos defuntos. Os primeiros registros das honrarias funerárias apontam que estas tinham por finalidade “impedir que os defuntos voltassem para perturbar os vivos. O mundo dos vivos deveria ser separado do mundo dos mortos”, de modo que em Roma, aponta Ariès, a Lei das Doze Tábuas já determinava: *Hominem mortuum in urbe ne sepelito neve urito* – “Nenhum morto será incinerado ou queimado dentro da cidade”, proibindo expressamente o enterro ou a cremação *in urbe*, na cidade, relegando os mortos para fora das cidades e para a beira das estradas. Em outra passagem, evidenciando que a determinação não estava sendo exatamente cumprida, Ariès resgata uma homilia de São João Crisóstomo, também do século V, em que este exortava os fiéis:

Cuide de nunca erguer um túmulo dentro da cidade. Se alguém deixasse um cadáver no lugar em que dormes e comes, o que não farias? E entretanto deixas os cadáveres não onde dormes e comes, mas nos membros do Cristo (Ariès, 2003: 40-41).

“Membros do Cristo”, ressalta Ariès, refere-se explicitamente às igrejas. Ou seja, para além da desobediência legal, um novo hábito vinha ganhando espaço na Europa medieval e incomodando parte do clero: os enterros *apud ecclesia*, dentro das igrejas. Tal hábito seria, posteriormente, o responsável por permitir o retorno dos mortos às cidades, “de onde estiveram afastados durante milênios” (Ariès, 2003: 40-41). As antigas restrições de disposição de corpos defuntos no espaço da *urbe* haviam criado, como consequência imprevista, a noção de *extra urbe*, periferia, rodeada por aquelas pessoas que preferiam se deslocar para acompanhar e viver perto dos corpos falecidos, um dos sinais do milenar fascínio dos homens pela morte. Isso se

deu, segundo Ariès, pelo fato de que parte das pessoas optava por se aproximar do local de enterro dos mártires e dos santos, erigindo locais de culto e homenagem àqueles que agora tinham, em morte, o reconhecimento elogioso da fé que lhes custara a vida. Em pouco tempo, esses locais conformariam verdadeiros abadias cemiteriais, ganhariam o cuidado de monges e sacerdotes e se tornariam a destinação final mais procurada pelos cristãos. Acreditava-se que estar enterrado perto dos santos, *ad sanctos*, era garantia de proteção e cuidado (Ariès, 2003: 43).

À essa época, já não havia mais como afastar os vivos dos mortos. Com o crescimento populacional no entorno das sepulturas nas periferias, “chegou um momento em que desapareceu a distinção entre os bairros periféricos – onde se enterrava *ad sanctos*, porque se estava *extra urbem* – e a cidade, sempre proibida às sepulturas” (Ariès, 2003: 44). O clero percebeu que a abadia cemiterial e a catedral necessitavam ser reunidas e sobrepostas, e a saída encontrada foi reconduzir os mortos para dentro dos espaços da igreja, de modo que aqueles que antes jaziam nas periferias voltaram ao centro da cidade. Segundo Ariès,

A separação entre a abadia cemiterial e a igreja catedral foi então apagada. Os mortos, já misturados com os habitantes dos bairros populares da periferia, que se haviam desenvolvido em torno das abadias, penetravam também no coração histórico das cidades. A partir de então, não houve mais diferença entre a igreja e o cemitério (Ariès, 2003: 44).

Aos poucos, os mortos, que já haviam influenciado a organização geográfica das cidades, passariam a determinar em grande medida a organização espacial das igrejas, que tinham seus territórios cada vez mais disputados. Aos comuns, eram destinadas as “fossas dos pobres” dispostas no adro da igreja, onde os mortos eram despejados amontoados e envoltos apenas por panos. Aos mais ricos, era garantido o enterro no interior da construção, próximo do altar. Conforme a necessidade, exumavam-se os corpos para possibilitar novos enterros, e os ossos ressecados daqueles que antes estavam embaixo da terra eram alocados em ossuários ou utilizados na decoração fúnebre dos carneiros. Não importava a destinação dos restos mortais, “contanto que o conservasse dentro de seus limites sagrados”. Não era exatamente em busca de descanso que se enterrava nas igrejas, nem “se tinha a ideia moderna de que o morto deve ter uma casa só para si, da qual seria o proprietário perpétuo” (Ariès, 2003: 44).

Não se via outra organização dos mortos até o século XVIII. Foram séculos de uma morte experimentada coletivamente, do seio da família para a responsabilidade das igrejas. Segundo Elias, “na sociedade medieval [...] a participação dos outros na morte de um indivíduo

era muito mais comum” (Elias, 2001: 23). Até o seu abandono total, no entanto, a prática dos enterros *apud ecclesia* passaria a ser questionada por uma série de fatores, dentre eles um que, curiosamente, se assemelha muito ao objeto desta pesquisa. De acordo com Ariès (2003: 46), “o fato de que os mortos tenham entrado na igreja e em seu pátio não impediu nem um nem outro de tornarem-se locais públicos”, de modo que não demorou para que, à circulação e permanência de pessoas no santo espaço dos mortos, somassem-se práticas consideradas pouco sagradas.

O desejo de estar perto dos mortos e da igreja fez com que as pessoas passassem a construir casas adjacentes ao adro, um cemitério expandido, por assim dizer, onde se praticavam jogos, danças e comércio, de tal modo que foi preciso que um concílio realizado no século XV proibisse a “dança no cemitério, bem como a prática de qualquer jogo, impedindo também que os mímicos, os prestidigitadores, os mascarados, os músicos e os charlatões exercessem sua profissão suspeita no local” (Ariès, 2003: 48). Mais adiante, o forte cheiro que exalava dos corpos semidecompostos passaria a configurar um problema “para os espíritos ‘esclarecidos’ da década de 1760”, e a convivência próxima com os mortos passaria a ser enxergado como um problema de saúde. Segundo Ariès,

Por um lado, a saúde pública estava comprometida pelas emanções pestilentas, pelos odores infectos provenientes das fossas. Por outro, o chão das igrejas, a terra saturada de cadáveres dos cemitérios, a exibição dos ossuários violavam permanentemente a dignidade dos mortos (Ariès, 2003: 76).

Vozes iluministas e anticlericais da época passaram a acusar a Igreja de “ter feito tudo pela alma e nada pelo corpo”, interessada, sobretudo, no dinheiro das missas, das exéquias e dos testamentos que eram doados em troca da proximidade com o altar (Ariès, 2003: 76). Fora da guarida das igrejas, a morte aos poucos se individualizaria. Com as regulamentações e determinações legais dos primeiros cemitérios públicos, já no século XVIII, as sepulturas individuais, montadas e mantidas às expensas do moribundo e dos seus familiares, se multiplicariam, conformando o cemitério aos moldes daquilo que nos deparamos nos dias de hoje. Os testamentos, por consequência, se laicizaram, passando a partir de então a representar um ato direcionado não mais ao clero, que já não garantiria mais a salvação eterna do morto pela proximidade com o altar, mas para questões da vida civil. De acordo com Ariès,

As cláusulas piedosas, as escolhas de sepultura, as instituições de missas e serviços religiosos e as esmolas desapareceram, tendo sido o testamento reduzido ao que é hoje - um ato legal de distribuição de fortunas (Ariès, 2003: 71-72).

Experimentava-se agora a morte individualizada e, em alguma medida, o morrer solitário. Os saberes médicos que afluíam no período inseriram os incipientes cuidados de isolamento e de controle da contaminação, de modo que o enfermo passaria a viver seus últimos momentos isolado ou na companhia de outros acometidos pela mesma enfermidade. Tampouco era avizinjado pelos familiares no seu sono eterno, mas visitado em sua sepultura, agora obtida mediante pagamento. Segundo Ariès (2003: 78), “foi então que a concessão da sepultura tornou-se uma certa forma de propriedade, subtraída ao comércio mas com perpetuidade”. Os corpos dos mortos voltavam a ser expulsos da cidade, e suas almas desalojadas das igrejas.

Se o século XVIII marca o afastamento físico dos mortos da cidade dos vivos, os séculos XIX e XX trariam o recalçamento da figura da morte e do processo de morrer na sociedade. É neste período que os mortos foram definitivamente retirados do convívio com os vivos e entregues a toda uma sorte de regulamentações e disposições legais, que passaram a incidir desde o registro, o transporte até a destinação derradeira dos corpos. É o nosso momento, esse momento em que, segundo Elias (2001: 30-31), “nunca antes na história da humanidade foram os moribundos afastados de maneira tão asséptica para os bastidores da vida social”. Ao mesmo tempo, nunca houve outro tempo em que “os cadáveres humanos foram enviados de maneira tão inodora e com tal perfeição técnica do leito de morte à sepultura”. Fala-se pouco da morte nos dias de hoje – são tantos os eufemismos que usamos para descrevê-la –, e menos ainda dos mortos. “Morrer é no presente uma situação amorfa”, diz Elias. Trata-se de “uma área vazia no mapa social. Os rituais seculares [dedicados aos mortos] foram esvaziados de sentimento e significado; as formas seculares tradicionais de expressão [do luto e da perda] são pouco convincentes”. Do cuidado no seio da família e das pessoas, os mortos agora são confiados às empresas de tanatologia e à burocracia dos cemitérios mediante pagamento (Elias, 2001: 36-37).

As causas do recalçamento da experiência da morte, segundo Elias, são várias. Passam desde o embotamento afetivo que decorre do processo civilizador, que transforma as manifestações sentimentais mais comedidas e contidas, e aí inclui-se o luto e a tristeza da perda, até a diminuição do compartilhamento das crenças sobrenaturais que decorrem do mesmo processo, que são paulatinamente substituídas por “sistemas seculares de crenças”. Sobre a

diminuição da expressão afetiva, pode-se dizer, com certa razão, que Elias estava olhando para a Alemanha industrial de seu tempo. Mas, mesmo nos países como o Brasil, a estética, a temporalidade, as atitudes e as ações relacionadas ao luto e ao nojo são hoje reduzidas a um átimo do que eram antes, limitando-se, no mais das vezes, ao momento do velório e às visitas anuais aos cemitérios nos dias de Finados. Acerca da substituição dos antigos ritos místicos pelos sistemas de seculares de crença, foi a secularização a responsável por repor os antigos rituais, que visavam a garantia de salvação através de referências religiosas, pela medicina e pela ciência, a quem cabe hoje registrar a hora e a causa da morte. Soma-se, ainda, a implacável lógica do sistema industrial e capitalista moderno, onde um corpo que não se transubstancia em mão de obra equivale a um fardo e um custo.

Mas há um ponto de inflexão nesse processo que interessa sobremaneira à abordagem que aqui se propõe fazer. A individualização da morte e das sepulturas levada a cabo no século XVIII no ocidente, especialmente nos países de tradição católica, não significou o abandono total das expectativas e simbologias cristãs na forma como se organizaria a partir daquele momento a cidade dos mortos. O pensamento religioso, afinal, é aquele único que se propõe a afirmar qualquer coisa sobre a vida no além (2021). Assim, seriam agora as sepulturas, o túmulo propriamente dito, tal qual conhecemos hoje nos cemitérios tradicionais do século XIX e XX, que encerrariam as expectativas *post mortem* dos vivos acerca dos defuntos. “Todo o signo funerário, explícita ou implicitamente, remete para o túmulo”, diz Catroga (2010: 168), e todos os seus significantes – “cadáver vestido, caixão, pedra tumular, epitáfio, estatuária, fotografia, etc” – passam a remeter agora para a noção de incorruptibilidade do corpo, outrora garantida pela proximidade com a igreja.

Assim, “o túmulo deve ser lido como uma totalidade significativa que articula dois níveis bem diferenciados: o invisível (situado debaixo da terra) e o visível”. Seria o nível do visível que faria a ponte entre a corrupção biológica do cadáver e seu desaparecimento e a perpetuação da memória e da representação social do morto (Catroga, 2010: 168). Dessa forma, em um primeiro momento, os túmulos e as sepulturas passam a mimetizar e a transpor para o nível individual a simbologia cristã das igrejas, na forma de jazigos-capelas, estátuas dos santos, anjos e mártires, trechos de oração cravados em pedras a adornar os túmulos etc. Por outro lado, as sepulturas, enquanto signo visível da memória do morto, passa a ostentar elementos da representação civil do indivíduo falecido, de modo que os jazigos, especialmente a partir da década de 1920 no Brasil, sejam pensados e arquitetados com base na influência política,

artística ou financeira dos enterrados ou em elementos que remetam à sua ascendência familiar. Segundo Catroga,

No que respeita às novas necrópoles oitocentistas, a necessidade existencial de se negar a morte e a sua tradução romântica, expressa na recusa exasperada da morte do outro e no crescente funcionamento da memória como instância supletiva de imortalização, deram origem a uma nova cenografia e a um novo culto dos mortos, assim como ao reaparecimento das velhas qualificações da morte como “morte-sono”. Isto explica que a morada do morto se tenha arquitectonicamente elevado, não só a sucessora e sucedânea do “tecto eclesiástico” (o jazigo-capela), mas também a “casa”, e que a sepultura, tal como a casa da família (dos pais, dos avós), tenha passado a ser o outro centro privilegiado de identificação e de filiação de gerações. E todas estas necessidades simbólicas fizeram da necrópole um *analogon* da cidade dos vivos (Catroga, 2010: 168-169, grifos do autor).

Fernando Catroga (1999) denominou essa nova mentalidade acerca dos cemitérios de “culto cívico dos mortos”, uma ritualística laicizada e dessacralizada da memória do defunto. É a esse movimento que Catroga se refere mais acertadamente como “descristianização dos cemitérios” (1988), processo contido no movimento mais amplo de secularização dos cemitérios que abordou nos seus estudos sobre as necrópoles portuguesas. É a partir desse movimento que se desenvolve toda uma estética arquitetônica própria dos cemitérios, com a importação de esculturas de países europeus, o reconhecimento de artistas especializados em temáticas mortuárias, a substituição da matéria prima dos túmulos e das esculturas, as pedras, por aquelas de maior valor de mercado afim de demarcar as condições financeiras da família do morto etc. Adiantando a análise, é reflexo direto desse momento que cemitérios das grandes metrópoles mundiais, incluindo paulistanos, tenham ganhado atualmente o epíteto de “museus a céu aberto”, tenham se inserido nos roteiros turísticos dos mais variados países e hoje sejam objetos de estudo de arquitetos e estudantes das artes visuais.

3.

A DESSACRALIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS BRASILEIROS

Posto o que está subentendido no conceito de secularização e demarcada a abordagem histórica, a intenção neste capítulo é propor uma análise capaz de dar conta de compreender as mudanças que possibilitaram que os cemitérios paulistanos possam ser frequentados nos dias de hoje com aspirações profanas e seculares. Para isso, considero mais pertinente abordar o período compreendido entre 1856, marco da criação do primeiro cemitério público e secular de São Paulo, o Cemitério Consolação, popularmente conhecido como Cemitério da Consolação, e os dias atuais, analisando em separado diferentes subprocessos que adjazem àquilo a que prefiro me referir como o processo de dessacralização dos cemitérios.

Mais do que a secularização tomada em seus termos legais e jurídicos, e avançando naquilo que Catroga definiu como descristianização dos cemitérios, mais focada na transição entre a dimensão religiosa e a dimensão civil do cuidado com os mortos, o que se vê atualmente nas necrópoles paulistanas relaciona-se mais diretamente com a perda de sua aura mística, dos tabus relacionados ao descanso e à inviolabilidade do campo santo, com o desejo de tornar novamente público e disponível aos vivos um espaço que outrora fora concedido aos defuntos. Para a maioria das pessoas, é facilmente aceitável que os enterros não voltarão a ocorrer dentro das igrejas. Mas como compreender que exista uma rubrica orçamentária destinada a cobrir despesas com a reforma das capelas e com a infraestrutura das missas realizadas no Dia de Finados? Ou, ainda, que, por meio de portarias e instruções normativas, os gestores dos

cemitérios determinem as obrigações decorrentes do *axexê*, ritual funerário típico das religiões afro-brasileiras, regulando os cuidados com limpeza, poluição sonora, circulação noturna etc.?

No plano da utilização dos cemitérios pelos indivíduos, como entender disputas recentes, como aquela que antagonizou o público que se organizava para assistir a uma peça encenada pelo Teatro Oficina e concessionários do Cemitério do Araçá? Ou compreender a criação de um Movimento de Defesa do Cemitério da Consolação, criado em oposição ao novo modelo de circulação proposto pelos gestores, baseado em permanência, cultura e lazer, e que contou com a mediação do Ministério Público do Estado de São Paulo, que acabou por reafirmar o caráter sagrado dos cemitérios e proibiu a projeção cinematográficas na necrópole da Consolação? Resumindo: tratar a secularização dos cemitérios brasileiros no seu sentido estrito, a partir da Constituição de 1890, não basta. É necessário que se considere aspectos ligados ao surgimento das concepções higienistas, às pressões relacionadas à militância laica, ao fim do regime de Padroado e a separação Igreja-Estado com o advento da república brasileira, ao surgimento das elites econômicas no início do século XIX e às disputas em torno daquilo que se compreende atualmente como público e espaço público.

A fim de dar inteligibilidade a essa série de eventos e fenômenos relacionados aos cemitérios brasileiros, de modo geral, e paulistanos, em particular, dividi o período histórico que se inicia na primeira metade do século XVIII e que vai até os dias de hoje em quatro momentos, aos quais irei me referir como quadros históricos. Em cada um desses quadros históricos, procuro elencar os debates e fenômenos sociais mais relevantes na determinação do uso, organização e concepção das necrópoles brasileiras. Cumpre ressaltar que o propósito da divisão é meramente interpretativo: os diferentes quadros históricos, quando confrontados com a realidade, frequentemente se sobrepõem e se misturam. Isso posto, os quadros históricos são: 1) o fim dos enterros nas igrejas e o surgimento dos cemitérios *extra urbe*; 2) a dessacralização da morte e da destinação dos corpos; 3) o culto aos mortos como dimensão civil e o desenvolvimento da arte tumular; e 4) os cemitérios como locais de circulação, lazer e consumo.

3.1. O fim dos enterros nas igrejas e o ressurgimento dos cemitérios *extra urbe*

Com a Revolução Francesa e Napoleão Bonaparte, a secularização na França deslança. Bens e terras da Igreja Católica são expropriados. Antigas práticas, credences e superstições religiosas são solapadas. Também chega ao fim uma tradição que perdurava desde o século V no Ocidente cristão: o sepultamento dos mortos no interior das igrejas, prática já mencionada e

conhecida como enterro *ad sanctos, apud ecclesiam*. É de Napoleão o decreto, em 1808, que obrigou a construção do primeiro cemitério público e secular da nova República Francesa, o *Père-Lachaise*, proibindo, no mesmo ato, o enterro dentro das igrejas ou ao seu redor e instituindo o controle civil dos óbitos. Nesse processo de secularização, a Igreja Católica perderia também seu poder de fiscalização e registro dos mortos.

Novas concepções de higiene e sanitarismo já afluíam na França desde o começo do século XVIII, e a demanda pelo afastamento dos cemitérios era uma bandeira dos profissionais médicos, especialmente a partir da segunda metade do século. A suposta ameaça dos miasmas – vapores cadavéricos e contagiantes oriundos do processo de decomposição dos corpos, cujos efeitos seriam mortíferos –, ou a expectativa de contágio da mesma doença que levou a cabo a vida do morto, caso não se respeitasse o tempo necessário entre o enterro e a exumação, eram difundidas à época (Matrangolo, 2013: 109).

Concepções mais ou menos similares aportaram também em terras brasileiras e, assim como na França, sofreram certa rejeição por parte da sociedade, especialmente das autoridades eclesiásticas. Elas argumentavam que o enterro nas igrejas aproximava os restos mortais do sagrado, do divino. Além disso, as almas dos mortos ali sepultados poderiam se beneficiar das orações destinadas aos santos e mártires (Rodrigues, 2002: 3). Daí decorria, em parte, a rejeição também da população católica à mudança.

Por outro lado, os enterros eclesiásticos realizados dentro da igreja, ou intramuros, faziam circular uma quantidade considerável de bens e dinheiro. Os locais mais próximos do altar, mais próximos de deus, chegavam a custar duas vezes o valor de uma sepultura no adro, a área externa contígua à igreja, o que transplantava “para dentro das igrejas a estratificação econômica e social” das sociedades da época (Matrangolo, 2013: 96). Além disso, os testamentos, último ato de fé dos moribundos, garantia à Igreja um aporte financeiro que cobria os custos da sepultura, do funeral e do velório, pagava as missas que deveriam ser celebradas pela alma do morto, definia a mortalha, remunerava as carpideiras e os cuidadores da sepultura e, o que sobrasse, era doado para as ordens terceiras, para os mosteiros ou para as confrarias religiosas.

Em conjunto com a pressão dos profissionais médicos, surgiam protestos contra o caráter exclusivo dos sepultamentos para católicos, que deixava de fora os protestantes de imigração, em sua maioria alemães, os quais passavam a chegar cada vez em maior número ao país, principalmente a partir de 1820 e, em certas situações, constituíam cemitérios próprios, caso do Cemitério dos Alemães em Santo Amaro, também objeto de estudo do presente

trabalho. Também ficavam de fora os interditados de receberem sepultura pelo direito canônico. O caráter de exclusividade nos cemitérios não se dava por critérios de nacionalidade, mas sim por critérios religiosos. Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, legislação eclesiástica que fundamentou o ordenamento religioso durante todo o regime do Padroado, as sepulturas deveriam ser negadas, além dos protestantes hereges, aos judeus, cismáticos, apóstatas, blasfemadores, suicidas, assassinos (desde que não tenham se arrependido), aos duelistas, aos usurários, aos ladrões das igrejas (desde que morressem sem cumprir a penitência), excomungados, aos que não renunciassem aos seus bens antes da morte, aos que tivessem deixado de se confessar ou comungar, aos que não fossem batizados (com exceção dos casos em que, havendo duas testemunhas, pudesse se provar que na hora da morte o moribundo houvesse pedido pelo batismo) e, finalmente, às crianças não batizadas, caso os pais fossem católicos. Era complicado ser enterrado. Só conseguiam aqueles que estavam comprovadamente em dia com as obrigações impostas pela Igreja Católica.

Havia, portanto, uma dupla pressão para que, de um lado, fossem criados cemitérios apartados das cidades e, por outro, que houvesse locais públicos para a inumação de todos aqueles que eram excluídos do direito em função das leis canônicas. Mas o que viria a determinar incisivamente a criação dos primeiros cemitérios públicos, já em uma época de Brasil imperial, seriam as epidemias de varíola, cólera e febre amarela que assolaram o país na década de 1850. À época, as sepulturas dentro das igrejas já escasseavam nas médias e grandes cidades, dada a falta de lugar físico para o enterro (Reis, 1999). Os corpos eram socados e a areia amassada com pilões, para economizar espaço, e as exumações, que deveriam ocorrer em período não inferior a cinco anos, eram feitas passados três, até dois anos do sepultamento (Camargo, 2007; Rodrigues, 2002: 255-8).

Durante as epidemias os mortos chegavam aos montes, levados de carriola e carroça, e eram acomodados em fileiras junto aos muros das igrejas. Enquanto aguardavam a providência de um local para sepultamento, ficavam expostos às intempéries e aos bichos, chocando os moradores que ali passavam (Reis, 1999: 140). As autoridades municipais das grandes cidades da época, como Rio de Janeiro (Rodrigues, 2002), Salvador (Reis, 1999) e São Paulo (Cymbalista, 2002; Camargo, 1995, 2007; Pagoto, 2004) começaram a pesquisar os melhores locais para a construção de cemitérios públicos, afastados dos centros populosos, para dar conta dos índices de mortandade que disparavam.

Em São Paulo, especificamente, iniciaram-se em 1856 as negociações para a construção do primeiro cemitério público da cidade. Criado por um ato da Câmara dos Vereadores, o

Cemitério Consolação, em terreno doado pela Marquesa de Santos, passaria a receber os mortos em 1858. Seu controle ficava a cargo da autoridade municipal, e por convênio era concedido a exploração à Santa Casa de Misericórdia, em retribuição ao seu trabalho assistencial e de caridade (Matrangolo, 2013: 140; Camargo, 2007: 38). Os registros de óbitos passaram a ser feitos por um juiz de paz e o transporte dos mortos foi delegado a uma empresa privada. A escolha do lugar nada teve de sagrado: levou-se em conta a altitude, a incidência dos ventos, que dispersariam os miasmas para o lado oposto do centro da cidade, e a grande incidência de formigas saúvas que, ao cavarem seus túneis, amoleceriam o terreno. Em contrapartida, o local foi benzido no ato da inauguração (Camargo, 2007: 145, 426).

O registro civil dos óbitos se mostrou uma importante fonte de informações a respeito da mortalidade, racionalizando e configurando novas práticas médicas que agora se voltavam para uma concepção cada vez mais coletiva de saúde. No entanto, os imigrantes alemães, aos quais agora já se somavam os protestantes missionários (Willems, 1967), insistiam na necessidade de locais públicos e próprios para os seus sepultamentos – a incipiente diversidade religiosa figurava também, dessa maneira, como fator de secularização. Ainda que no Cemitério Consolação e nos outros cemitérios públicos que viriam a ser construídos fosse reservado um local não benzido do terreno para o enterro de não católicos ou de impedidos, esse local consistia em nada mais do que um terreno descampado, fora do quadrante principal. Ainda, disputavam esse mesmo espaço os pobres e os escravos, enterrados ali “pelo amor de deus”, geralmente por algum ato de caridade das confrarias religiosas ou dos senhores.

Foram sendo criados, então, paulatinamente, novos cemitérios públicos e cemitérios confessionais para a comunidade dos protestantes, como o Cemitério da Colônia, ou Cemitério dos Protestantes, que passou a funcionar a partir de 1862. Mais cemitérios públicos foram sendo construídos à medida em que a cidade crescia, de modo a atender outras freguesias, como o Cemitério de Santana (1897), o Cemitério do Araçá (1887) e o Cemitério do Brás, hoje conhecido como Cemitério da Quarta Parada (1893). Alguns cemitérios que funcionavam nos adros das igrejas foram sendo desapropriados, e a Igreja indenizada, caso do Cemitério da Lapa, do Cemitério de Santo Amaro e o Cemitério da Luz. Ainda nessa etapa do processo de secularização, havia a parte reservada aos católicos e a parte destinada aos não católicos¹³.

¹³ Não é raro, no entanto, que ainda atualmente haja enterros apud ecclesia. Basta pensar na grande quantidade de conventos, abadias e catedrais que ainda mantém em suas criptas os seus notáveis.

3.2. A dessacralização da morte e da destinação dos corpos

O fim dos enterros *ad sanctos* e a criação dos primeiros cemitérios apartados dos centros das cidades teve como consequência mais imediata dois fenômenos: a definição de uma cidade dos vivos, agora pensada em oposição à cidade dos mortos exilados; e o surgimento de uma noção individual e civil de morte. Como visto, os enterros na igreja já obedeciam aos critérios de estratificação social da época: aos de maior posse, àqueles ou àquelas que deixavam a maior quantidade de bens para a igreja, garantia-se o enterro próximo do altar. Aos demais católicos, despossuídos, reservava-se o direito à área coletiva das valas que circundavam a igreja, no adro. Com o virtual monopólio da fé exercido pela Igreja Católica (descontem-se aí alguns liberais, maçons e protestantes), a morte era partilhada como mais um entre tantos sacramentos (Bruce, 2016).

Agora, fora dos territórios da igreja, e com a recomendação de que se erigissem túmulos individuais, as sepulturas passariam a emular o ambiente da igreja e seu altar, incluindo, nesse processo, o financiamento deixado pelo morto ou pela família do morto para construção de capelas, altares e mausoléus que indicassem, no *post mortem*, toda a devoção que dedicara em vida – lembrando que o sacrifício último de um verdadeiro fiel era o desapego de grande parte do seu inventário em nome das ordens eclesiais. A distinção, outrora geográfica, mas ainda anônima, agora se dava em termos individuais, na medida em que os túmulos e mausoléus mais suntuosos levavam a indicação do nome do defunto. Aos católicos despossuídos, o destino ainda era a vala comum, geralmente rasa, violada por cachorros, ladrões, ratos e baratas.

A criação da cidade dos mortos no período que antecedeu a primeira constituição republicana não havia eliminado o caráter sagrado de seu território. Os locais escolhidos para a construção dos cemitérios ainda eram benzidos pelos párocos, e a autorização para o enterro ainda levava em conta o caráter confessional do defunto (e, mais importante, o fato de estar em dia ou não com seus sacramentos). Assim, mantinha-se nessa nova configuração os ditames da religião oficial do estado. Aos protestantes, excomungados, cristãos novos, membros das irmandades e liberais, sobravam poucos cemitérios confessionais que eram construídos por iniciativa própria.

No final do século XIX, em 1890, o ideário republicano levou a cabo a promulgação da primeira Constituição republicana e do Decreto 119-A, que, além de trazer a derrocada do regime monárquico, pôs fim ao regime de Padroado e aos laços, já fragilizados, que uniam a Igreja e o Estado (Mariano, 2002). A Constituição, é verdade, seria a corroboração, no

ordenamento jurídico-estatal, de um processo laicizante e anticlerical que já dava sinais de marcante presença desde a década de 1860 (Leite, 2011: 37). Mas o seu artigo 72 traria, de forma expressa e de uma só vez, o reconhecimento exclusivo do casamento civil, a obrigação do ensino leigo nas instituições públicas e o caráter secular dos cemitérios. A tríade civil-leigo-secular sustentaria a partir de agora a dimensão da vida cotidiana dos brasileiros nas questões mais importantes, negando a possibilidade de que os sacramentos, ou a falta deles, tivessem qualquer ligação com a concessão dos direitos previstos no ordenamento jurídico. Educação, casamento e sepultamento seriam agora áreas de regulamentação e fiscalização exclusivas das autoridades públicas, e o fato de o indivíduo ser ou não católico não deveria – ao menos, oficialmente – influenciar nessas questões. Era a secularização dos cemitérios brasileiros no seu sentido mais estrito.

O surgimento desses novos tipos de cemitérios, fora da *urbe* e agora geridos pelo poder público, suscitou uma série de atos de resistência, encabeçados majoritariamente por integristas católicos e irmandades religiosas. O mais famoso deles ficou conhecido como Cemiterada, ocorrido em Salvador e documentado pelo historiador João José Reis (1999). Parte da população mais imbuída de religiosidade nutria certa desconfiança em relação aos novos cemitérios, tidos como profanos, e marcharam com cruces, paus e pedras em direção aos recém-inaugurados campos santos. A revolta, conforme descreve Reis (1999), colocou em oposição religiosos e “cemiteristas”, grupo constituído por intelectuais, políticos liberais, positivistas e franco-maçons que enxergavam nas novas descobertas da higiene o prenúncio da possibilidade de um processo civilizatório no Brasil.

A repentina ruptura com o regime de Padroado e com o ideário imperial levada a cabo pela primeira constituição republicana demoraria, no entanto, a surtir efeitos práticos. Ainda nas primeiras décadas do século XX, eram construídos muros que separavam o lugar de enterro dos católicos daqueles interditados pelo direito canônico de receberem sepultura, prática oposta ao que determinava a constituição em relação à proibição de diferenciação por questões religiosas (basta analisar o terreno contíguo que compreende o Cemitério dos Protestantes e o Cemitério da Venerável Ordem Terceira do Carmo, na região da Consolação, em São Paulo). No interior do Brasil, os enterros continuavam a acontecer nas igrejas ou ao seu redor, dada a impossibilidade de fiscalização pelo poder público de todo o território.

A questão tinha como pano de fundo uma dimensão político-ideológica: ao positivar no aspecto jurídico formal a supremacia dos direitos civis sobre os religiosos, a ingerência da Igreja Católica nos novos cemitérios incomodaria setores mais envolvidos com a militância laica,

conforme escreveu Murillo Marx (1989). Daí que as campanhas de grupos liberais e republicanos se acentuaram, visando a garantir um local de destinação dos corpos efetivamente neutro em termos religiosos e aprofundando a secularização dos cemitérios para além de seu aspecto jurídico. Frente essa ofensiva, e com o crescimento dos centros urbanos, a Igreja Católica abandonou suas pretensões de gerir o destino dos mortos, passando, já na primeira metade do século XX, às estratégias de neocristandade (Mainwaring, 1989), buscando retomar, por outros meios e sob outros aspectos, a influência perdida com a separação Igreja-Estado.

3.3. O culto aos mortos como dimensão civil e o desenvolvimento da arte tumular

São Paulo contaria em 1920 com aproximadamente 600 mil habitantes. As diferentes regiões da cidade conurbariam graças ao aumento demográfico causado pela expansão industrial e pela chegada de imigrantes europeus que aportavam no Brasil e se envolviam em atividades manufatureiras. O prestígio cultural seria redirecionado para os intelectuais e artistas da Semana de Arte Moderna de 1922 (Helena, 1994), e os bons ventos da economia cafeeira consolidariam uma elite econômica e política no país, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo. Na nova configuração espacial da metrópole, os cemitérios do Araçá, São Paulo e Consolação se apresentariam não mais afastados da cidade, mas agora no seu interior, e seriam eleitos os preferidos da elite intelectual, política e econômica. Não por acaso, tais cemitérios viriam a se tornar verdadeiros repositórios de esculturas e arquitetura tumular dos mais renomados artistas da época, como por exemplo Victor Brecheret, autor, entre outras obras, do símbolo da cidade de São Paulo, o Monumento às Bandeiras, instalado em frente ao Parque do Ibirapuera (Piccinini, 2011).

Por outro lado, movimentos operários e manufatureiros começavam a se mobilizar e a pleitear o direito ao auxílio-funeral e aos seus jazigos. Para atender a essas demandas, foram criados cemitérios periféricos, como os de Vila Formosa (1949), o Cemitério Dom Bosco (1971), o Cemitério São Pedro (1981), O Cemitério São Luis (1981), o último cemitério público construído na cidade. Insere-se assim, de forma definitiva, a representação da desigualdade da sociedade brasileira na organização de seus mortos. Os do centro, voltado às elites; os da periferia, aos trabalhadores despossuídos. Não por acaso, Catroga (1999, 2010) irá se referir, no caso português, a um *lumpemproletariado do além*.

No período da *Belle Époque* brasileira, as classes mais abastadas passam a importar da Europa artesãos e escultores especializados em monumentos tumulares, ou mesmo a importar mausoléus inteiros – caso do mausoléu dos Matarazzo, no Cemitério Consolação, o mais suntuoso dentre todos. Aos políticos e intelectuais de reconhecida importância, são erigidos túmulos que fazem menção aos seus feitos, geralmente acompanhados de cerimônias públicas nos seus enterros. Os túmulos passam, dessa forma, a evidenciar os feitos e conquistas dos indivíduos em vida, menos preocupados com as questões escatológicas. O monumento a qual o defunto tem direito determina a memória que deixará aos vivos, e as necrópoles passarão a ocupar, durante todo o desenrolar do século XX, o papel de obituário civil fincado e eternizado no seio da sociedade, como diz Catroga (2010).

Não à toa, os três cemitérios paulistanos já mencionados – Consolação, Araçá e São Paulo – viriam a ser, mais tarde, considerados verdadeiros museus a céu aberto por órgãos de preservação do patrimônio histórico e cultural. Ali estão enterradas figuras como Conde Matarazzo, Monteiro Lobato, Oswald e Mario de Andrade, Marquesa de Santos, Paulo Vanzolini, Perola Byington, Tarsila do Amaral, Washington Luis etc. Seriam ainda incorporados ao roteiro turístico da capital, atraindo inclusive visitantes de outros países. Por outro lado, do lado oposto ao requinte e elitização, o Cemitério Dom Bosco, em Perus, por exemplo, entraria para a história da capital como aquele onde foi descoberta uma das valas comuns das vítimas da ditadura militar, onde foram depositados mais de 1000 corpos de executados pelo regime. O Cemitério São Luis, por sua vez, seria reconhecido pela maior proporção de jovens e adolescentes enterrados entre os cemitérios brasileiros, indicador insofismável da presença da violência nas causas das mortes desses defuntos precoces. A geografia dos cemitérios paulistanos tornar-se-ia uma representação fiel da sociedade brasileira: violenta, elitista e desigual.

3.4. Os cemitérios como locais de socialização, lazer e consumo

Relembrando os três quadros já apresentados até aqui, temos: em primeiro lugar, a criação dos cemitérios *extra urbe* e o fim do enterro nas igrejas; a definição dos cemitérios como seculares e o fim da ingerência católica na gestão dos mortos; a dessacralização da morte em face à dimensão da memória civil dos falecidos, opondo os anseios com a vida eterna no além às realizações políticas, artísticas e sociais realizadas neste mundo. Cada um desses quadros foi objeto de estudos de historiadores, arquitetos, artistas e mesmos sociólogos, não

obstante o enfoque disciplinar específico que se dedicou a cada um deles. O último quadro, que vai inserir os cemitérios das grandes cidades na geografia e no imaginário do mundo dos vivos, trata de um ponto ainda não analisado pelo aspecto sociológico, objeto da pesquisa que ora se apresenta.

Com o aumento do interesse de pesquisadores e do público em geral nas personalidades e nas obras de arte contidas cemitérios, foram sendo elaborados guias, folhetos e cartilhas indicativas dos túmulos e esculturas de interesse dentro das necrópoles de maior prestígio, material que passou a figurar como item obrigatório dos adeptos do turismo cemiterial. Nas últimas duas décadas, como consequência, criou-se toda uma cadeia de mercado especializada nesse tipo passeio. Cemitérios como La Recoleta, em Buenos Aires, e o *Père Lachaise*, em Paris, para ficar em dois exemplos, tornaram-se destinos turísticos quase tão procurados como a Casa Rosada ou a Torre Eiffel. Agências de viagem passaram a oferecer roteiros turísticos sob medida para quem quisesse conhecer os cemitérios mais importantes da Europa, por exemplo. Por outro lado, no mercado editorial, especialistas passavam a resenhar e indicar os cemitérios da mesma forma como é feito com os restaurantes – para ficar em um exemplo, temos o recém-lançado *199 cemitérios para se conhecer antes de morrer* (Rhoads, 2017).

As capelas e mesmo os espaços entre os túmulos passaram a abrigar companhias de teatros especializadas em encenações nas necrópoles, e os grupos de teatro começaram a disputar espaço com frequentadores comuns. Empresas se especializaram na assessoria e organização de acervo documental e histórico cemiterial. De seu lado, o poder público modernizou os espaços, garantiu a circulação e capitalizou, na medida do possível, essa nova tendência, fazendo o uso de tecnologias como leitores de *QR code* e passeios virtuais através da ferramenta *Google Street View* nos cemitérios paulistanos.

Em diferentes cidades do mundo, os cemitérios passaram a oferecer locais para a prática de esportes e lazer. Aulas de ioga, festivais de cinema, ciclos de teatro, apresentações de corais e orquestras, roteiros personalizados e à caráter etc. Os espaços verdes que invariavelmente circundam esses locais serviram para que se instituísse trilhas de caminhada, locais para piqueniques e descanso, com áreas reservadas para os pets. Uma nova concepção marcada pelo trio arte-cultura-meio ambiente, como assim definiu o jornal *El País*, numa instigante reportagem que traz como subtítulo a constatação: “São Paulo vive uma revolução silenciosa

de suas necrópoles, que ganharam de wi-fi a obras de arte e eventos culturais”¹⁴. Aos poucos, esses lugares foram perdendo seu caráter mórbido e triste e ganhando uma nova cara de locais de vida, de vitalidade, de saúde. Mesmo a destinação usual do corpo, o enterro em sepultura, passa a ser preterida pela cremação, tão mais afinada com o politicamente correto verde, tão em moda em nossa época que impacta até mesmo os discursos religiosos (Santos, 2017). Ao mesmo tempo, passou-se a cogitar a construção de cemitérios para *pets*, projeto afinado com as recentes declarações do Papa Francisco de que mesmo os cachorros poderiam adentrar no reino dos céus.

É evidente, conforme já mencionado, que a divisão temporal do processo de secularização dos cemitérios brasileiros aqui proposta não se propõe a substituir a historiografia já canonizada. Na verdade, e é bom que se fique claro, trata-se uma divisão que pode ser aplicada *in totum* apenas para o Cemitério Consolação, já que outros cemitérios ao redor do mundo e mesmo do Brasil passarão ou passaram por processos distintos de secularização. Pode ocorrer, inclusive em cidades menores, em que somente as duas primeiras etapas tenham ocorrido, por exemplo, de modo que a arquitetura e a simbologia tumular ainda estejam arraigadas numa visão religiosa de vida e morte. O contrário também é possível: a Abadia de Westminster, por exemplo, não findou a prática dos enterros *apud ecclesia* – os enterros e funerais dividem espaço com os casamentos e os batizados –, mas figura hoje como um dos maiores símbolos da identidade inglesa e um dos destinos turísticos mais procurados do mundo. Em outro exemplo, o Cemitério de Arlington, nos Estados Unidos, foi pensado exclusivamente em função da guarida dos militares mortos nas guerras, projetado desde o início como local de culto cívico. No caso do Cemitério Consolação, essa abordagem pode ser considerada como uma historiografia ideal-típica, não obstante a possibilidade de ser utilizada, com os devidos ajustes, para compreender o processo de outros cemitérios.

¹⁴ Ver a reportagem “Cemitérios para os vivos”, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/29/cultura/1438188684_202237.html. Acesso em 22 de dezembro de 2020.

4.

O CEMITÉRIO CONSOLAÇÃO, UMA HISTÓRIA DE MUDANÇA NO MUNDO DOS MORTOS E NO MUNDO DOS VIVOS

Na região central de São Paulo, à Rua da Consolação, uma área retangular de quase 80.000 m² é ocupada pelo Cemitério Consolação e dois outros cemitérios menores e específicos, dirigidos especialmente à uma ordem terceira e cristãos não católicos. O Cemitério Consolação serve de morada aos mais ilustres e diversos moradores. Membros da corte portuguesa, escultores brasileiros e estrangeiros, ex-presidentes, políticos influentes, escritores, músicos e pintores e até mesmo santos populares coabitam naquele espaço, todos eles mortos, evidentemente.

4. Croqui do Cemitério Consolação, com indicação dos túmulos ilustres



Fonte: Guia de Visitação do Cemitério Consolação

Descansando em seus túmulos e mausoléus, recebem todo ano a visita de milhares de pessoas que, interessadas em conhecer mais da história política e cultural de São Paulo ou do Brasil — ou mesmo agradecer por alguma graça concedida ou pedido realizado — passeiam entre as ruas do Cemitério Consolação, seja nas visitas guiadas que ocorrem em três dias da semana ou de forma independente, muitas das vezes orientadas por tecnologias como o *Google Street View* ou totens com *QR codes*. Outra alternativa é retirar o Guia de Visitação logo na entrada, e descobrir ali os endereços dos habitantes famosos. Abaixo, o rol desses personagens conforme o Guia de Visitação, por categoria socio-profissional:

5. Endereço dos túmulos das personalidades sepultadas no Cemitério Consolação

INTELECTUAIS, ARTISTAS E HOMENS PÚBLICOS			
1 PAULO PRADO Empresário e historiador (quadra 29, terreno 2)	15 FRANCO DA ROCHA Médico psiquiatra (quadra 32A, 16)	29 TARSILA DO AMARAL Pintora (quadra 36, terreno 46)	33 GUIOMAR NOVAES Pianista (quadra 12, terreno 5)
2 MÁRIO DE ANDRADE Poeta e escritor (rua 17, terreno 1)	16 ROBERTO SIMONSEN Economista e escritor (quadra 49, terreno 15/16)	30 MARCELO TUPYNAMBÁ (FERNANDO LOBO) Maestro compositor (quadra 36, terreno 8)	34 FLÁVIO IMPÉRIO Arquiteto e artista plástico (quadra 13A, terreno 31)
3 LÍBERO BADARÓ Médico e jornalista (rua 17, terreno 8)	17 GEREMIA LUNARDELLI Cafeicultor (quadra 49, terreno 48)	31 OLÍVIA GUEDES PENTEADO Protetora das artes (rua 35, terreno 1 e 2)	35 JOÃO MENDES Jurista (rua 7, terreno 33)
4 MONTEIRO LOBATO Escritor (quadra 25, terreno 2)	18 JORGE STREET Industrial, pioneiro da assistência social no Brasil (quadra 48, terreno 38)	32 CÍCERO POMPEU DE TOLEDO Dirigente esportivo (rua 4, terreno 35)	36 EMÍLIO RIBAS Sanitarista e criador do Instituto Butantan (quadra 1A, terreno 8)
5 ANTONIETA RUDGE Pianista (rua 36, terreno 17)	19 CAIO PRADO JÚNIOR Historiador (rua 37, terreno 10)	Políticos	
6 CESÁRIO MOTA JÚNIOR Médico higienista (rua 34, terreno 14)	20 CÂNDIDO FONTOURA Farmacêutico e empresário (rua 38, terreno 12)	1 ANTÔNIO DA SILVA PRADO Ministro do Império e primeiro Prefeito da cidade (quadra 29, terreno 2)	9 JOSÉ MARIA WHITAKER Chefe do Governo Provisório de São Paulo (quadra 83, terreno 40)
7 LUÍS GAMA Poeta e abolicionista (rua 12, terreno 17)	21 CONDE FRANCISCO MATARAZZO Industrial (quadra 82, terreno 6/12)	2 ALTINO ÁRANTES Presidente da Província (quadra 25 A-8)	10 ABREU SODRÉ Governador do Estado (quadra 80A, terreno 6/7)
8 MARQUESA DE SANTOS Benemérita (rua 1, terreno 3)	22 ANTONINHO DA ROCHA MARMO Benemérito conhecido como santo do povo (quadra 80, terreno 6)	3 CARVALHO PINTO Governador de São Paulo (quadra 44, terreno 136)	11 CAMPOS SALES Presidente da República (quadra 82)
9 MÁRIO ZAN Autor dos hinos dos 400 e 450 anos da Cidade de São Paulo (rua 5, terreno 5)	23 PAULO EMÍLIO SALES GOMES Crítico de cinema e historiador (quadra 74, terreno 11)	4 LUCAS NOGUEIRA GARCEZ Governador de São Paulo (rua 17, terreno 14)	12 ANHAIA MELO Prefeito de São Paulo (quadra 64, terreno 62)
10 OSWALD DE ANDRADE Escritor (rua 17, terreno 17)	24 RUBENS DE FALCO Ator (quadra 57, terreno 48)	5 MARQUÊS DE MONTE ALEGRE (JOSÉ DA COSTA CARVALHO) Regente do Império (rua 2, terreno 6)	13 COUTO DE MAGALHÃES Presidente da Província (quadra 36, terreno 1/2)
11 PAULO MACHADO DE CARVALHO Dirigente esportivo (rua 11, terreno 7/8)	25 ITÁLIA FAUSTA Atriz dramática (quadra 65, terreno 36)	6 BARÃO DE ANTONINA Senador do Império (rua 1, terreno 6/7)	14 WASHINGTON LUÍS Presidente da República (quadra 22A, terreno 1º)
12 CAETANO DE CAMPOS Educador (rua 11, terreno 28)	26 RAMOS DE AZEVEDO Engenheiro arquiteto (rua 24, terreno 15A e 15B)	7 ARMANDO DE SALES OLIVEIRA Governador de São Paulo (quadra 17, terreno 9)	15 BERNARDINO DE CAMPOS Presidente da Província (rua 35, terreno 10/11)
13 ARMANDO BOGUS Ator (quadra 18, terreno 10)	27 PÉROLA BYINGTON Filantropa e ativista social (rua 26, terreno 27)	8 CARLOS DE CAMPOS Presidente da Província (rua 37, terreno 21)	16 ADEMAR DE BARROS Governador do Estado (rua 7, terreno 56)
14 JÚLIO DE MESQUITA Jornalista (quadra 45, terreno 15/16)	28 ANÁLIA FRANCO Educadora e escritora (quadra 62, terreno 20)		17 JORGE TIBIRIÇÁ Primeiro Governador do Estado (rua 20, terreno 20)

Fonte: Guia de Visitação do Cemitério Consolação, disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/cemiterio%20mapa%20baixa_1219246518.pdf. Acesso em 17 de abril de 2021.

Além dos moradores ilustres, o Cemitério Consolação — e seus vizinhos, o Cemitério dos Protestantes e o Cemitério da Ordem Terceira do Carmo, no terreno contíguo — se apresenta como um grande bloco verde incrustado entre os arranha-céus e as avenidas movimentadas do Bairro da Consolação, região de um dos m² mais caros do Brasil.

6. Vista aérea do Cemitério Consolação



Fonte: foto obtida com a ferramenta Google Street View¹⁵.

Juntamente com o Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, o Cemitério Consolação se apresenta hoje como um dos maiores patrimônios artístico e cultural a céu aberto do Brasil e do mundo, se assemelhando, em termos de visitação e interesse turístico, aos Cemitérios da Recoleta, em Buenos Aires, e ao Cemitério do P re-Lachaise, em Paris. Sua movimentação turística, no entanto, é inversamente proporcional   movimentação decorrente de sua atividade-fim, sua movimentação funerária, digamos assim, já que os espaços para enterro, obtidos em regime de concessão pelos chamados concessionários, estão praticamente lotados. Das poucas concessões que são reavidas após um longo e burocrático processo administrativo (por abandono, por exemplo), a maioria   re-concedida com critérios não muito transparentes ou, eventualmente, através de leilões públicos. Assim, o Cemitério Consola o

¹⁵ à direita, limitados pela Rua Sergipe, o Cemitérios dos Protestantes e o Cemitério da Venerável Ordem Terceira do Carmo. À esquerda da imagem, o topo da capela, que marca o ponto central do Cemitério da Consola o.

guarda a fama de ‘cemitério das elites’, numa reprodução *post-mortem* do velho patrimonialismo e da desigualdade que marcam a realidade dos vivos no Brasil.

Nos termos que interessam a esta pesquisa, a história do Cemitério Consolação retrata exatamente o caminho que propusemos como categorização socio-histórica dos tipos de cemitérios no primeiro capítulo desta tese, mesmo que sua história possua idas e vindas. Pensado inicialmente sob os ventos secularizantes que já agitavam o reinado de Dom Pedro II, cuja família real se afastava cada vez mais do catolicismo (Matrangolo, 2013: 103), a construção do cemitério foi a alternativa higienista à já decadente prática dos enterros nas igrejas. Projetado desde cerca de 1830, recebeu o aporte financeiro necessário para a finalização de sua construção em 1857, tendo sido inaugurado no ano seguinte. Trata-se, pois, do primeiro cemitério público e secular da cidade de São Paulo. No início do século XX, já figuraria como o cemitério preferido da elite paulistana, que erigiria naquele espaço, com a aquisição de mausoléus importados e a contratação de carraristas de grife, o testamento mortuário de suas trajetórias cívicas. Posteriormente, suas esculturas, mausoléus e afrescos seriam incorporados — simbólica e administrativamente — ao patrimônio cultural da cidade de São Paulo. No fim, em meados da década de 2010, no outro extremo de sua finalidade inicial, seria disputado como uma área pública, mais um entre tantos parques verdes da cidade.

Mas o suceder dos fatos que levaram à construção do Cemitério Consolação é mais complexo, e envolve personalidades como Dom Pedro I, Marquesa de Santos, Celso Rath, Líbero Badaró e José Oswald Nogueira de Andrade, pai do poeta Oswald de Andrade, para ficar em alguns exemplos. Para além dos debates sobre novas concepções de higiene e saúde que aportavam no Brasil junto com a chegada da corte real e a novas faculdades de medicina que eram fundadas na capital do império, os motivos para a construção da necrópole tinham como causa principal as interdições aos enterros de não católicos nos cemitérios que já existiam. Se parte da Igreja Católica havia concordado em ceder à pressão pelo fim dos enterros *ad sanctos*, com a criação do Cemitério da Glória, por exemplo — ou Cemitério dos Aflitos, no atual bairro da Liberdade —, e dos cemitérios mantidos pelas irmandades, é fato que esses espaços continuavam sob a influência e administração do clero, que ainda determinava quem poderia ser enterrado ali. A pressão maior contra esse privilégio da Igreja, no caso, vinha das primeiras missões protestantes que chegavam ao império.

Criado em 1774, o Cemitério dos Aflitos fora erigido para dar conta dos “miseráveis, escravos e prisioneiros” (Matrangolo, 2013: 63), despossuídos de modo geral, que não podiam arcar com os custos das exéquias. Mantido pela caridade das irmandades e ordens terceiras,

acabaria recebendo, já no início do século XIX, os primeiros protestantes alemães que faleciam em terras brasileiras que, a contragosto de sua comunidade, que se avolumava, e em função das proibições católicas, não viam saída a não ser dividir o derradeiro espaço que lhes cabia com outros indesejados, estes por outros motivos. Em 1º de outubro de 1828, Dom Pedro I promulgaria a lei que reorganizaria administrativamente todo o império e que transferia às câmeras municipais uma série de responsabilidades até então centralizadas, entre elas a observância dos preceitos da Boa Morte e a proibição definitiva dos enterros dentro das igrejas. O debate sobre a construção de novos cemitérios rompeu, então, os limites da capital do império, isto é, o município neutro do Rio de Janeiro, e a comunidade não católica, a incipiente classe médica e setores progressistas da imprensa encamparam a ideia. O *lobby* foi tão eficaz que, enquanto a câmara municipal de São Paulo iniciava o debate acerca dos desafios da criação de um cemitério público, o Cemitério dos Protestantes e o Cemitério dos Alemães, no atual bairro de Parelheiros, extremo sul de São Paulo, seriam erguidos já em 1829, com doações da comunidade estrangeira que vivia no Brasil. Fundidos, esses cemitérios seriam rebatizados como Cemitério de Colônia.

Somente três décadas depois, avançadas as discussões políticas e culturais e definido o lugar apropriado para sua edificação — foram considerados o bairro de Campos Elíseos e o bairro da Luz como possibilidade, posteriormente descartada —, seria construído em 1858 e inaugurado em 1859 o Cemitério Consolação no lugar em que se encontra atualmente. Participaram ativamente da escolha o engenheiro alemão radicado no Brasil, Carlos Rath, responsável pelo projeto, e o médico, jornalista e político liberal Líbero Badaró. Em 1855, um terreno público às margens da Estrada dos Pinheiros seria finalmente desapropriado e somado às terras doadas por Joaquim Floriano Wanderley, com a construção do cemitério finalmente se iniciando. Em 1857, dois anos depois, Domitila de Castro Canto e Melo, a famosa Marquesa de Santos, faria a doação de 2 contos de réis para a construção da capela, associando simbolicamente e de forma definitiva sua figura à necrópole. O túmulo da Marquesa de Santos, relativamente discreto, é ainda hoje local de visitação, sempre enfeitado pelos admiradores da marquesa. Pelo fato de ter sido amante do imperador at e o segundo casamento de Dom Pedro I, receberia, posteriormente, de modo informal, o título de padroeira das prostitutas¹⁶.

¹⁶ Ver a respeito <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/tumulo-da-marquesa-de-santos-em-sao-paulo-vira-simbolo-para-prostitutas.shtml>. Acesso em 17 de abril de 2021.

7. Túmulo da Marquesa de Santos



Fonte: Thiago Queiroz/Estadão.

A resistência por parte da sociedade ao novo campo santo, efetivamente público e secular, foi diminuindo aos poucos. Conforme avançava a secularização e o pluralismo religioso dava sinais de fôlego, estar enterrado longe dos altares já não era visto como algo tão danoso. As elites investiam altas somas de dinheiro com a contratação de escultores e marmoristas, erigindo túmlos e mausoléus que espelhassem o prestígio civil que tinham — ou julgavam ter — em vida. No início do século XIX, já com a separação Igreja-Estado e o advento da República, o Cemitério Consolação era considerado um local prestigiado para ser enterrado, e ganhou a preferência da elite cultural, política e econômica da época. Em 1909, o então vereador José Oswald Nogueira de Andrade propôs uma extensa reforma na necrópole, alegando que um local tão distinto e importante para a cidade merecia ares mais respeitosos. A reforma ficou a cargo do mais notável arquiteto da época, Ramos de Azevedo, responsável, entre outras coisas, pela construção do arco de entrada do cemitério, com inspiração francesa e voltado para a Rua da Consolação, e pela substituição da capela originalmente construída graças à doação da Marquesa de Santos.

8. Portão de entrada do Cemitério Consolação em 1928, num dia de Finados



Fonte: Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital.

Enquanto outros cemitérios públicos iam sendo construídos na capital — Araçá (1887), Quarta Parada (1893), Cemitério do Chora Menino, ou de Santana e Cemitério da Penha (1896), Cemitério da Freguesia do Ó (1901), até os mais recentes construídos nas décadas de 60, 70 e 80, como o Cemitério Dom Bosco (1970), o da Vila Alpina (1971) e o São Luiz (1981), o mal-afamado “cemitério dos crimes”, como é referenciado na mídia —, foi o Cemitério Consolação, desde as primeiras décadas do século XX, que figurou como o destino final preferido da elite paulistana, tornando-se, o ato de ser sepultado ali, símbolo de prestígio e distinção. Felipe Fuchs (2019), numa pesquisa interessantíssima sobre os cemitérios na paisagem paulistana, percebe que há uma distribuição sócio-econômica e no sentido centro-periferia na forma como os cemitérios são projetados e construídos com o passar do tempo, fazendo com que os serviços prestados pelos cemitérios públicos mais recentes sejam direcionados para uma clientela bastante específica: as vítimas da violência urbana e os desassistidos pelo poder público.

Durante toda a primeira metade do século XX, o Cemitério Consolação vai se consolidar como símbolo de uma sociedade em mudança. A busca por *status* e distinção da incipiente elite econômica, política e intelectual de São Paulo acomoda naquele espaço um novo sentido, bastante diferente daquele que motivou inicialmente a sua construção. A partir da segunda

metade do século XX, naquilo que Olga Maíra Figueiredo chamou de “segunda fase do Cemitério da Consolação”, a necrópole já não corresponde mais ao que se esperava de sua atividade-fim, a destinação de restos mortais, mas a um espaço simbólico de perpetuação da memória dos privilegiados. Há, assim, subjacente às transformações, um processo de apagamento da história daqueles “intrusos” que outrora haviam repousado ali e que foram trasladados para cemitérios menos prestigiosos: “as marcas, memórias e identidades dos sepultados menos abastados foram desvanecidas no tempo e no espaço cemiterial” (Figueiredo, 2020: 77).

Com a diminuição drástica dos velórios e sepultamentos que ocorreu à medida que os espaços da necrópole escasseavam, o poder público se viu na obrigação de gerir o Cemitério Consolação não mais — ou não somente — como um local de prestação de serviços, mas como um patrimônio público que resguardava, a partir dos jazigos de personalidades famosas, dos mausoléus erguidos com mármore importado da Europa e das esculturas tumulares de grandes artistas da época, a memória e a história de São Paulo e também do Brasil. Assim, já em 1970, foram feitos os primeiros pedidos de tombamento em âmbito estadual de túmulos do Cemitério Consolação pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT). No pedido, a justificativa, que lamentava estar tratando de mortos e não de vivos, acrescenta: “Desgraçadamente, nada mais, talvez... Mas o que foi, foi. Não adianta chorar o leite derramado... Cuidemos de salvar do perecimento o que pudermos”¹⁷.

O processo seria posteriormente municipalizado, já que o CONDEPHAAT seria interligado às prefeituras, repassando a elas a responsabilidade pela gestão dos patrimônios. Seriam necessários mais de trinta anos até 2005, quando o órgão decidiria pelo tombamento, e mais dois anos até 2007, quando a resolução seria publicada no Diário Oficial da Cidade. Na resolução, seriam tombados ainda o Cemitério dos Protestantes e o Cemitério da Ordem Terceira do Carmo:

Artigo 1º - Ficam tombados como bens culturais de interesse artístico, urbanístico, paisagístico, histórico e turístico os cemitérios da CONSOLAÇÃO, da ORDEM TERCEIRA DO CARMO e dos PROTESTANTES, que ocupam inteiramente a

¹⁷ Ver a íntegra do documento em <http://www.ipatrimonio.org/sao-paulo-cemiterios-da-consolacao-dos-protestantes-e-do-carmo/ipatrimonio-processo-16264-70-cemiterio-da-consolacao-vol1/>. Acesso em 28 de abril de 2020.

quadra definida pelas ruas da Consolação, José Euzébio, Mato Grosso e Sergipe, incluindo as calçadas e o conjunto arbóreo em torno dessa quadra.

§ 1º - Elementos de destaque do tombamento: o traçado das alamedas, quadras e ruas dos três cemitérios.

§ 2º - No cemitério da Consolação, a capela, o pórtico de entrada, o Ossário e a atual administração, de autoria de Ramos de Azevedo, além das inúmeras esculturas, de grande valor artístico [...]

Seguia-se no decreto uma listagem de pelo menos uma centena de túmulos e jazigos em que não deveria haver qualquer modificação estrutural ou em suas esculturas, baseados na listagem do primeiro pedido, feito em 1970. O poder público assumiria, oficialmente, mais uma responsabilidade: a gestão da realidade imaterial dos cemitérios. No início dos anos 2000, o historiador Délio Freire Santos — quem também atuou como administrador do Cemitério Consolação — traçou o primeiro roteiro turístico de visita ao cemitério com base nos túmulos dos quais se pleiteava o tombamento. Falecido em 2002, assumiu a responsabilidade pela visita o então sepultador Francisvaldo Gomes, o Popó, função que exerce até os dias de hoje, já na qualidade de administrador da necrópole.

9. Popó, o “guardião do Consolação”, em visita guiada



Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo

Popó, natural de Crateus, no estado do Ceará, receberia em 2006 o título de Cidadão Paulistano das mãos do vereador Jamil Murad (PCdoB), numa sessão solene no salão nobre da Câmara dos Vereadores. Reconhecia-se ali, com a presença de figuras como a então primeira-dama, Ana Estela Haddad e do professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, sociólogo José de Souza Martins — também um interessado pelos estudos cemiteriais —, não só o belo trabalho executado por tanto tempo por Popó, mas também a importância da própria prática de visita ao Cemitério Consolação. Estima-se que, à época, pelo menos 1800 mil pessoas por ano percorriam as ruas da necrópole durante as visitas, a maior parte crianças e adolescentes que, por iniciativa das escolas, reservavam horários para a visita das turmas. As segunda-feiras, tradicional dia de visita ao cemitério de acordo com a tradição paulista, logo passariam a ser reservadas para atender exclusivamente os interesses dos educadores.

O Cemitério Consolação, assim, passaria com o tempo a constar como um dos principais pontos turísticos da capital paulista, competindo em prestígio com lugares tais como o Pátio do Colégio, a Pinacoteca, a Biblioteca Mário de Andrade e o Mercado Municipal. Não à toa, foi escolhido como o local preferencial para a realização de eventos artísticos, esportivos e culturais. Já inserido na programação da Jornada do Patrimônio e da Virada Cultural Paulista (ambos os eventos mantidos pela Secretaria Municipal de Cultura), a superintendência do Serviço Funerário na gestão municipal de 2014-2018, através do Programa Memória & Vida — que tinha como principal eixo considerar os cemitérios como parques e, a partir daí, fazê-los desempenhar atividades próprias dos espaços públicos por definição secularizados — concentraria ali, no “cemitério das elites”, seus maiores esforços de mudança de significado dos espaços cemiteriais.

Encontraria também, em função dessa escolha, as primeiras resistências por parte de setores conservadores da cidade a essa visão dessacralizadora, profana, de utilização dos cemitérios, para o que pesou, sem dúvida, o fato do então prefeito Fernando Haddad pertencer ao Partido dos Trabalhadores (PT). É o caso do projeto Cinetério [cinema + cemitério], proposta da prefeitura municipal, em sua gestão, de sessões de cinema nas dependências do Cemitério Consolação, que foi inicialmente impedido de ser realizado por liminar pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, ação iniciada por munícipes que consideraram a iniciativa da prefeitura um ato blasfemo contra seus mortos ali enterrados. De todo modo, derrubada a liminar, o Cinetério teve uma carreira emblematicamente bem sucedida no que diz respeito a se enxergar

o lugar dos mortos como um lugar de diversão e passatempo para os vivos pouco interessados no caráter sagrado que tal tipo de espaço pressupõe.

Além da atividade de cinema que se somou às anteriores ações ligadas à visitação monumental da necrópole principal de São Paulo, outras atividades ampliariam o portfólio de ações profanas que dariam uma nova cara a um lugar originalmente associado estritamente à morte, ou seja, lugar de tristeza, pranto e luto. Por exemplo, os eventos de ciclismo, as encenações de peças teatrais em horários avançados, a apresentação de bandas de rock and roll, as conferências de motivação acadêmica, a apresentação de atores e diretores de cinema de terror. Sem contar, evidentemente, com uma infinidade de outras atividades não associadas a programas específicos, mas motivadas certamente pela forma com que os cemitérios, no caso o Cemitério Consolação, passaram a ser vistos como sucedâneos de outros parques famosos da cidade, como o Ibirapuera, o Parque do Carmo, o Parque Villa Lobos e tantos outros, que mesmo somados ainda fazem da cidade de São Paulo uma metrópole que padece da escassez desse tipo de lugar público. O cemitério, portanto, no seu reuso, secular, moderno e inovador, mostrou-se capaz de contribuir para reduzir tal carência. Dali, daquele sítio demarcado pelo portal neoclássico de Ramos de Azevedo, novos hábitos, talvez já transformados em necessidades, que não cabem no baú das coisas religiosas, foram se espalhando para outras cidades dos defuntos paulistanos.

5.

OS CEMITÉRIOS PÚBLICOS E PARTICULARES E O SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Em julho de 2020, quase 150 anos após a sua criação em 1877, foi extinto, como autarquia, via projeto de lei do poder executivo, o Serviço Funerário do Município de São Paulo (SF MSP), substituído por empresas privadas. No decorrer desse século e meio de existência, os serviços cemiteriais prestados nos limites do município de São Paulo estiveram vinculados de alguma forma ao poder público executivo, que atuou parte desse tempo como fiscalizador, parte como entidade autárquica (desde 1958), mas sempre monopolizando as atividades mortuárias e concedendo, a depender do estatuto vigente, permissões para a realização de serviços como o transporte de corpos e o sepultamento, além da manutenção dos cemitérios municipais. Em 2020, com a mudança de estatuto da autarquia, concedeu-se em definitivo às empresas privadas a gestão dos corpos mortos, que serão, assim como tudo aquilo pelo que interessa o mundo corporativo, geridos em termos de lucro, investimento e capitalização.

Nos idos de 1856 — que, como mencionado, coincide com as primeiras providências para a construção do Cemitério Consolação —, as sucessivas epidemias de varíola já saturavam a capacidade das instituições religiosas de cuidar dos mortos na cidade. Os locais construídos fora dos limites do terreno da igreja demandavam, no processo de sepultamento, toda uma logística de construção de caixões e urnas funerárias, abertura de covas e transporte de corpos que ficava fora das atribuições e das capacidades de quem antes cuidava da maior parte do fluxo de mortos, em especial a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Os mais abastados contavam com seus escravos para realizar o traslado, mas um tipo especial de prestação de serviço

começava a se desenhar: contratavam-se a preços irrisórios crianças com carriolas para o transporte de corpos, e aqueles com disposição financeira mínima pagavam pelo serviço de pequenos empresários que disponibilizavam charretes e carroças, ainda assim um serviço extremamente precário.

Frente a isso, em 1860, a Câmara Municipal tomou para si a responsabilidade pelos enterros, subcontratando, a preços pré-fixados, o empresário Joaquim Marcelino da Silva para prestar o serviço. Segundo consta, o empresário oferecia “quatro classes de transporte para adultos (a mais cara, com carro de seis colunas, filetes de ouro, sanetas de veludo, puxado por quatro cavalos ricamente ajaezados e cocheiro fardado, custava 30 mil réis [...])”, enquanto a mais simples saía por 5 mil réis. Outras três classes eram destinadas ao enterro de crianças. Pelo contrato, “os indigentes seriam enterrados gratuitamente” (São Paulo, 1977: 10). Em termos comparativos, lembrando, a doação da Marquesa de Santos para a capela foi do montante de 2 contos (ou milhões) de réis. Esse contrato durou até o ano de 1871, alvo de várias críticas das instituições religiosas — já com o avanço da secularização sobre o cemitério, antes seu monopólio — em função da extrapolação dos preços acordados e da quebra da cláusula de gratuidade, frequentemente ignorada por Joaquim Marcelino. Já em 1874, várias pessoas passaram a concorrer na prestação de serviços desse ramo, cobrando das famílias, com o fim do tabelamento, os preços mais variados. Foi nesse ano que a Santa Casa reivindicou para si a retomada desse serviço.

De fato, a criação dos cemitérios extramuros não havia encerrado a milenar autoridade da Igreja Católica sobre assuntos da morte e do morrer, e a instituição ainda era responsável, em nome da caridade, por grande parte dos enterros na cidade. A Santa Casa enxergou ali um meio de racionalizar a questão: seria a responsável pela escolha das empresas, gerindo ela mesma — e fiscalizando — a execução contratual, recebendo honorários por esse papel. Em 1874, enviou um requerimento à Assembleia Legislativa Provincial, que, dois anos depois, por meio da Lei nº 69 de 2 de abril de 1876, concedeu o “privilegio por 20 annos, a Santa Casa de Misericórdia desta Capital, ou a quem melhores condições offerecer, para estabelecer o serviço dos enterramentos, incluindo-se nelle vehiculos para conducção de cadaveres, caixões, armações, e mais objectos proprios das salas mortuarias” (Art. 1º).

Pela lei, os preços voltavam a ser tabelados, com majorações significativas. Havia pelo menos seis tipos de caixões para adultos e outros seis para “donzelas”, que diferiam apenas na cor: aqueles pretos, estes na cor roxa. Outros seis modelos eram oferecidos como “caixões para anjos”. Os carros previstos variavam da mesma forma: adultos, “donzellas” e anjos. Diferiam,

por exemplo, no tipo de tração: puxados por “cavallos”, os mais caros, e por bestas, nas versões mais baratas. Para os indigentes, restava o transporte na carrocinha, oferecido gratuitamente para pessoas livres. Para pessoas não indigentes e escravos, era cobrado o valor de 5 mil réis. A lei previa ainda o custo com o transporte do pároco ou do sacristão que acompanhava o enterro, e deixava a cargo das famílias a opção de vestir os cadáveres ou deixar a tarefa para a Santa Casa. Por 4 mil réis, podia-se contratar a vestimenta e a mortalha para um corpo em bom estado. Caso o corpo estivesse “em estado de putrefacção, dissolução ou fôr a morte proveniente de molestia epidemica ou contagiosa”, o preço saltava para 10 mil réis¹⁸.

O contrato entre o município e a Santa Casa foi efetivamente firmado em 1879, e a instituição encarregou Aurélio Joaquim de Souza Fernandes de realizar os serviços funerários. A empresa Benjamin Silvado & Cia., que prestava os serviços em momento anterior à publicação da lei, firmou sociedade com Souza Fernandes e mais um particular, Antonio Bento de Paiva Azevedo. Em 1891, somou-se à sociedade a empresa Mattos & Cia., que realizou os serviços por dois anos. Segundo a historiadora Maria Amélia Salgado Loureiro, era frequente nesse período a recusa de parte da população em aderir à lógica empresarial dos sepultamentos, optando por assumir elas mesmas o trabalho fúnebre dos seus familiares, ao contrário do disposto na legislação. A construção dos cemitérios públicos, extramuros, era uma mudança mais geográfica do que simbólica, e as últimas homenagens, assim como tudo o que remete à vida religiosa, ainda eram uma questão de afetividade (Loureiro, 1977: s.p.).

Em 1893, a Santa Casa firmaria contrato com a Rodovalho Junior & Cia., contrato que perduraria por quase meio século. Tradicional empresa de aluguel de táxis e carruagens, a longa concessão conquistada pela família Rodovalho levou a uma reestruturação da empresa, que se especializou na construção e aluguel de carros fúnebres, coroas de flores, paramentos funerários e caixões. Foi a primeira empresa especializada no ramo funerário de São Paulo, e atuou até 1941. O privilégio — legal e comercial — incomodou outras empresas interessadas em investir seu capital nesse tipo de negócio, que se mostrava bastante lucrativo, a perceber pelo crescimento exponencial da empresa. Lucrativo também para a Santa Casa, que recebia uma quantia calculada em cima dos valores recebidos. A foto a seguir ilustra um cortejo fúnebre realizado pela empresa, provavelmente da faixa mais luxuosa:

¹⁸ Ver a íntegra da lei em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1876/lei-69-02.04.1876.html>. Acesso em 13 de maio de 2021.

10. Cortejo fúnebre no bairro do Bom Retiro, em 1916



Fonte: acervo São Paulo Antiga¹⁹

A Casa Rodovalho garantiria a profissionalização da prestação de um serviço outrora fragmentado, com responsabilidades compartilhadas entre a Igreja e o poder público municipal. Traria para si a responsabilidade de assumir a quase totalidade da prestação das atividades funerárias em São Paulo, tendo o município como fiscalizador e a Santa Casa de Misericórdia como a concedente do privilégio obtido por ela através de decreto de lei. Em 1918, porém, uma nova moléstia, de letalidade jamais vista em tempos modernos, assolaria o mundo e afetaria diretamente a logística funerária do Brasil e de São Paulo: a gripe espanhola. Foi a gripe espanhola que levou a demanda pelos serviços da Casa Rodovalho a patamares inesperados e praticamente inexecutáveis.

Se a capacidade máxima de operação da empresa dava conta de transportar cerca de cem corpos diários, os mortos em outubro de 1918 já eram da ordem de quase noventa por dia (frente à média de 27 corpos transportados e enterrados em tempos não pandêmicos). Com o iminente

¹⁹ Acervo disponível em <https://saopauloantiga.com.br/>. Acesso em 15 de maio de 2021.

limite operacional, a Casa Rodovalho reestruturou seus serviços: diminuiu o número de classes disponibilizadas para transporte e caixões, simplificou o acolchoamento, acabamento e adornos dos veículos e das urnas funerárias e adaptou diferentes tipos de tração animal para garantir que os cavalos e bestas não se exaurissem. Próxima demais da responsabilidade por um colapso na atividade funerária, a prefeitura direcionou oficinas mecânicas, fábricas de couro, juta e tecidos, madeiras e construtoras de veículos para a produção de artigos para enterro. Subsidiou parte dos caixões utilizados e disponibilizou caminhões e carros públicos para a empresa. A mão de obra para sepultamento, escasseada pelo medo e pelos vitimados da gripe, elevou os salários dos coveiros a 10 mil réis por dia, uma fortuna para a época. Estima-se que a Casa Rodovalho tenha chegado a realizar cerca de 600 enterros diários no momento mais crítico da pandemia (Loureiro, 1977a, 1977b), o triplo da capacidade atual do SFMSP.

A gripe espanhola demandou ainda a construção de mais um cemitério para a disposição dos corpos, o Cemitério da Lapa, construído às pressas ainda em 1918. Seria o décimo cemitério público da cidade. Após o Cemitério Consolação, já haviam sido construídos os cemitérios da Penha (1869), Araçá (1887), Quarta Parada (1893), Santana (1896), Freguesia do Ó (1901), Lageado e Vila Mariana (1904) e Parelheiros (1905). Até então, o critério considerado para a construção de determinado cemitério era basicamente a distribuição geográfica. Na medida em que as zonas administrativas iam se delineando e conformando a divisão terrestre da cidade, surgiam as demandas por um local para sepultamento que atendesse a nova região. Houve também aquelas necrópoles que foram construídas de acordo com o poder aquisitivo de sua (futura) clientela. O Cemitério da Penha, por exemplo, foi construído cerca de uma década após o Cemitério Consolação, mas a sua função era atender a região Leste da cidade (Pari, Mooca etc.). O Cemitério do Araçá, por sua vez, foi projetado para atender a elite que se deparava em suas intenções fúnebres e sociais com a lotação do Cemitério Consolação. Em 1926, o Cemitério São Paulo seria construído por esse mesmo motivo, para suprir as necessidades dessa mesma elite, mesmo que os efeitos da gripe ainda pudessem ser sentidos.

Esse regime de prestação de serviços funerários, compartilhado entre a Casa Rodovalho e a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, perduraria mais ou menos da mesma forma até o ano de 1931. Nessa época, em plena ditadura Vargas, iniciou-se a proposta de remunerar as empresas que atuavam nesse ramo com base na fixação dos custos para os enterros e traslados funerários, acrescidos de taxas que incidiam sobre o valor de custo dos serviços, uma proposta bastante inovadora para a época e que se mantém até os dias de hoje. Com os mandos e desmandos do regime do Estado Novo, alterava-se através de decretos-lei as responsabilidades

e incumbências dos municípios em relação ao governo federal, o que afetaria, em termos administrativos, a própria organização burocrática do município de São Paulo. Com o fim do primeiro governo de Vargas, a municipalidade se reestruturou a partir de novas diretrizes democráticas, e a cidade de São Paulo se organizaria em secretarias e autarquias (e, posteriormente, empresas públicas) tal qual nos dias de hoje. Nesse contexto, foi criada, em 1949, a Secretaria de Obras e Serviços Municipais, à qual se vincularia, finalmente e de forma direta, a gerência do Serviço Funerário do Município de São Paulo. A manutenção dos espaços cemiteriais e a zeladoria ficariam submetidas à Divisão de Parques e Jardins da mesma secretaria, um prenúncio do que aconteceria futuramente com o Plano Diretor Estratégico de 2014.

Foi a partir de 1958, com a Lei nº 5562, enfim, que o SFMSP recebeu o *status* de autarquia — grosso modo, um tipo de entidade com autonomia financeira e gestão própria que presta determinado tipo de serviços e que se mantém tutelado e fiscalizado por algum poder executivo. Com o decreto, estabelecia-se a criação de um conselho gestor, cujo presidente teria mandatos de quatro anos, a divisão administrativa em forma de diretorias (administrativa e financeira) e a divisão industrial. Colocava como atribuição exclusiva do Serviço Funerário a fabricação e o fornecimento de caixões mortuários para falecidos na cidade de São Paulo; a remoção dos mortos; os transportes de coroas nos cortejos fúnebres; a ornamentação das câmaras ardentes; a instalação e manutenção de velórios e o transporte fúnebre intermunicipal (art. 2º). Com algumas diferenças técnicas de contabilidade e gestão, esse modelo de funcionamento vigorou até 1976.

Em 1976, com a Lei nº 8383, o Serviço Funerário adquiriu a forma pela qual se estruturaria até 2019. No lugar do conselho gestor, a autarquia passaria a ser comandada por uma superintendência, com o auxílio de um conselho deliberativo e fiscal. Passaria a contar com uma assessoria jurídica própria e seria organizado em três departamentos: Departamento de Produção, Departamento Financeiro e Departamento de Cemitérios, cada um com um diretor (os chamados diretores com “D” maiúsculo, no jargão da instituição). Dentro dos departamentos, haveria divisões que ficariam a cargo de outros diretores (esses chamados de diretores com “d” minúsculo). As divisões se submeteriam aos departamentos pelas afinidades das atribuições. A Divisão de Compras, por exemplo, se vincularia ao Departamento Financeiro; a Divisão de Transportes, por sua vez, ao Departamento de Produção, e assim por diante. A lei instituiu ainda uma Assessoria de Gabinete da Superintendência, de caráter multidisciplinar, que atuaria produzindo relatórios técnicos e estudos de interesse da gestão:

biólogos, agrônomos, advogados, gestores ambientais e até antropólogos passariam pela assessoria.

A Lei nº 8383, de certa forma, “inflou” a estrutura do SFMSP. Ao se arrogar responsável por todas as atividades funerárias na cidade, obrigou-se a constituir uma frota própria de veículos, uma oficina própria para a manutenção dos carros funerários, galpões para acomodar madeiras, pregos e tecidos para a confecção de caixões e urnas funerárias, oficinas equipadas para o trabalho de marcenaria e serralheria, câmaras frias para o armazenamento de flores de ornamentação etc. Além dos óbvios sepultadores ou coveiros, mecânicos, marceneiros, serrilheiros, motoristas, controladores de tráfego, ajudantes, fiscais e floristas, por exemplo, eram contratados diretamente pela autarquia, que despendia um montante considerável de dinheiro, proveniente exclusivamente das receitas advindas da contratação de seus serviços, com recursos humanos. Conforme os paradigmas da administração pública mudavam (leia-se: a autorização da terceirização dos serviços de atividades-meio na administração pública), a máquina burocrática e operacional do SFMSP foi “desinchando”, ao passo em que empresas especializadas assumiam as tarefas e atribuições mediante pagamento por contratação direta. A lei ainda determinou que o SFMSP ficaria responsável por aprovar a criação de cemitérios particulares e os ligados a ordens religiosas e de aprovar os projetos de construção de qualquer cemitério no município.

Mais dois cemitérios seriam construídos depois de 1976: o Vila Formosa II (na verdade, uma ampliação resultante da junção do terreno contíguo ao Cemitério Vila Formosa, que havia sido obtido mediante doação pela prefeitura) e o Cemitério São Luiz, na Zona Sul de São Paulo. O Crematório da Vila Alpina, o único do município até o momento, foi mantido como um órgão autônomo até 1974, quando foi vinculado à autarquia (Loureiro, 1977a), dois anos antes de sua reestruturação final. Se a modernização política-administrativa alterava a composição e as formas pelas quais o SFMSP prestava seus serviços, aspectos socioeconômicos e culturais alteravam em paralelo a distribuição e a organização dos mortos no território municipal.

De um lado, a lotação espacial dos cemitérios anteriormente relacionados à elite, como o Cemitério Consolação e o Cemitério do Araçá, inviabilizava a continuidade dos enterros nessas necrópoles. De outro lado, a concepção de uma morada eterna *clean*, afastada dos grandes centros, arborizada e provida de medidas de segurança, restrita ao olhar e à presença de transeuntes, fazia com que a demanda por cemitérios particulares aumentasse. Tal qual grandes condomínios residenciais dispostos nas poucas áreas de Mata Atlântica e florestas que circundam a cidade de São Paulo e são buscados por aqueles que buscam ar fresco e silêncio

numa metrópole superpovoada, novos empreendimentos funerários vêm sendo construídos e negociados em termos de exclusividade, espaço, modernização, requinte, conforto e beleza desde a década de 1960, já se constituindo, atualmente, em mais de uma dezena de construções desse tipo. No caso de São Paulo, muitos desses cemitérios vêm sendo construídos fora do município, por razões compreensivelmente imobiliárias. Os cemitérios românticos do século XVIII deram lugar aos cemitérios do tipo parque, e a ostentação dos túmulos e mausoléus que antes representavam o poderio econômico, político e cultural dos mortos que ali jaziam passam a ser substituídos por pequenas placas impessoais e uniformizadas, que não dizem nada a respeito dos mortos senão que ali foi necessário gastar uma quantia considerável para poder descansar eternamente.

A privatização do serviço de cuidado dos mortos, conforme proposta da gestão municipal iniciada em 2017 e em estágio avançado de concretização, nada mais é do que a consequência da ampliação generalizada da privatização dos mais diferentes serviços prestados pela prefeitura, para não falarmos dos regimes estaduais e federal, que atingiram igualmente os serviços de coleta de lixo, iluminação pública, conectividade digital, gestão hospitalar, estádios esportivos, parques públicos etc. Para o que diz respeito ao presente estudo, essa transferência de poder sobre as cidades dos mortos, sobretudo aquelas anteriormente administradas pelo poder municipal, tem uma implicação direta: com ela, fica alterado o alcance do poder público no uso desses espaços como locais de lazer, entretenimento e cultura. Pode ser, no entanto, que convênios eventuais entre as esferas privadas e públicas podem retomar a qualquer momento empreitadas que, durante o período aqui analisado, transformavam, simbólica e espetacularmente, o cemitério de morada da tristeza em morada da alegria. De todo modo, o cemitério, tal como o conhecemos em suas diferentes etapas do processo de secularização, em sua caminhada rumo à diversidade de múltiplas razões, tem hoje um rosto diferente. Fora da gaiola da Igreja Católica, o cemitério, assim como os serviços que os produz e os mantém, ganhou um dinamismo próprio da sociedade mais ampla a que serve, com suas múltiplas demandas e respostas.

6.

O CINETÉRIO: ASPECTOS JUDICIAIS DO EVENTO NO CEMITÉRIO CONSOLAÇÃO

No segundo semestre de 2007, o Cemitério Vila Nova Cachoeirinha, um dos 22 cemitérios públicos administrados pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMSp)²⁰ e localizado na Zona Norte da cidade, receberia pela primeira vez o que seria chamado, posteriormente, de Cinetério. Parte da programação do Mês da Cultura Independente (série de eventos culturais espalhados pela cidade, organizados pelo Centro Cultural São Paulo com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura), o Cinetério consistia em projeções de filmes brasileiros e estrangeiros clássicos, geralmente de terror e suspense, nos muros do cemitério. Para a estreia, o filme escolhido foi *Nosferatu*, de F. W. Murnau, com a trilha sonora executada ao vivo pelo músico Maurício Takara e sua banda. Cerca de 500 pessoas compareceram ao evento, cujo sucesso da primeira edição garantiria seu lugar na programação oficial do Mês da Cultura Independente a partir daquele ano²¹.

Desde então, o evento só fez crescer, e as atrações se diversificaram. Entre 2008 e 2010, o mestre de cerimônias convidado para conduzir as sessões foi o ator e diretor José Mojica Marins, encarnando seu mais famoso personagem, o coveiro Zé do Caixão. As atrações começavam com o próprio Zé do Caixão contando histórias, de onde seguia conduzindo um

²⁰ O SFMSp é uma autarquia vinculada à Secretaria de Serviços da Prefeitura de São Paulo. Gerencia 22 cemitérios, 12 agências e 18 velórios, além do crematório. Por lei, cabe ao SFMSp o monopólio da prestação de serviços de enterro e transporte de corpos. Por meio de concessões e convênios, divide com outros 18 cemitérios privados a responsabilidade pelos funerais, os quais repassam parte dos custos ao SFMSp.

²¹ Ver <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0705200713.htm>. Acesso em 14 de julho de 2021.

passado noturno pelo cemitério. Após o passeio, filmes como *O massacre da serra elétrica*, de Tobe Hooper, e *Essa noite encarnarei no seu cadáver*, do próprio Mojica, eram projetados para o público. As sessões ocorriam madrugada adentro e terminavam ao som de DJs e bandas que garantiam o clima de *balada* da noite²². À época, o evento passou a ser conhecido como *Virada Cultural Lado B*, uma alusão à *Virada Cultural Paulista* – maratona de shows e apresentações promovida pela Prefeitura de São Paulo, que acontecia em datas relativamente próximas às exposições (Moraes, 2011) – e já reunia aproximadamente seiscentas a oitocentas pessoas por sessão.

Os Cinetérios continuariam ocorrendo regularmente no Cemitério Vila Nova Cachoeirinha até 2014, a partir de quando as projeções seriam feitas no Cemitério Consolação, na região central de São Paulo. Dois fatores contribuiriam diretamente para a mudança, um em função do outro: a aprovação, em julho de 2014, da Lei Municipal 16.050/2014, que instituiu o atual Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, e a inserção definitiva dos cemitérios na já comentada *Virada Cultural Paulista* e em outras festividades promovidas pela prefeitura, agora com atividades focadas nas necrópoles do centro paulistano.

O Plano Diretor integrou os cemitérios aos dispositivos de gestão de parques e áreas verdes²³ que têm, por atribuição, a finalidade de servir como espaços de lazer e cultura para os munícipes. A partir da redação dada pelo novo Plano Diretor, os cemitérios estariam classificados da seguinte forma:

SEÇÃO VI

DOS CEMITÉRIOS

Art. 282 Os cemitérios municipais integram o Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres.

Parágrafo Único. O Município deve elaborar o Plano Municipal de Serviço Funerário, definindo uma estratégia para o setor e as ações a serem realizadas nos cemitérios municipais.

Art. 283 O Plano Municipal de Serviço Funerário deve se orientar pelas seguintes diretrizes:

²² Um dos convidados de Mojica foi o músico Rogério Skylab, famoso na cena musical alternativa. Entre outros petardos, Skylab é autor das músicas *No Cemitério* (“Encontrei meu grande amor/No cemitério/Te ergui da sepultura”) e *Funérea* (“Minha casa é um cemitério/O meu pai um morto-vivo/Minha mãe é uma caveira/Minha avó/É uma bruxa”). Sobre o evento, ver http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id_noticia=413443. Acesso em 14 de julho de 2018.

²³ Somadas, as áreas de floresta e de parque, os cemitérios públicos possuem cerca de 3.600.000 m², figurando como a segunda maior área verde do município.

I - requalificar as áreas dos cemitérios na perspectiva de ampliar as áreas livres e as áreas verdes destinadas ao lazer da população;

[...]

III - estimular a pesquisa e o registro das obras e monumentos tumulares que apresentem valor histórico, artístico, cultural, arquitetônico e científico, com o objetivo de promover a sua conservação e restauro;

IV - planejar e executar a implantação de cemitérios verticais e crematórios públicos e privados nas diversas regiões do Município, visando ampliar a capacidade do atendimento e liberar áreas municipais para recreação e lazer;

V - planejar e executar a implantação de crematórios públicos para animais domésticos;

VI - estimular a criação de cemitérios e crematórios privados para animais domésticos.

Nota-se que a primeira disposição é justamente a integração dos cemitérios ao “Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres”, realocando os cemitérios da sua antiga classificação de Zona de Especial Interesse, presente no Plano Diretor anterior, de 2002. As Zonas de Especial interesse compreendem desde áreas de mananciais, passando por áreas próximas a represamentos, até os cemitérios. Trata-se, no limite, de áreas que demandam medidas diferenciadas de cuidado e manejo. Com a mudança, os espaços dos cemitérios ganharam o mesmo *status* dos parques municipais, como o do Ibirapuera, da Água Branca e o Parque do Carmo – locais onde ocorrem, tradicionalmente, algumas das atrações da Virada Cultural Paulista.

Entrando oficialmente no circuito oficial das festividades, o Cemitério Consolação recebeu, em setembro de 2014 a sua primeira versão do Cinetério. Com um público cinco vezes maior do que o esperado, cerca de mil pessoas se espremeram para assistir à projeção dos três filmes escolhidos para a estreia do evento na região central: *Ninfas Diabólicas*, de John Doo, *Excitação*, de Jean Garrett e *As Sete Vampiras*, de Ivan Cardoso²⁴. Com ameaças de protestos e panfletagens, as vésperas do evento foram marcadas por descontentamento e reclamações²⁵, especialmente das pessoas com familiares enterrados no local. O jornal *Folha de S.Paulo* realizou a cobertura e, dentre as pessoas entrevistadas, uma dela considerou o evento “um

²⁴ Ver <http://epoca.globo.com/regional/sp/cultura/noticia/2014/09/um-programa-para-cinefilos-corajoso-s-no-bcemiterio-da-consolacaoob.html>. Acesso em 15 de julho de 2018.

²⁵ Ver <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/09/1516058-tumulto-marca-cinema-em-cemiterio-em-sp.shtml>. Acesso em 15 de julho de 2018.

horror”. Outra, menos austera, declarou-se a favor das atividades culturais no cemitério, desde que de forma mais contida: “daqui a pouco vão mostrar até pornochanchada”, disse²⁶.

No ano seguinte, em 12 de setembro de 2015, prestes a iniciar as projeções da segunda edição, os organizadores receberam das mãos de um oficial de justiça uma liminar do Ministério Público do Estado de São Paulo que determinava a suspensão imediata do evento. A perspectiva de utilização, digamos, “heterodoxa” dos espaços cemiteriais foi, pela primeira vez, objeto de análise do Poder Judiciário, que se manifestou contrário à realização dos eventos. A Secretaria de Cultura do Município de São Paulo comunicou, com a seguinte nota, a o recebimento da liminar:

O Cinetério, evento que integra o Mês da Cultura Independente, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, teve seu local de exibição alterado, atendendo à liminar concedida pelo juiz Marcelo Theodosio. A ação foi impetrada ontem, 11 de setembro, pelo concessionário Antonio Donizete Pereira, que acredita que a área pública do Cemitério Consolação é de cunho particular. Por conta disso, o evento acontecerá na Rua Mato Grosso, atrás do Cemitério, a partir das 22h.

Na verdade, a nota é um pouco desajeitada na forma como descreve as motivações – bem como na forma como pessoaliza a questão, já que o autor da ação veio a solicitar, posteriormente, a omissão do seu nome no processo, temendo retaliações. A decisão liminar realmente partiu do concessionário²⁷, mas o que de fato embasou o seu pedido foi aquilo que está disposto no art. 5º, inc. VI, da Constituição Federal, trecho bastante conhecido pelos pesquisadores das religiões brasileiras, e que no seu texto garante a proteção aos locais de culto e suas liturgias²⁸. Segundo o concessionário, a projeção dos filmes profanaria um campo santo, local de “descanso dos falecidos”, de culto e de luto dos familiares. Argumentou, ainda, que o

²⁶ Curiosamente, a entrevistada parece ter antecipado a programação, já que Jean Garret e Ivan Cardoso são autênticos produtores da chamada Boca do Lixo, movimento cultural cinematográfico responsável por grande parte das pornochanchadas das décadas de 70 e 80. Ver <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/09/1513863-familiares-criticam-sessao-de-filmes-de-terror-no-cemiterio.shtml>. Acesso em 15 de julho de 2018.

²⁷ Como área pública, os espaços dos cemitérios são cedidos sob concessão, mediante o pagamento de títulos. Daí que concessionário pode ser traduzido, em termos simples, em determinado ou determinada munícipe que possui um “terreno”, um túmulo no cemitério.

²⁸ “VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.

evento anterior havia sido motivo de tumultos e o cemitério alvo de vandalismo, ocasionados pela falta de estrutura e controle por parte dos organizadores do evento.

Se é fato que realmente houve um princípio de tumulto no evento de 2014 – “Parte do público que não conseguiu entrar forçou o portão do cemitério por volta da meia-noite (o evento começou às 23h15), causando empurra-empurra com os seguranças”, noticiou a reportagem que embasou o pedido de suspensão –, foi a questão do caráter sagrado dos cemitérios (e, portanto, constitucionalmente protegido como local de culto e liturgia) que foi utilizada como embasamento para a expedição, por parte do Tribunal de Justiça de São Paulo, do mandado de segurança. Eis o texto da liminar que analisa o pedido:

Neste passo, entendo estar presente o fundamento relevante para suspensão do ato impugnado [...], havendo, a princípio, ferimento ao previsto no aludido artigo 5º, inciso VI da Carta Magna no tocante a proteção à inviolabilidade e liberdade de consciência de crença, assegurando-se o livre exercício dos cultos religiosos, [...] tendo como escopo final o respeito aos mortos.

Isto posto, CONCEDO A LIMINAR determinando a suspensão do ato impugnado a ser realizado na data de amanhã, 12/09/2015, às 22 horas, no Cemitério Municipal da Consolação, que diz respeito a exibição cinematográfica denominada “Cinetério”²⁹.

A saída dos organizadores foi projetar o filme na parte externa do cemitério, em um telão improvisado. O texto inicial, que enfatizava a projeção “dentro do Cemitério Consolação”, foi substituído com a informação de que a projeção se daria “na Rua Mato Grosso, atrás do Cemitério Consolação”³⁰. A projeção ocorreu sem maiores percalços, e a edição de 2015 do Cinetério foi considerada um sucesso pelo público e pelos seus organizadores – sem o charme, no entanto, de assistir os filmes rodeado pelos túmulos e jazigos. A representação judicial seria o desdobramento da criação, no final de julho de 2015, do Movimento em Defesa do Cemitério da Consolação (MDCC). Na ocasião do Cinetério de 2014, alguns concessionários já haviam ensaiado um protesto contra a exibição dos filmes, conforme foi noticiado pela imprensa. As imagens 11 e 12 mostram as edições de 2014 e 2015, respectivamente, do Cinetério.

²⁹ Processo judicial n.º 2189690-92.2015.8.26.0000.

³⁰ Ver <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/projeto/50/>. Acesso em 8 de agosto de 2019

11. Edição de 2014 do Cinetério, dentro do Cemitério Consolação



Fonte: acervo da Assessoria de imprensa do SFMSP

12. Edição de 2015 do Cinetério, ao lado do Cemitério Consolação



Fonte: Acervo da Assessoria de imprensa do SFMSP

O protesto, no fim das contas, acabou por não ocorrer naquele ano, mas o descontentamento com a perspectiva de continuidade do Cinetério viria a ser a pedra de toque do que viria a ser constituído como o MDCC dali a alguns meses. Segundo o atual presidente do Movimento:

O MDCC foi constituído no dia 31 de julho de 2015, formado por um grupo de voluntários, a maioria concessionários do cemitério da consolação, ou seja, representantes de famílias que têm túmulos ou jazigos ou mausoléus no cemitério da consolação. É preciso dizer que o MDCC é um movimento apolítico, apartidário, formado por voluntários. Nós não temos nenhuma filiação partidária, nenhuma filiação política, e que nós desejamos é apenas essa meta: a preservação deste patrimônio histórico, religioso, cultural e artístico da cidade de São Paulo que é o Cemitério da Consolação. *[Assessor de Imprensa do MDCC, entrevista realizada em 13 de julho de 2018].*

Criado no seio do Conselho de Segurança (CONSEG) do Bairro Higienópolis, o MDCC incorporou à sua militância a luta contra as atividades artísticas realizadas dentro dos cemitérios. Às denúncias de descaso por parte da prefeitura na gestão do cemitério, que seria alvo frequente de furtos e vandalismo e palco para o consumo de drogas, somou-se a intenção de coibir que atividades artísticas semelhantes ao Cinetério fossem realizadas. Na verdade, mais do que coibir, o grupo propunha certa curadoria das atividades artísticas que ali poderiam ser realizadas. No manifesto de criação, a visão do grupo foi exposta nas seguintes palavras:

O MDCC considera que as intervenções artísticas planejadas para o Cemitério não devem incluir shows, peças de teatro nem exibição de filmes, mas devem se limitar a palestras educativas sobre temas pertinentes e a concertos de música ou coral, para não banalizar o local³¹.

A proposta do grupo reverberou. O Instituto Plínio Corrêa de Oliveira – dissidência ainda mais conservadora da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a TFP de triste memória (Della Cava, 1975: 36-7) – saudou a criação do movimento³². Tanto mais pelo fato de que o próprio Plínio Corrêa, morto em 2005, está enterrado no Cemitério

³¹ Manifesto de Criação do Movimento em Defesa do Cemitério da Consolação (mimeo).

³² Ver <http://ipco.org.br/ipco/movimento-contr-a-profanacao-do-cemiterio-da-consolacao/>. Acesso em 15 de julho de 2018.

Consolação. Politicamente, o assunto também redeu. O vereador Andrea Matarazzo (PSDB), reconhecido defensor da privatização dos cemitérios e oposição ao então governo municipal, fez referência ao assunto em sessão da Câmara dos Vereadores, onde discursou:

O fato de a Prefeitura transformar o cemitério num *drive-in* erótico me dá a certeza de que o Prefeito não tem responsabilidade nenhuma sobre o tema. O que é um absurdo. Pelo contrário, precisamos preservar o Cemitério da Consolação, que vem sendo assaltado permanentemente³³.

A ameaça representada pelo teor dos filmes exibidos nas duas edições do Cinetério viria a figurar como um gatilho dentro dos posicionamentos do MDCC, que passariam a exaltar a todo tempo a devassidão moral dos envolvidos nesse tipo de evento como uma justificativa para que não fossem mais realizados. Segundo o atual presidente do MDCC:

[O Cemitério é um] local sagrado, um local santo, um local de memória religiosa, que ali estão enterrados nossos entes queridos, e na gestão Haddad o Secretário da Cultura, Nabil Bonduki, fez o desatino de promover sessões de cinema noturnas à meia noite, duas da manhã e quatro da manhã, chamado Cinetério, cinema no cemitério, onde foi um verdadeiro escândalo. As pessoas adentravam o local sem nenhuma segurança, quando havia sessão iam 200, 300 pessoas com apenas dois guardas, e foram projetados pornochanchadas da Boca do Lixo da década de 70, ou seja, uma coisa de uma revolução cultural para profanar o campo santo, projetadas em telões. Saiu no jornal, um verdadeiro disparate da gestão Haddad e da secretária de Cultura. As concessionárias entraram na justiça e conseguiram uma liminar pelo qual o juiz embargou essa profanação do cemitério. Então, você vê, existe uma intenção de uma profanação e de dilapidação desse patrimônio. [Assessor de Imprensa do MDCC, entrevista realizada em 13 de julho de 2018].

Em outra ocasião, o assessor de imprensa do MDCC chega a associar diretamente o então secretário de cultura da Prefeitura de São Paulo, Nabil Bonduki, com atos pornográficos que teriam, segundo ele, ocorridos nos intervalos das sessões de cinema, ao mesmo tempo em que concentra sua crítica mais ao filme escolhido do que ao ato de realizar sessões de filmes em si:

³³ Matarazzo transcreveu a fala em sua página oficial. Ver <<http://andreamatarazzo.com.br/preservacao-cemiterio-da-consolacao/>>. Acesso em 15 de julho de 2018

Tenha paciência, não era nem um filme de caráter religioso, de um conteúdo religioso, de um conteúdo afetivo. Pornanchadada da década de 70, fabricado na Boca do Lixo, cinema pornô. Agora, o que houve lá dentro, o que houve uma primeira vez, foi um tal escândalo que inclusive saiu na Folha, e nós ficamos sabendo. Depois que terminava a sessão... Ninfas Diabólicas era o título de um dos filmes, Ninfas Diabólicas! Quando terminava a sessão, ficava um espaço de uns 15, 20 minutos entre uma sessão e outra. Muitos iam para cima dos túmulos e realizavam em cima dos túmulos o que tinham visto na tela. Você gostaria que fosse em cima do túmulo da sua mãe? Seu pai? Da sua vó? Isso foi feito pelo senhor Nabil Bonduki, Secretário de Cultura do senhor Haddad. [Assessor de Imprensa do MDCC, entrevista realizada em 13 de julho de 2018].

A proximidade do MDCC com o Conselho de Segurança do bairro Higienópolis, assim como a presença de agentes de segurança pública em ambos os contextos, conferiu certa legitimidade para o movimento se posicionar em questões relativas aos roubos, furtos e consumo de drogas que, segundo seus porta-vozes, aconteceria de forma indiscriminada e impune nos cemitérios, especialmente o da Consolação. Em certa ocasião, o assessor de imprensa faz menção ao uso da “presença inibitória” como uma estratégia de segurança que seria eficaz para os cemitérios:

São dois portões, somente dois portões. Não se está pedindo policiamento, vigilância, guarita, dez, vinte, trinta entradas. Apenas [que se cuide de] duas entradas. É o que se chama em matéria de segurança, porque além de diretor de imprensa do MDCC, eu sou vice-presidente do Conseg Higienópolis-Santa Cecília, é o que se chama presença inibitória. O que é presença inibitória? É um cidadão, seja um policial ou militar, GCM ou policial civil, ou mesmo um funcionário ou segurança privado na entrada de um prédio de uma empresa. Isso que existe em qualquer lugar, no Cemitério da Consolação que é considerado um museu a céu aberto, isso não existe. [Assessor de Imprensa do MDCC, entrevista realizada em 13 de julho de 2018].

Curiosamente, a “presença inibitória” seria um dos argumentos utilizados pela administração do Serviço Funerário do Município de São Paulo (SMFSP) a favor da realização do Cinetério, ou mesmo de outras atividades culturais. À época, respondendo às manifestações contrárias à edição de 2014 do Cinetério, o então chefe de gabinete se pronunciou:

Os cemitérios contam a história da cidade. Queremos transformá-los cada vez mais em pontos de cultura. Vazios, eles atraem marginais. Um evento como esse chama a atenção das pessoas para ocupá-los e melhora a segurança deles³⁴.

O que se vê, portanto, são duas soluções distintas para o mesmo diagnóstico, uma baseada no policiamento e, a outra, na ocupação dos cemitérios como espaço público. Na verdade, segundo a assessora de imprensa do SFMSP que atuou de 2016 até 2017, as atividades culturais nos cemitérios que passariam a ser incentivadas a partir do advento do novo Plano Diretor cumpririam, a princípio, essa dupla função: promover, tal qual determinado na legislação, as ações de cultura, esporte e lazer, e ocupar demograficamente os espaços dos cemitérios que, pela sua extensão e pelo seu perfil, eram complicados de gerir. Segundo ela, houve, no início de 2015, toda uma reestruturação da Assessoria de Imprensa do SFMSP, voltada, a partir dali, à promoção e divulgação desses eventos.

Segundo a assessora de imprensa, sua entrada no SFMSP já teria se dado como parte desse movimento de estruturação para uma gestão voltada para a pauta cultural. Não por acaso, passaria a bater de frente, já nos primeiros meses de trabalho, com o MDCC, especificamente, segundo ela, com a ingerência do movimento ao tentar determinar o que seria ou não realizado nos cemitérios. Questionada sobre como era a relação do grupo com a administração do SFMSP, ela se manifestou da seguinte forma:

Era péssima. Eles procuravam a imprensa primeiro, eles diziam muito que o cemitério estava malcuidado, que a gente estava se preocupando com atividade cultural, essas coisas, e que a gente não estava se preocupando com o cemitério. E o cemitério não estava malcuidado.

O que o MDCC fazia? Eles levavam os jornalistas, e a gente sabe que são eles, porque às vezes o jornalista encaminhava pra gente as perguntas e sem querer esquecia de tirar a conversa anterior, e aí estavam lá os representantes do MDCC falando assim: “olha, vejam, eu posso falar com vocês”, então eles levavam os jornalistas lá, e ficavam mostrando essas coisas: “olha esse túmulo todo quebrado, e além de tudo eles ficam fazendo coisas profanas”. [Assessora de Imprensa do SFMSP, entrevista realizada em 14 de fevereiro de 2016].

³⁴ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/09/1513863-familiares-criticam-sessao-de-filmes-de-terror-no-cemiterio.shtml>. Acesso em 14 de agosto de 2018.

Questionei a assessora de imprensa (AI, no diálogo abaixo) sobre a resistência que o movimento exercia em relação ao teor das atividades culturais propostas. A intenção era saber se haveriam atividades consideradas menos ofensivas em relação a outras. Segundo a assessora:

AI: A resistência era permanente, na verdade. Algumas atividades eles marcaram bem, por exemplo, teve uma peça de três mulheres, que eu estou tentando lembrar o nome, que era sobre a morte. Essa peça, meu Deus do céu, horrorizou o MDCC, até hoje. E ela era uma peça lindíssima, pra você refletir sobre a morte, era uma peça muito bonita, uma peça que traz várias reflexões sobre morte e vida.

Luiz: E por que escandalizou tanto?

AI: Acho que porque uma delas estava morta, e não sei se na cabeça dessas pessoas isso remete a espiritismo, não sei...

AI: Reencarnação?

AI: É, talvez por isso. Sei que eles falaram isso que ‘é um absurdo!’, que é uma peça, como é a palavra? Profana! [Ex-assessora de Imprensa do SFMSP].

Curiosamente, uma das queixas do MDCC, essa mais recente, é que o SFMSP deixou de oferecer a estrutura, nas datas comemorativas de Finados, Dia das Mães e Dia dos Pais, para a celebração de missas no Cemitério Consolação. Em determinado momento, o assessor de imprensa do MDCC se manifestou da seguinte forma:

Esse ano [de 2018], para você ter uma ideia, esse atual administrador, que fica na administração enquanto os ladrões estão fazendo ao seu bel prazer o que querem, esse ano, para você ter uma ideia, pela primeira vez na história do Cemitério da Consolação, não teve a missa do Dia das Mães, não teve a missa do Dia dos Pais, sem nenhuma explicação. As famílias chegaram, foram lá e não teve nada. Quer dizer que não é um descaso só com os túmulos, é um descaso pelo item religioso. [Assessor de Imprensa do MDCC, entrevista realizada em 13 de julho de 2018].

Em outras palavras, a militância civil do MDCC passaria a se transfigurar, paulatinamente, numa militância religiosa: as sensibilidades da fé dos seus integrantes não poderiam ser atingidas, sob pena de admoestação pública, ao mesmo tempo em que as liturgias da fé católica deveriam continuar sendo patrocinadas pela administração pública, na figura da superintendência do SFMSP.

A tentativa de transferir o Cinetério para o Cemitério Consolação acabaria por fazer conformar, a partir de argumentos religiosos e moralizantes, mas revestidos de cuidado à coisa pública, o que viria a ser a motivação mais premente do movimento, o que iria determinar em

definitivo a forma como o SFMSP iria proporcionar, tal qual previsto em lei, suas atividades culturais e de lazer. Nesse sentido, trata-se de um momento de inflexão, um caso limite, que permite compreender os motivos pelos quais outras atividades culturais previstas, como as pedaladas noturnas, as encenações teatrais, os shows musicais, as trilhas de caminhada, as rodas de leitura etc. viriam a prosperar em menor ou maior grau.

Em termos político-administrativos, essas atividades ganhariam forma através de um convênio firmado entre o Serviço Funerário e a PUC-SP, isto é, entre um órgão da prefeitura e uma universidade privada de direito, mas pública em termos de sua atuação na construção da cidadania e na participação da população na vida da cidade. O cemitério como lugar dos mortos, à luz desse convênio, parece se transformar em mais um dos lugares dos vivos. Enquanto a prefeitura procurava mudar a concepção a respeito da presença dos mortos na cidade dos vivos, o programa “Memória & Vida”, da PUC, tinha em vista alterar o próprio conceito de perda e luto que a morte implica em nossa sociedade. Assim, o convênio entre essas duas entidades convergia numa mesma direção, à procura de dar vida aos mesmos interesses secularizantes.

7.

PROGRAMA MEMÓRIA & VIDA: PROPOSTA, REALIZAÇÃO E CONFLITOS

O programa “Memória & Vida” do Serviço Funerário de São Paulo, logo constituído como parte do convênio que incluiu as atividades da PUC-SP, teve início em 2014 e durou formalmente até 2016. Seu início, como se pode imaginar, foi agitado. Empossado em 2013, no início da gestão Haddad frente à prefeitura, o então superintendente do SFMSP, Sérgio Trani, após uma série de denúncias sobre irregularidades nos contratos de fornecimento de urnas e caixões, foi, em meados de 2014, a pedido, exonerado³⁵. Assumiu a superintendência a advogada e engenheira agrônoma Lucia Salles França Pinto, a responsável pela tentativa mais incisiva de modificar o imaginário que os munícipes mantinham acerca do Serviço Funerário. Em primeiro lugar, por ser visto como um serviço excessivamente burocratizado, ineficiente e corrupto (“o Detran do município”, diziam, como existe, os demais servidores da prefeitura). Em segundo lugar, pelo fato de a autarquia assumir o papel de um serviço indesejado, fúnebre, contaminado, um espelho administrativo do distanciamento simbólico que a sociedade de forma mais ampla mantém das questões relativas à morte e ao morrer.

O lema, o identificador da gestão 2014-2016, foi a noção de “Memória & Vida”, que daria nome à gestão em si — Serviço Funerário do Município de São Paulo, gestão “Memória & Vida” — e também aos atos administrativos que decorreriam dessa nova gestão, além de um convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que igualmente seria

³⁵ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/146879-monica-bergamo.shtml>. Acesso em 27 de julho de 2021.

reconhecido dessa forma. Na etapa de formulação do planejamento estratégico³⁶, momento inicial da gestão, as intenções registradas já apontavam para o que viria ser a tônica daquele governo, com o aval da prefeitura. As metas contemplavam, para além da modernização do atendimento, das reformas das agências, velórios e cemitérios, do sistema de transporte, os objetivos de praxe, toda uma dinâmica ambiental, cultural e de preservação do patrimônio histórico e artístico, noções bastante inovadoras para os padrões que usualmente norteavam a administração do SFMSP.

Para o biênio 2015-2016, de acordo com o compromisso firmado, estava previsto o aporte de R\$ 50.000,00 para o “Programa de atividades físicas e culturais nos espaços cemiteriais”. O programa previa: “Sessões de cinema em todos os cemitérios. Oferta de cursos de grafiteagem e mosaico. Atividades teatrais, musicais, exposições e visitas monitoradas e atividades físicas. Criação do Ponto de Memória no Cemitério da Consolação”³⁷. Segundo o documento, essas atividades trariam como benefício a possibilidade de “integrar a rede de cemitérios no sistema de áreas verdes e parques da cidade. Integrar os espaços cemiteriais à paisagem urbana – parques e museus a céu aberto” e, por fim, a “convivência comunitária”. Relacionava-se, então, o programa ao seguinte objetivo, descrito de forma sucinta: “ressignificação dos espaços cemiteriais” (ibidem).

De fato, durante o ano de 2015, foram poucas as ações culturais efetivamente postas em prática. A falta de regulamentação administrativa do programa impedia que se aplicasse dinheiro de forma direta para a realização das atividades de cultura e lazer. Além disso, o encerramento brusco da gestão anterior, com a troca do superintendente, colocava demandas de ordem prática que, no limite, poderiam inviabilizar o próprio funcionamento do SFMSP caso não fossem prontamente atendidas, como a falta de equipamentos de proteção individual, contratos viciados com fornecedores de insumos e materiais, falta de uniformes, de materiais básicos de papelaria etc. Essa situação impedia que a atenção da gestão fosse ocupada por

³⁶ O planejamento estratégico é o momento administrativo em que são sistematizadas as metas e objetivos de determinada gestão ou governo. No caso dos órgãos e entidades da prefeitura de São Paulo, é feito de forma consultiva e intersecretarial, com a participação de acadêmicos, especialistas, advogados, procuradores, entre outros. Resulta em um “Plano de metas”, “Plano de gestão” ou, no caso específico do SFMSP, um “Compromisso de Desempenho Institucional”, documento que é oficializado através da publicação em Diário Oficial e submetido a instâncias superiores da administração pública, incluindo os órgãos de controle do Poder Legislativo.

³⁷ Ver https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/menu/teste/index.php?p=270320. Acesso em 3 de agosto de 2021;

questões ditas “menores”, em detrimento de sua função primordial, a de enterrar os corpos defuntos. Não obstante, durante o primeiro semestre daquele ano, foi gestado o convênio que viria a ser firmado com a PUC-SP (na verdade com a sua mantenedora, a Fundação São Paulo) e que possibilitaria que, a partir de então, especialmente em 2016, os cemitérios florescessem em termos culturais.

Até então, durante 2015, as ações culturais se concentrariam no fortalecimento estrutural das visitas guiadas e na participação mais ou menos errática de artistas que, através de editais de fomento à cultura, propunham projetos que tinham como pano de fundo os cemitérios, caso, por exemplo, da Cia. de Teatro Documentário, responsável por uma temporada bastante exitosa de peças teatrais encenadas nos entre-túmulos, especialmente no Cemitério Consolação e no Cemitério Vila Mariana. Foi o caso, também, de algumas apresentações onde o ator e diretor teatral Pascoal da Conceição, um filho do Teatro Oficina, encarnava um ressuceto Mário de Andrade que, aos pés do túmulo do escritor, tecia considerações sobre viver e morrer em São Paulo. Em setembro daquele ano, em grande parte em consequência da já mencionada experiência judicial vivenciada em função do Cinetério, o propósito de busca por novas concepções do espaço em questão arrefeceria por algum tempo, voltando com carga total a partir de 2016, já sob a guarida do convênio com a PUC-SP.

O convênio foi firmado em 23 de julho de 2015, tendo sido publicado no Diário Oficial da Cidade dois dias depois da assinatura e foi divulgado de forma bastante otimista tanto pela prefeitura quanto pela PUC-SP. Pela prefeitura, no mesmo dia da assinatura, veiculou-se no site oficial a seguinte matéria: “Serviço Funerário e PUC-SP assinam convênio para projeto de pesquisa e extensão”. Ali, Lucia Salles já apontava que este seria “o primeiro passo rumo à classificação do Cemitério Consolação como museu”, além de ressaltar a possibilidade de, a partir do convênio, “pleitear recursos específicos para restauro de sua estrutura que é tombada pelo patrimônio histórico”³⁸. Dois meses depois, a PUC-SP divulgaria a efetivação do projeto de extensão desenvolvido a partir do convênio, executado pelo grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos Avançados em Terceiro Setor (Neats) e pelo Laboratório de Estudos e Intervenções sobre o Luto (LELu), vinculados respectivamente aos cursos de Administração e Psicologia, e que dariam a tônica da contrapartida da PUC-SP ao convênio, cobrindo um grande leque de atuações: “32 pesquisadores (de graduação e pós-graduação) irão participar do convênio, que

³⁸ Ver <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/noticias/?p=199929>. Acesso em 3 de agosto de 2021.

contará com as áreas de Administração; Psicologia; Conservação e Restauro; Arte: História, Crítica e Curadoria; Direito; História; e Tecnologias da Inteligência e Design Digital”, noticiava o jornal mensal da PUC-SP³⁹.

A efetivação do convênio potencializou a capacidade do Serviço Funerário de colocar em prática, enfim, ações que não aquelas tradicionais relacionadas ao luto. Dos R\$ 50.000,00 previstos inicialmente no “Plano de Desempenho Institucional”, o convênio contava agora com um orçamento de cerca de R\$ 1.500.000,00 para ser utilizado em dezoito meses. No âmbito do “Memória & Vida”, que agora denominaria o convênio e a gestão 2014-2016 em si, realizaram-se eventos que envolviam o já comentado — e interpelado judicialmente — Cinetério, saraus, programa de memória musical (“homenagem a músicos e compositores sepultados em nossos cemitérios [...] com a apresentação de canções de seus repertórios”), encontros formativos (“de cunho histórico, pedagógico, religioso, sociológico e antropológico”), instalação de QR *codes* e incentivo a visitas autoguiadas, integração paisagística a partir da permeabilidade visual dos cemitérios (“as necrópoles públicas são quase sempre cercadas por altos muros, com poucos pontos de acesso, impedindo a permeabilidade visual com a paisagem urbana e desestimulando seu acesso por parte dos munícipes”, segundo a justificativa) e, onde não foi possível derrubar os muros — ou ao menos substituí-los por grades —, o incentivo à arte mural, cujo intuito foi “disponibilizar esses espaços para workshops com grafiteiros, que imprimiriam seus trabalhos nessas paredes” (SES, 2016: 14-17) .

Houve também uma interface bastante ampla com a educação, onde, a partir de parcerias com a Diretoria Regional de Ensino do Ipiranga (DRE-Ipiranga), houve o esforço de “incluir as temáticas sobre morte, luto, memória e vida no currículo das unidades educacionais [do município] numa perspectiva interdisciplinar na Educação Infantil e nos Ensinos: Fundamental e Médio”. A partir dessa inclusão, desenvolveu-se o que se chamou de “Aula expandida no Cemitério Consolação”. Trocava-se, nessa ocasião, as cadeiras e mesas por espaços verdes dos entre-túmulos do cemitério central, e no horizonte, ao invés da lousa, as lápides, jazigos e esculturas serviam de referência visual para se abordar assuntos das mais diferentes disciplinas (“Arte, História, Geopolítica, Cultura, Biologia, Botânica, Meio Ambiente, Literatura, Matemática, Economia, Política”). O intuito, segundo o Serviço Funerário, era o de reconhecer “o cemitério como espaço de conhecimento interdisciplinar e como possibilidade de

³⁹ Ver a íntegra do jornal em https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/aci/jornal_ed76bx.pdf. Acesso em 3 de agosto de 2021.

investigação e construção de conhecimento”, delegando o protagonismo desse processo de construção aos estudantes, aos professores e aos gestores educacionais (SES, 2016: 18).

Um aspecto importante do convênio, ainda, dizia respeito à formação continuada dos próprios funcionários do SFMSP, especialmente os sepultadores. Foram realizados cursos e preparadas cartilhas sobre a manutenção dos túmulos e jazigos (um primeiro guia direcionado aos sepultadores e um segundo voltado aos próprios concessionários), sobre a importância da arte tumular e o valor histórico das esculturas, sobre formas como lidar cotidianamente com os enlutados, além da criação de uma rede de apoio psicossocial aos sepultadores, acometidos, em grande número, pelo flagelo do alcoolismo e do sofrimento psíquico advindo da lida cotidiana com a morte e o morrer (Franco, 2008, Kovács et al, 2014). Por fim, cartilhas e guias informativos foram elaborados e disponibilizados aos munícipes de forma geral, com orientações sobre a contratação de funerais, sobre como lidar com o luto infantil e parental, com dicas de livros e filmes que desmistificam a questão da morte etc.

A repercussão do “Memória & Vida” na mídia foi intensa, e, em sua grande maioria, positiva. Igualmente, os eventos culturais levados a cabo no âmbito do convênio angariavam críticas favoráveis por parte dos frequentadores, que agora se divertiam e se informavam em locais antes interditos aos vivos, inaugurando um circuito artístico que movimentava a cultura na cidade. Foi nesse contexto, para ficar em alguns exemplos de reportagens veiculadas na grande mídia, que o portal *R7*, na internet, dedicou uma longa e sensível matéria com o título “Donas da morte: conheça as mulheres que dão novo tom ao ‘rito final’ em SP”, destacando, juntamente com os usos pouco convencionais — ou profanos — dos cemitérios, a participação de mulheres em cargos de direção na autarquia. Na reportagem, o lide dizia:

Transformar morte em vida. Esse é o desafio do projeto Memória e Vida, do Serviço Funerário Municipal de São Paulo, que em nada se assemelha aos relatos de milagres. Uma pitada de cidadania e humanização foi o necessário para revolucionar a forma como a capital paulista tem lidado com o luto e, principalmente, com os cemitérios. E foi na gestão de uma mulher que essa transformação começou⁴⁰.

Veiculada em novembro de 2016, próximo, portanto, do fim da gestão 2014-2016, a então superintendente Lucia Salles listava os projetos que havia posto em funcionamento: “arte

⁴⁰ Ver <https://noticias.r7.com/sao-paulo/donas-da-morte-conheca-as-mulheres-que-dao-novo-tom-ao-rito-final-em-sp-02112016>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

tumular (que valoriza peças de artistas como do escultor Victor Brecheret no Cemitério Consolação), corrida em homenagem à memória, Cinetério (exibições de filmes), plantio de árvores, troca de muros por grades, iluminação”. Além de Lucia Salles, a matéria trazia entrevistas com outras três administradoras do SFMSP, Filomena, Cidinha e Dalva, onde narravam suas concepções acerca da morte, do luto e da questão feminina relacionada a um trabalho majoritariamente associado ao universo masculino, uma vez que coveiros e transportadores de corpos são tarefas geralmente realizadas por homens.

13. Escultura *Mise au Tombeau* (Sepultamento), de Victor Brecheret



Fonte: extraído de Peccinini (2011: 63).

Uma outra reportagem, essa do jornal *El Pais*, já comentada neste trabalho, foi ainda mais incisiva no título e na linha fina: “Cemitérios para os vivos: São Paulo vive uma revolução silenciosa de suas necrópoles, que ganharam de *wi-fi* a obras de arte e eventos culturais”. Publicada no final de julho de 2015, data próxima à assinatura do convênio, ainda não se citava na matéria o programa “Memória & Vida” nominalmente, mas as primeiras iniciativas que apontavam para a criação de uma nova concepção para os cemitérios já estavam destacadas ali. O prognóstico, como a história viria a demonstrar, era um tanto otimista: “é possível dizer que em poucos anos [os cemitérios] serão um espaço completamente diferente do que são hoje, renovados pelo trio arte, cultura e meio-ambiente”, afirmava a reportagem, sem considerar os entraves jurídicos e simbólicos, e sem contar as questões político-partidárias, que costumam reagir às ações, projetos e ideias que visam propulsionar a laicidade e a secularização. Mas as mudanças, para além das publicações da própria autarquia, já eram visíveis para a população:

Os mais atentos já devem ter notado indícios da transformação. No centro, o cemitério da Consolação, onde estão enterradas personalidades ilustres como o sambista Paulo Vanzolini e o escritor Mario de Andrade, entre outras, cem túmulos agora bem iluminados possuem QR code – aquele código que, ao ser lido por um smartphone, é convertido em conteúdo informativo. Na periferia, o cemitério Parque das Cerejeiras virou um centro de arte ao ar livre que anda deslocando muita gente ao distante Jardim Ângela, periferia da zona sul de São Paulo, curiosa para ver de perto as 22 esculturas do designer Hugo França e outras da artista plástica Alê Bufe, espalhadas em um agradável espaço paisagístico e de floresta virgem⁴¹.

O alcance do projeto chegou à imprensa em diferentes órgãos, inclusive os de maior circulação, caso, por exemplo, da revista *Veja São Paulo*, que, sob o título “Para gelar a alma: teatro no Cemitério da Consolação”, publicou a seguinte recomendação de programa cultural:

Perca o medo e descarte qualquer tipo de superstição. Com texto e direção de Márcio Araújo, o drama “Para Gelar a Alma” tem estreia prometida para o dia 13 [de junho de 2015], sábado que vem, na Capela do Cemitério da Consolação. O lugar inusitado

⁴¹ Ver https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/29/cultura/1438188684_202237.html. Acesso em 30 de agosto de 2021.

conversa plenamente com a dramaturgia construída com base em contos do americano Edgar Allan Poe (1809-1849)⁴².

A peça, de fato, teve ótimos resultados de público, como atesta reportagem publicada no portal *UOL*. O título da matéria, aparentemente enganoso, diz: “Peça em cemitério esgota ingressos e frustra público da Virada”. A frustração, no caso, seria devida à lotação inesperada do evento, que deixou de fora, na fila, durante a noite, no frio de junho, mais de uma centena de pessoas, algumas vindas até de outras cidades para assistir ao evento. O resto foi sucesso. A temporada foi exitosa não só na noite da Virada Cultural Paulistana, onde tradicionalmente as pessoas se mobilizam em busca de espetáculos fora do dia a dia: teve seus ingressos esgotados para todas as apresentações logo que foram disponibilizados no site do Serviço Funerário⁴³.

A trajetória bem sucedida do programa se mostrou contínua e ascendente. Tanto que, já no Dia de Finados de 2016, portanto em data próxima ao seu encerramento, a *Agência Brasil*, veículo de imprensa do governo federal, publicou a matéria “Um milhão de pessoas são esperadas em cemitérios públicos da capital paulista”, que afirma:

Uma série de atrações está programada para esta quarta-feira (2), dia de finados, nos 22 cemitérios públicos da cidade de São Paulo, que devem receber a visita de cerca de um milhão de pessoas. O objetivo é fazer uma reverência ao ente falecido que seja menos associada à dor e mais associada à importância que os homenageados tinham em vida.

O programa Memória & Vida vai levar para esses locais apresentações musicais, peças de teatro e outros eventos culturais não apenas no dia de finados, mas ao longo de todo mês de novembro. “Não é para celebrar a morte, mas a vida”, diz Lucia Salles França Pinto, superintendente do Serviço Funerário Municipal de São Paulo. O Cemitério da Consolação, por exemplo, o mais antigo dos cemitérios públicos da cidade, revela ao visitante o valor histórico que tem. Além de conhecer a arquitetura e esculturas dos túmulos, o visitante conta com o guia Francivaldo Gomes, conhecido por Popó, que conta as histórias de personalidades enterradas lá, como a Marquesa de Santos, Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade⁴⁴.

⁴² Ver <https://vejasp.abril.com.br/blog/na-plateia/8220-para-gelar-a-alma-8221-teatro-no-cemiterio-da-consolacao/>. Acesso em 2 de agosto de 2021.

⁴³ Ver <https://tnonline.uol.com.br/noticias/entretenimento/13,336990,20,06,peca-em-cemiterio-esgota-ingressos-e-frustra-publico-da-virada?d=1>. Acesso em 2 de agosto de 2021.

⁴⁴ Ver <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/um-milhao-de-pessoas-sao-esperadas-em-cemiterios-publicos-da-capital-paulista>. Acesso em 2 de agosto de 2021.

Ou seja, já se noticiava de forma mais “natural” aquilo que até há pouco tempo era impensável. Mais que isso, um processo local ganhava amplitude como notícia que chegava a todos os pontos do país, noticiando-se que, naquele momento, vários moradores da capital paulista se dirigiram aos cemitérios no dia do feriado dos mortos por motivos outros que não somente os diretamente relacionados ao luto, à memória e à dor.

Nos planos do convênio, as mudanças introduzidas não ficavam apenas no contexto da promoção de eventos e valorização das artes não cemiteriais. Planejavam-se também mudanças estruturais que aproximassem materialmente o cemitério da vida cotidiana que se passava no espaço dos vivos. Por exemplo, talvez inspirado nos modelos de necrópole observados em cidades de cultura anglo-saxônica, em que as lápides mortuárias compõem o cenário do convívio urbano, incluindo praças e passeios públicos, o projeto da prefeitura e da universidade pretendia acabar ou pôr no chão, como dito atrás, os muros que cercavam o espaço dos cemitérios, pelo menos nos de administração pública. Lê-se, em *El Pais*:

[Lucia Salles] também quer derrubar os muros e arames farpados que supostamente protegem os mausoléus, mas que só impedem que eles sejam vistos: “Um muro não tem sentido e só contribui para essa mística da morte. É muito mais legal ter grades ou vidros, porque daí as pessoas enxergam lá dentro, e isso inclusive pode diminuir o número de furtos”⁴⁵.

Uma experiência que se aproxima dessa intenção pode ser observada, atualmente, nos muros do Cemitério Consolação. Durante um temporal em junho de 2015, a queda de uma árvore derrubou um trecho do muro à rua Coronel José Eusébio. Em vez de reconstruí-lo, e segundo os propósitos e planos da gestão 2014-2016, optou-se por substituir o trecho danificado por gradis. Da rua via-se, agora, pelo menos um trecho da terra dos defuntos, descansando em seus ostentosos túmulos preciosos. A ideia em si se mostrou, de início, revolucionária, no mínimo ousada demais. Na *Folha de S.Paulo*, a intenção foi noticiada de forma lacônica:

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), pretende derrubar o muro que cerca o tradicional cemitério da Consolação, região central da cidade, e colocar grades no

⁴⁵ Ver https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/29/cultura/1438188684_202237.html. Acesso em 2 de agosto de 2021.

lugar. O objetivo, segundo Haddad, é valorizar a área verde do local. O cemitério é tombado por órgãos de patrimônio, como o Condephaat, do governo do Estado⁴⁶.

A referência ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (Condephaat) pela *Folha* não deixava de ser uma velada objeção à ideia, prontamente rebatida pelo então prefeito na mesma reportagem. Segundo afirmou ao jornal, “[grades] são mais bonitas e mais seguras. Você torna mais permeável a paisagem urbana, vamos colocar onde os órgãos de patrimônio autorizar. Fica dez vezes melhor”. Ainda, segundo o prefeito, apenas o pórtico de entrada à Rua da Consolação é tombado, não toda extensão do muro, o que permitiria, em termos legais, sua substituição por grades. A matéria insinua, ainda, que a derrubada de muros é condizente com a ideologia petista: “Trocar muros por grades tem sido comum na gestão do petista. O mesmo foi feito no cemitério Jardim São Luís, e nos parques Chácara do Jóquei (zona Sul) e Ceret, na zona Leste” (ibidem).

14. Cemitério Consolação visto da rua Cel. José Eusébio



Fonte: Zanone Fraissat/Folhapress. Ver <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1699547-haddad-quer-derrubar-muro-do-cemiterio-da-consolacao-e-por-grade.shtml>. Acesso em 2 de agosto de 2021.

⁴⁶ Ver <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1699547-haddad-quer-derrubar-muro-do-cemiterio-da-consolacao-e-por-grade.shtml>. Acesso em 2 de agosto de 2021.

A menção à uma suposta tendência a “derrubar muros” feita pela *Folha* não foi gratuita. Colocando em perspectiva, o país atravessava um momento crítico em termos políticos e ideológicos, e ventos fortes agitavam a dinâmica da polarização política que marcava o momento, especialmente em São Paulo, desde as manifestações ocorridas em junho de 2013. O pleito de Fernando Haddad à prefeitura materializava, em seu plano de governo, a noção de “direito à cidade”, transpondo para as propostas de gestão os paradigmas conceituais e teóricos que entendiam o espaço urbano como *locus* da disputa por ocupação, circulação e consumo (Tavolari, 2016). Ações como a ampliação da malha ciclovitária, a acentuação da cobrança progressiva do IPTU, a construção de novos corredores de ônibus, a abertura das pistas carroçáveis da Avenida Paulista aos domingos exclusivamente para pedestres (ou o seu fechamento para a circulação de carros, a depender da pertença ideológica de quem interpreta a ação), entre outras coisas, faziam com que a gestão de Haddad, a despeito de seus embates com o Movimento Passe Livre (MPL) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), fosse identificada de forma pouco elogiosa a uma pauta vazia em termos práticos, voltada excessivamente para as periferias e de fundamentação demagógica. No limite, virariam, discursivamente, “pautas de esquerda”.

O clima político, colocado nesses termos, faria com que a aversão de grupos de direita respingasse nas ações do programa “Memória & Vida”, conferindo aos eventos que dele decorriam, na interpretação desses grupos, os mesmos vícios “esquerdistas” que caracterizavam outros feitos e projetos da prefeitura à época. O Movimento em Defesa do Cemitério Consolação (MDCC), já comentado, foi a manifestação mais bruta desse sentimento, mas o clima de desconfiança era mais amplo, e criava densa névoa ideológica ao redor da parte mais conservadora da população paulistana. Não bastava para Haddad atrapalhar os vivos com suas ciclovias e corredores de ônibus: era necessário profanar os sagrados túmulos e incomodar o eterno descanso dos mortos — choramigava a oposição partidária ao governo municipal.

Fora do caldeirão político que havia se tornado o Brasil a partir de 2013, onde fervia-se a receita da polarização e da radicalização, o “Memória & Vida” angariou o reconhecimento da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE)⁴⁷. A associação, uma organização não governamental, funciona a partir da adesão dos municípios a uma carta de princípios que prevê

⁴⁷ O site oficial da AICE pode ser acessado em <https://www.edcities.org/>. Acesso em 5 de agosto de 2021.

o incentivo a ações culturais, à inclusão, à diversidade, ao respeito ambiental etc.⁴⁸ Com a adesão de mais de 500 cidades espalhadas por todos os continentes, a AICE mantém um banco de projetos e experiências culturais e educacionais desenvolvidas no contexto urbano, com o objetivo de valorizar e facilitar sua replicação. A AICE elegeu o “Memória & Vida” como a sua 24ª Experiência Destacada, relacionando-o a uma série de princípios que orientam uma verdadeira ação educadora urbana: educação inclusiva ao longo da vida; diálogo intergeracional; acesso à informação; governança e participação dos cidadãos; espaço público habitável; e promoção da saúde⁴⁹.

Mas a percepção positiva na mídia, a boa adesão do público aos eventos e o reconhecimento da experiência por entidade internacional não impediu que o convênio trouxesse questionamentos dentro dos órgãos de controle e do próprio poder judiciário. O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), órgão de fiscalização e controle do Poder Legislativo, interpelou o Serviço Funerário por duas vezes, a primeira questionando a celebração do convênio em si e a segunda com apontamentos de irregularidades no pagamento à PUC-SP. De um lado, considerou a celebração do convênio um desvio de finalidade do Serviço Funerário, que a partir de então gastaria uma quantia considerável de recursos com ações e práticas que fugiriam de sua alçada (no limite, com qualquer coisa que não se relacionasse a transportar e enterrar corpos). Por outro lado, considerou os resultados advindos da contraparte da PUC-SP insatisfatórios, pouco substanciosos em termos de abrangência e qualidade. Os questionamentos chegaram ao Poder Judiciário, momento em que o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) instaurou ação civil pública por improbidade administrativa na gestão 2014-2016. Segundo o promotor de justiça, o convênio figurava como “uma verdadeira panaceia para todos os males”, dada a quantidade exagerada de tarefas e funções que seriam transferidos para a PUC-SP no âmbito do convênio (“gestão do patrimônio cultural na área tutelada pelo Serviço Funerário, acompanhamento psicológico dos funcionários do Serviço Funerário, planejamento urbano, bem como consultoria jurídica e administrativa”⁵⁰). No limite, encarou o programa como uma quase transferência da gestão pública para ente privado. A PUC-SP se manifestou em nota:

⁴⁸ Ver a íntegra da carta em https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta.pdf, Acesso em 5 de agosto de 2021.

⁴⁹ Ver <https://www.edcities.org/pt/focus-experience-24/>. Acesso em 5 de agosto de 2021.

⁵⁰ Ver http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/noticia?id_noticia=18928280&id_grupo=118. Acesso em 6 de agosto de 2021.

A Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tomou conhecimento, pela imprensa, de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual em face do Serviço Funerário Municipal, do ex-deputado Simão Pedro, de Lúcia Salles França Pinto e de si mesma, em função de convênio celebrado que tinha como objeto firmado a inovação do modelo de Gestão do Serviço Funerário e o levantamento e diagnóstico do acervo tumular do Cemitério da Consolação. A Fundação já foi citada. No âmbito deste Convênio a PUC-SP desenvolveu e entregou ao Município tudo o quanto foi conveniado. A Fundação São Paulo, e sua mantida a PUC-SP, se distinguem por sua tradição, sua excelência acadêmica e pelos seus princípios. Nunca participou de conluio com quem quer que seja, visando ferir erário público. Pelos seus valores e excelência mantém contratos e convênios com centenas de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras e com todos os poderes da República. Assim sendo, esclarecerá nos autos da ação proposta, no âmbito e limites de sua atuação, o que lhe for demandado. A Fundação, e sua mantida a PUCSP, sempre estarão à disposição daqueles que devem zelar pelo bem público, como sempre esteve!⁵¹

Em seu conjunto, o conflito é de duas naturezas, uma reação de origem interna e outra de origem externa: de um lado, uma rejeição às mudanças propostas por parte das famílias e seguidores dos enterrados — menção feita novamente ao MDCC; e, de outro lado, por parte do próprio aparelho jurídico-governamental, na figura do TCM-SP e do MP-SP. Aliás, reações tipicamente observáveis em diferentes tentativas de mudanças em qualquer instituição de certa antiguidade, já consolidada e tida como tradicional. Característico também da sociedade secularizada, que conta com diversos organismos de proteção de suas partes, e dos famosos órgãos que constituem os chamados pesos e contrapesos de uma sociedade republicana e democrática. O inquérito segue inconclusivo até o momento desta redação.

O fim do “Memória & Vida” enquanto programa e o desinteresse da gestão do prefeito João Dória (PSDB), que sucedeu Fernando Haddad (PT), não significa, contudo, a eliminação e o apagamento das transformações que ocorreram nos cemitérios enquanto esse programa vigorou, uma vez que muitas das atividades, apesar de não contarem mais com iniciativa ou apoio oficial, continuam existindo a partir da vontade daquela parte da sociedade que aceitou e aderiu a novas concepções experimentadas por certo tempo nas necrópoles paulistas. Por sinal, deve-se lembrar que tudo começou por iniciativa popular, que foi num determinado momento político encampada plenamente e desenvolvida pelo poder público. O que se fez foi rotinizar burocrática e administrativamente uma demanda que florescia espontaneamente por iniciativa

⁵¹ A nota está disponível em <https://j.pucsp.br/noticia/mp-questiona-convenio-com-neats-e-lelu>. Acesso em 25 de outubro de 2021.

de grupos da sociedade civil. Basta lembrar das sessões de cinema no Cemitério Vila Nova Cachoeirinha que ocorriam já nos idos de 2007. Convém também mencionar que algumas das atividades secularizantes das necrópoles contaram diretamente com apoio e reconhecimento de organizações estrangeiras, como o caso da biblioteca instalada no Cemitério Colônia (antigo Cemitério dos Alemães), no bairro de Parelheiros, de que se tratará mais adiante.

O cemitério, como um teatro qualquer, era palco e cenário, além de plateia, nesse movimento transformador. Para maior vantagem dos envolvidos, usufruir da infraestrutura da casa dos mortos pouco ou nada custava aos produtores e à plateia. Uma bela transformação, se pensarmos no entretenimento como um consumo pelo qual usualmente é preciso pagar caro para ver e participar. Trata-se de uma proposta, não inteiramente realizada por razões político-eleitorais, de inclusão social: não à toa o interesse do PT em tomar para si um empreendimento desse porte e natureza.

A amplitude e a natureza dessas interferências profanas no território dos mortos, diretamente relacionadas ao “Memória & Vida” ou não, expostas nos diferentes tipos de iniciativas analisadas, são testemunhos empíricos sólidos de mudanças na sociedade dos vivos vista a partir do lugar dos mortos. Envolvem toda uma gama de agentes: artistas, funcionários, espectadores, consumidores, vendedores, jardineiros, artesãos, atletas, técnicos cenográficos, profissionais da saúde, guias turísticos, divulgadores culturais, técnicos de comunicação e informação, desenvolvedores de sites e aplicativos, leitores, bibliotecários e outros profissionais e amadores correlatos.

8.

OS CEMITÉRIOS E SEUS USOS PROFANOS: ARTE, CULTURA E LAZER

É muito diversificada a lista de atividades desenvolvidas em cemitérios de São Paulo que não se relacionam com os mortos ali enterrados. Cerimônias e rituais de diferentes naturezas e com fins variados também dependem de artistas, e por consequência, de artes, usualmente banidas desses espaços sagrados, onde a própria sacralidade deriva do controle que as religiões, especialmente a Igreja Católica, historicamente têm mantido sobre a morte. Exatamente por se tratar de diferentes artes, talvez seja interessante tentar apresentar alguns desses eventos não religiosos realizados em espaço supostamente religioso em itens específicos. Ainda, há usos profanos dos cemitérios que não se relacionam com as artes, mas com a dimensão política da vida, que também merecem ser destacados, como o resgate da memória civil daqueles que foram assassinados no período da ditadura militar, por exemplo. E, por fim, há mentalidades mais afeitas às questões modernas, como o cuidado com a saúde, a sustentabilidade e o meio ambiente, que também se concretizaram em ações e projetos dentro das necrópoles.

8.1. Cinema

Seria difícil saber qual foi a primeira atividade profana objeto do presente estudo a acontecer e em qual cemitério. Para efeito desta investigação, contudo, o marco inicial é a edição do Cinetério ocorrido na Vila Nova Cachoeirinha em 2007, posteriormente deslocado

para o Cemitério Consolação, em sua edição de 2014. O evento da Vila Nova Cachoeirinha mereceu na edição de 7 de maio de 2007, no caderno Ilustrada, da *Folha de S.Paulo*, um descontraído registro que vale a pena considerar:

Cinéfilos com óculos de aros grossos, adolescentes bebendo vinho no gargalo, góticos vestidos a rigor e modernos com ar blasé formaram um grupo de cerca de 500 pessoas na madrugada de domingo em frente ao cemitério Vila Nova Cachoeirinha, na zona Norte de São Paulo. Motivo da reunião insólita: assistir à exibição do clássico “Nosferatu”, de F.W. Murnau, com trilha sonora ao vivo de Maurício Takara. A entrada do cemitério foi transformada em uma espécie de Cinesesc (um dos cinemas que exibem filmes de arte em São Paulo) ao ar livre — com platéia compenetrada e silenciosa — misturado com show de banda gótica. Alguns dos freqüentadores levaram lençóis e os estenderam no chão, improvisando piqueniques regados a vinho e cerveja no gramado. “Já vi esse filme umas quatro vezes”, disse [um estudante de 16 anos] que foi com os amigos [...] assistir ao filme. O grupo veio de Itaquera [...]. [Uma hoteleira de 27 anos] saiu da avenida Paulista [...]. “Vim acompanhar a trilha do filme e aproveitar para fazer um programa diferente, em um bairro de São Paulo que não conhecia”, contou. Moradores da região também aproveitavam o programa. “Muito bacana ficar aqui no cemitério vendo um filme”, disse [um vidraceiro de 23 anos]⁵².

Essa programação foi organizada por usuários do Centro Cultural da Juventude (CCJ), criado em 2006 a partir da iniciativa de moradores da Vila Nova Cachoeirinha no contexto de orçamento participativo. Em 2008, o CCJ foi renomeado para Centro Cultural Municipal da Juventude “Ruth Cardoso”, e é vinculado desde sua criação à Secretaria Municipal de Cultura. Entre 2007 e 2013, os eventos realizados no cemitério a partir dessa iniciativa já seriam batizados de Cinetério, nome mantido quando da sua incorporação ao projeto “Memória & Vida”, em 2015. Vale lembrar que, em países como os Estados Unidos, esse tipo de atividades nos cemitérios remontam à década de 1990, um lucrativo negócio que compõe, em alguns casos, parte significativa do orçamento para manutenção dos próprios cemitérios americanos. Em Washington, aliás, há um parentesco do nome brasileiro Cinetério com o *Cinematery*, exibido no Congressional Cemetery, desde 2015⁵³.

⁵² Ver <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0705200713.htm>. Acesso em 6 de agosto de 2021.

⁵³ Ver <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/cemiterios-nos-eua-viram-opcao-de-lazer-com-cinema-musica-e-ate-degustacao-de-vinhos,41adc3cb8474d4629f71362527bb3614s5i5kji.html>. Acesso em 6 de agosto de 2021.

Entre os muitos e variados filmes exibidos dentro dos muros dos cemitérios, pode-se destacar: “Ninfas diabólicas”, filme de John Doo com roteiro de Ody Fraga. Produzido em 1978, o filme é um legítimo produto da então chamada “Boca do Lixo”, local onde se situavam as produtoras desse tipo de cinema e que mais tarde seria tomada pela cracolândia (próximo à Rua do Triunfo). Traz no seu elenco uma das musas da pornochanchada, Aldine Müller, contracenando com artistas considerados de primeira linha, como Selma Egrei e Ewerton de Castro. Com alto teor erótico, fala das aventuras de um triângulo amoroso formado por duas jovens mulheres e um homem recém-divorciado. Filme da época da ditadura, não mostrava cenas de sexo explícitos, então censuradas.

“Excitação”, filme de Jean Garret com roteiro de Ody Fraga, produzido em 1976. Traz no elenco Kate Hansen e o ator global Flávio Galvão. Misto de suspense, terror e ficção científica, mostra o cotidiano de uma mulher assombrada pelo espírito vingativo do marido morto.

“As sete vampiras”, de Ivan Cardoso, produzido em 1986, trata-se de uma comédia com elementos de suspense, contando com um elenco de estrelas: Nicole Puzzi, Nuno Leal Maia, Andrea Beltrão, Lucélia Santos, John Herbert, Tião Macalé, Leo Jaime, Dedé Santana, Pedro Cardoso, Zezé Macedo, entre outros.

“Boa noite, mamãe”, mais recente, de 2014, esse *thriller* austríaco traz elementos de horror e drama ao narrar o retorno misterioso de uma mãe ao seu lar, que, irreconhecível, começa a despertar dúvidas acerca da sua real identidade nos seus dois filhos gêmeos.

“Deixa ela entrar”, filme sueco de 2009, mostra o cotidiano de um garoto de 12 anos que sofre *bullying* na escola, ao mesmo tempo em que uma série de assassinatos passam a ocorrer em Estocolmo.

“Amantes eternos”, de 2014, em que um casal de vampiros vividos por Tom Hiddleston e Tilda Swinton convivem amorosamente há séculos. Na onda dos filmes protagonizados por vampiros, “Amantes eternos” garantiu a fama de produção *cool*, tanto pelo argumento central quanto pela trilha sonora de rock.

“Donnie Darko”, produção norte-americana de 2000, com direção de Richard Kelly, e Jake Gyllenhaal e Drew Barrymore no elenco. Fala de um jovem assombrado por visões misteriosas e que, em determinado momento, passa a confundir o que é delírio e o que é realidade, envolvendo catástrofes e o fim do mundo.

“Eles não usam black tie”, inspirado na famosa peça de Gianfrancesco Guarnieri, o filme é dirigido por Leon Hirszman e traz no elenco Fernanda Montenegro, Bete Mendes e Carlos

Alberto Riccelli, além do próprio Gianfresco Guarnieri, que divide com o diretor a adaptação de sua peça ao cinema. De forte inspiração política, de esquerda, fala da história de um operário dividido entre as necessidades da vida cotidiana e a participação na militância sindical.

“O massacre da serra elétrica”, de 1974. Um clássico do cinema de terror, a produção independente de Tobe Hooper é uma legítima representante do cinema moralista e violento, em que jovens com os hormônios à flor da pele são assassinados das formas mais cruéis e sanguinárias possíveis. O estilo viria a ser chamado posteriormente de *slasher movie*, filmes que envolvem mortes com instrumentos afiados como machados, serrotes, facas e, no caso, serra elétrica.

“Nosferatu ”, clássico do cinema de terror alemão de 1922, baseava-se no romance Drácula, de Bram Stoker. É considerado um dos primeiros filmes de terror, tendo sido refilmado em 1979 por Werner Herzog. A primeira versão ficou embargada na justiça durante muitos anos por questões relacionadas a direitos autorais, mas o filme é considerado uma grande influência para o gênero até os dias de hoje, sendo considerado um filme *cult*.

15. Projeção do filme “As sete vampiras”, no Cemitério Consolação



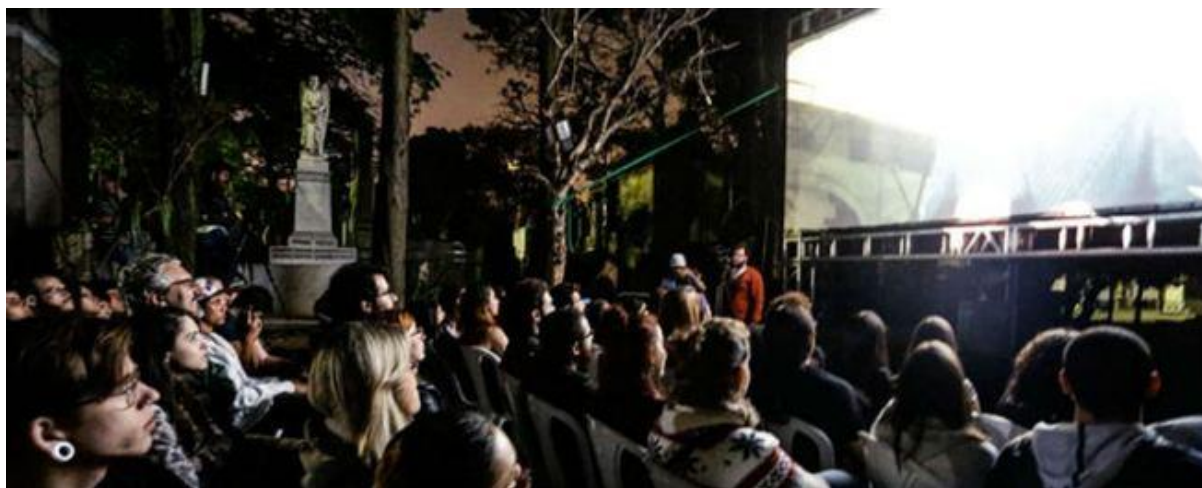
Fonte: Ricardo Matsukawa/Estadão. Ver <https://cultura.estadao.com.br/noticias/cinema,sessao-cineterio-transforma-cemiterio-em-sala-de-cinema,1560007>. Acesso em 9 de dezembro de 2021.

A seleção desses títulos mostra bem o caráter heterogêneo da seleção dos filmes exibidos, que variaram desde o cinema *trash* americano até o brasileiro da Boca do Lixo (Abreu,

2016, Bertolli Filho; Amaral, 2017), o que inclui a pornochanchada, até produções de altíssimo nível, consideradas atualmente *cult* e que atraem admiradores do mundo inteiro. Todo esse ciclo de cinema representou, na verdade, uma espécie de circuito paralelo ou alternativo àquele exibidos nas salas de cinema da cidade, hoje em sua maioria prisioneiras dos shoppings centers. Esses filmes foram grande atrativo, sobretudo, para os mais idosos saudosistas e, especialmente, para uma juventude interessada no cinema de ontem. Nesses termos, esse tipo de disponibilidade cultural cumpriu, além do papel necessário de entretenimento, o de formador cultural, oferecendo para o espectador coletivo espetáculos que, de outro modo, somente seriam possíveis na solidão do televisor doméstico, reproduzidos em fita cassete ou nos serviços de *streaming*.

O cenário da cidade dos mortos, evidentemente, se casou muito bem com os filmes de terror, mas nunca ficou seu prisioneiro: filmes *cults*, romances, histórias psicológicas, políticas, enfim, toda uma série de produções distante da questão da morte estava incluída. Coroando esse processo, projetavam-se filmes de natureza política, de esquerda, protagonizados por atores que representavam o melhor dos profissionais de sua arte. Não se tratava, pelo menos aparentemente, de simplesmente projetar um filme. Havia também uma mensagem a ser transmitida. Enfim, o projeto fazia do cemitério um local muito especial para expor ideias, pensamentos e posições políticas.

16. Plateia da edição de 2014 do Cinetério, no Cemitério Consolação



Fonte: Ricardo Matsukawa/Estadão. Ver <https://cultura.estadao.com.br/noticias/cinema,sessao-cineterio-transforma-cemiterio-em-sala-de-cinema,1560007>. Acesso em 9 de dezembro de 2021.

Os eventos não religiosos, secularizados, não se restringem à exibição de filmes. Especialmente a partir do “Memória & Vida”, ou mesmo a despeito dele, o rol de atividades

culturais, físicas, educacionais e ambientais cresceu e se diversificou, a ponto de se tornar inviável empreender uma listagem completa das iniciativas. No entanto, algumas delas, acompanhadas no curso da pesquisa, merecem destaque, uma vez que se constituem como indícios empíricos importantes da transformação cultural em questão, compreendendo diferentes áreas.

8.2. Teatro

De todas as atividades realizadas no âmbito do convênio “Memória & Vida”, ou mesmo entre aquelas profanas porém de caráter menos institucional, fora do convênio, as peças teatrais são lembradas como as de maior destaque, seja pela grande aprovação do público frequentador dos espetáculos, seja pela repercussão positiva que receberam nos meios de comunicação. Também são as atividades com maior número de registros na mídia, divulgados por meio da internet, sobretudo por suas características plásticas, que contribuem especialmente para a obtenção de fotografias e filmagens, que acabam por valorizar o contraste entre a tradicional paisagem cemiterial e as indumentárias dos atores, mostrando os cemitérios e suas tumbas como palco e cenário das peças. Duas apresentações aparecem em praticamente todos os relatos de quem organizou ou frequentou: “Terra de deitados”, da Cia. de Teatro Documentário; e “Para gelar a alma”, do Grupo Na Companhia de Mulheres.

Além do sucesso de mídia, o sucesso de público é sempre lembrado, e a palavra usada para descrever o volume dos presentes: “lotado”. Diz um dos relatos:

Lotadas! Chegou uma vez que teve uma sessão extra. Sabe o Consolação? Estava mais ou menos quase dando a volta no quarteirão de baixo, é muita gente, muita gente. Foi difícil contar, porque depois o pessoal podia ficar um tempo no cemitério andando, então ficou lotado, muito lotado. [*Funcionário da assessoria de imprensa*]

Continua o entrevistado:

Isso foi na Virada Cultural, então o pessoal saiu de um lugar e ia para lá, mas teve muita gente que ficou o tempo todo na fila esperando para ver se ia conseguir lugar, se ia ter alguma desistência. “Para gelar a alma” foi uma das mais marcantes [que ajudei a organizar]. [*Funcionário da assessoria de imprensa*]

17. Fila na entrada do Cemitério Consolação, para a peça “Para gelar a alma”



Fonte: Divulgação/Perfil oficial. Disponível em <https://www.facebook.com/paragelaraalma/photos/468786803298827>. Acesso em 12 de agosto de 2021.

O enredo da peça foi divulgado, por exemplo, pela Rede Globo, o que evidencia seu sucesso. Como se pode imaginar, o cemitério, além de local da apresentação, também é assunto da trama, que se desenvolve em torno da morte e da solidão:

O público é recebido por Morella, Ligeia e Berenice, três mulheres benzedoras que foram amaldiçoadas e escaparam da morte. A peça se passa em uma casa do interior, onde vivem as três. Ligeia e Morella são irmãs e primas de Berenice. Elas vivem sob a maldição de morte e são condenadas à solidão. Morella sofre de catalepsia e tem medo de ser enterrada viva. Berenice, numa tentativa de quebrar a maldição, foge com seu grande amor e o perde num naufrágio de barco. Ligeia tem receio de sair de casa após ter sido sequestrada e torturada quase até a morte, e trabalha como jardineira no cemitério⁵⁴.

A pedido do público, a temporada de “Para gelar a alma” foi prorrogada em um mês, totalizando três meses com sessões às sextas e sábados, além de sessões extras⁵⁵. Embora a capela do Cemitério Consolação fosse o palco ideal para o espetáculo, o espaço oferecido era

⁵⁴ Ver <http://redeglobo.globo.com/globoteatro/noticia/2015/11/inspirada-em-edgar-allan-poe-para-gelar-alma-volta-na-sexta-feira-13.html>. Acesso em 12 de agosto de 2021.

⁵⁵ Ver <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/noticias/?p=199034>. Acesso em 12 de agosto de 2021.

reduzido (ainda que maior que muitos dos teatros experimentais da cidade). Tratava-se, nesse caso, de um entre três tipos de montagens. Esse, estático, em lugar fechado, como os teatros comuns. Outro tipo utilizava um ou mais túmulos, onde se encenava ao ar livre. Num terceiro tipo, sem dúvida o preferido do público, atores, atrizes e plateia se movimentavam pelas ruas dos cemitérios, ocupando os entre-túmulos.

18. “Para gelar a alma” na capela do Cemitério Consolação



Fonte: Divulgação/Perfil oficial.. Disponível em <https://www.facebook.com/paragelaraalma/photos/468786803298827>. Acesso em 12 de agosto de 2021.

19. As três atrizes de “Para gelar a alma” em meio ao público



Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo/Divulgação. Ver <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/noticias/?p=199034>. Acesso em 12 de agosto de 2021.

Pascoal da Conceição, por exemplo, encarnava Mário de Andrade sobre o túmulo real do seu próprio personagem. O site do Serviço Funerário comenta esse evento, ocorrido no contexto da Virada Cultural, com as seguintes palavras:

O público, já animado [com uma prévia apresentação do coral], deslumbrou-se [...] com a aparição do ator Pascoal da Conceição, que personificou Mário de Andrade, declamando poemas. O ator também estava entusiasmado: “fica aqui minha grande admiração por esse grande trabalho cultural que vem sendo realizado no cemitério. Fico emocionado com a qualidade humana desse trabalho, isso é um exemplo, uma postura rara de humanidade”, elogiou o ator⁵⁶.

⁵⁶ Ver https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/noticias/?p=197957. Acesso em 12 de agosto de 2021.

20. Pascoal da Conceição encarna Mário de Andrade em frente a seu próprio túmulo



Fonte: Divulgação/Serviço Funerário. Ver https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/noticias/?p=197957. Acesso em 12 de agosto de 2021.

Entre as peças itinerantes, por assim dizer, as de maior destaque são aquelas encenadas pela Cia. de Teatro Documentário, em que o “cemitério era o grande cenário”, segundo a assessora de imprensa à época. Além de cenário, acrescenta-se, funcionava igualmente como plateia, frisas e camarotes de um teatro convencional. Dava-se dinamismo ao texto, e os atores e atrizes conduziam o público pelas estreitas ruas da cidade dos mortos. A temporada da peça “Terra de deitados” foi estendida e contou com mais de vinte apresentações.

21. Cartaz de divulgação da peça “Terra de deitados”



Fonte: Cia. de Teatro Documentário/Divulgação

O funcionário continuou narrando suas impressões:

O que gostei muito de participar e acompanhar foi o pessoal do Teatro Documentário, que eu falei, que fizeram mais de vinte sessões. E ia muita gente, além do pessoal do teatro, gente que às vezes estava passando por ali, e participava. No Cemitério São Paulo não teve tanta peça, mas o pessoal do Teatro Documentário também atuou ali. No Araçá eles fizeram peça. Inclusive, no Araçá, eles traziam as questões que estavam rolando internamente dentro do cemitério. No caso, por exemplo, o abandono de jazigos. *[Funcionário da assessoria de imprensa.]*

22. Cenas do teatro itinerante “Terra de deitados”

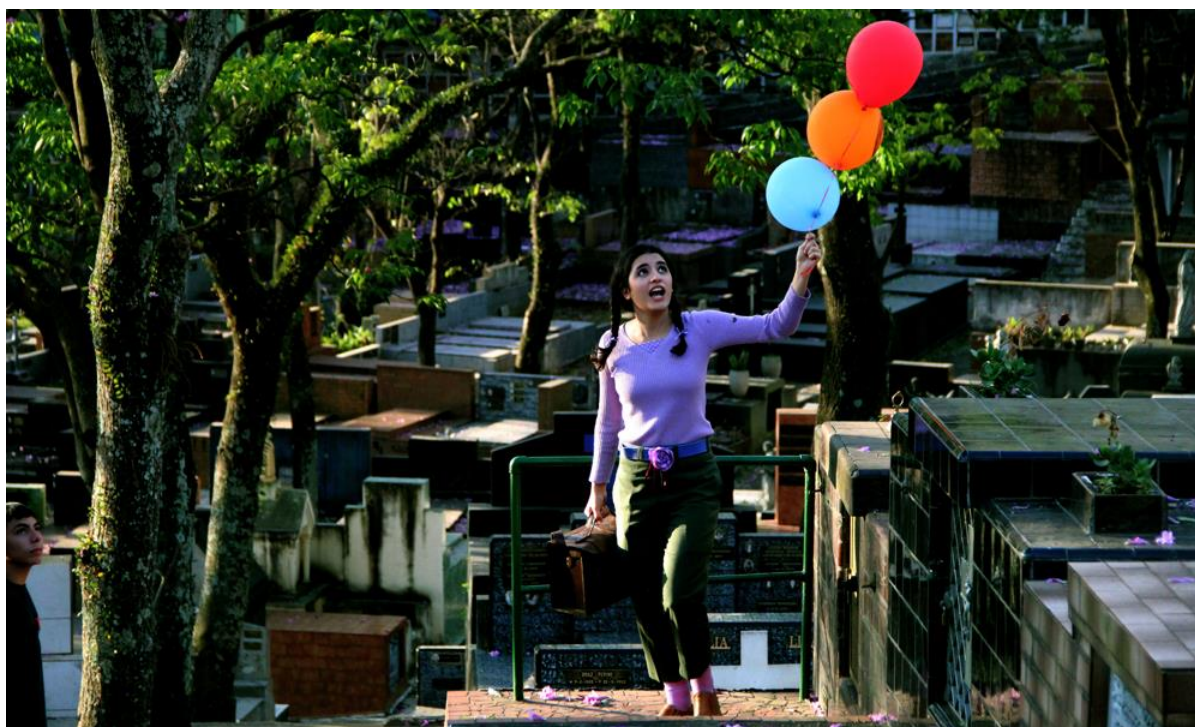


Fonte: Autorização/Cia. de Teatro Documentário

Os que atuavam nas peças não eram atores contratados por uma companhia para se apresentar num teatro qualquer para um público pagante. Em vez disso, a montagem era concebida e realizada colocando cemitério, público e arte teatral em relação direta, indissociável. Em sua maioria, os integrantes que participavam das montagens teatrais tinham uma concepção própria, algo que entendiam quase como uma missão civilizatória ou cidadã. As palavras seguintes de uma das integrantes da Cia. de Teatro Documentário testemunham essa atuação militante:

Pelo edital, prometemos que faríamos vinte apresentações, lá no cemitério Vila Mariana, dessa encenação, que é a Terra de Deitados. Ocorre que a gente ficou com uma lista de espera enorme de pessoas que queriam ir. Então a gente fez mais dez. E no último dia dessa apresentação, para que todo mundo pudesse ver... porque, não sei se você sabe, mas a gente começava na administração, da administração a gente ia para um muro, onde a gente conseguia ver a diferença entre o cemitério judeu e o cemitério católico, cristão. Dali a gente ia trazendo o público para uma ideia de que o cemitério é um espaço público. E a gente só entende o cemitério como um espaço público. Então a gente brincava um pouco com essa ideia de afinar o olhar do expectador. Então tinha uma série de coisas ali para que o expectador pudesse falar, sem estar tão velada a coisa da morte. Tem tantos mortos... todo mundo tem seus mortos queridos e ali tem outros mortos, que são queridos de outras pessoas. Então a gente brindava aos nossos mortos, brindava à nossa saudade. Tinha uma brincadeira que o Edilson fazia, que era falar da ideia do roubo do bronze. Ele brincava com a coisa de que “Ficaram com medo, mas olha, isso daqui que eu faço na verdade é só para afugentar o pessoal que vem aqui para roubar as peças de bronze”. Depois a Sílvia, que era na época a gestora do cemitério Vila Mariana, fazia uma fala recebendo o público. A gente caminhava até a parte menos bonita do cemitério, reservada para uma classe média mais baixa. O Cemitério Vila Mariana é um cemitério de classe B. *[Integrante da Cia. de Teatro Documentário]*

23. Cena da peça “Terra de deitados”, itinerante, no Cemitério Vila Mariana



Fonte: Autorização/Cia. de Teatro Documentário

Havia nas ações da Cia. de Teatro Documentário, inclusive como contrapartida disposta na captação de recursos junto a agências de fomento à cultura, todo um trabalho dedicado à

formação em artes cênicas, através da realização de oficinas, mais direcionadas aos próprios funcionários do Serviço Funerário, mas também abertas à população em geral. Quando me concedeu entrevista, a responsável pela assessoria de imprensa à época da temporada chegou a mencionar que a realização dessas oficinas foi capaz, em alguns casos, de transformar a concepção que os próprios servidores da autarquia tinham a respeito de seu ofício, na medida em que passavam a “entender o cemitério com um outro olhar”. Além disso, as oficinas se aproveitavam das histórias de vida de sepultadores e sepultadoras, jardineiros e jardineiras, para desenvolver intervenções que tinham como ponto de partida a história dessas pessoas, pessoas cuja natureza do ofício é das mais peculiares. E não só daqueles que já eram verdadeiras celebridades, como o filósofo Fininho e o escritor Tico, aquele sepultador do Cemitério Penha e este, vítima de um acidente com traços de suicídio, ex-sepultador — ou coveiro, como preferia, sem meias palavras — do Cemitério Consolação.

Esses dois funcionários do Serviço Funerário são velhos conhecidos daqueles interessados pelas artes e pelas letras, interesse que se soma à inusitada profissão que exercem. A história de Fininho será tema de documentário cinematográfico em fase de finalização produzido por Camila Appel⁵⁷, Pedro Bial e Ricardo Calil. Fluente em alemão, Fininho é formado em filosofia e leitor de Kant e Nietzsche. Foi matéria de reportagens de veículos como *Folha de S.Paulo*⁵⁸, *Isto É*⁵⁹, *Veja SP*⁶⁰, *Valor Econômico*⁶¹ e *UOL*⁶². A revista *Piauí* lançou um interessante perfil de Fininho, com o título “A história do coveiro filósofo”, onde se lê

Osmair Cândido, 60, é coveiro há mais de quarenta anos. Conhecido como Fininho por causa de seu porte esguio, atualmente ele trabalha no cemitério da Penha, na Zona Leste de São Paulo. Há alguns anos, Cândido conseguiu uma bolsa de estudos

⁵⁷ Camila Appel, aliás, é responsável pela seção “Morte sem tabu”, publicada na versão digital da *Folha de S.Paulo*, onde aborda questões relacionadas à morte e ao luto nos dias atuais. Ali, inclusive, publicou uma reportagem sobre Fininho, que pode ser lida em <https://mortesemtabu.blogfolha.uol.com.br/2015/10/15/conheca-fininho-o-surpreendente-coveiro-formado-em-filosofia/>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

⁵⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/coveiro-filosofo-de-cemiterio-em-sp-reflete-sobre-a-morte-veja-video.shtml>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

⁵⁹ Ver https://istoe.com.br/332719_O+COVEIRO+FILOSOFO/. Acesso em 22 de agosto de 2021.

⁶⁰ Ver a esse respeito <https://vejasp.abril.com.br/blog/terracco-paulistano/coveiro-filosofo-do-cemiterio-da-penha-defende-prioridade-na-vacina/>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

⁶¹ Ver <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2021/04/01/filosofias-de-um-coveiro-na-pandemia.ghtml>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

⁶² Ver <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2012/08/16/trabalhando-ha-20-anos-no-cemiterio-do-araca-fininho-filosofo-sobre-vida-e-morte.htm>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

e, sempre trabalhando como coveiro e faxineiro, se formou em filosofia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 2007. É conhecedor da filosofia alemã e tenta levar para sua rotina o imperativo categórico de Kant, segundo o qual as ações humanas devem ser determinadas por princípios racionais universais. Na ética kantiana, o cumprimento do dever liberta. Cândido cumpre seu dever, por mais duro que ele muitas vezes lhe pareça: “Sou um sepultador, tenho de sepultar”, diz.⁶³

Já o falecido Tico, além de sua produção literária, de qualidade inquestionável, era reconhecido também por sua personalidade forte e pela pena crua que demonstrava ter quando escrevia sobre o uso de drogas, internações em manicômios e figuras perturbadoras. Foi assunto de matérias na revista *Superinteressante*⁶⁴ e também na *Folha de S.Paulo*⁶⁵. Recentemente, em 2018, um filme documentário inspirado em sua obra concorreu em diversos circuitos de cinema, recebendo críticas positivas de público e especialistas. “Madrigal para um poeta vivo”, o título do filme, mescla falas e depoimentos do próprio Tico com interpretação de atores, e tem como mote o suicídio⁶⁶.

Mas essa é uma digressão. Os personagens homenageados pela arte teatral da Cia. de Teatro Documentário eram de outro tipo, de caráter anônimo, que os atores e diretores mapeavam e buscavam para poder lançar luz a suas trajetórias. Pessoas que a ex-assessora de imprensa do Serviço Funerário definiu da seguinte forma:

No Vila Formosa tem um cara que se você conversar com ele, você vai ficar chocado, um cara extremamente culto. Chocado porque ele tem uma visão do cemitério muito mais emancipada do que as pessoas que frequentam o local. Ele fala sobre o cemitério de um jeito muito legal. No Araçá tem personagens, no Vila Formosa tem personagens. Se a gente conseguisse encontrar essas pessoas e fazer como, por exemplo, essa peça de teatro, que foi lá e empoderou os caras para trabalhar no teatro e dizer para os caras: “a gente pode transformar esse lugar em um lugar menos inóspito”, e fazer com e que as pessoas não olhem para os sepultadores e façam o sinal da cruz, como fazem, ou que falem: “Deus me livre!”. Porque os sepultadores têm uma taxa super alta de drogadição e tudo mais. Acho que de 80 a 90%, porque, imagina, você passa o dia inteiro trabalhando no sol, sem perspectiva de aumento, sem perspectiva de vida, sem perspectiva de mudar nada, só com pessoas chorando e pessoas passando por você e fazendo o sinal da cruz. Você não tem orgulho de

⁶³ Ler a reportagem completa em <https://piaui.folha.uol.com.br/historia-do-coveiro-filosofo/>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

⁶⁴ Ver <https://super.abril.com.br/cultura/profissao-coveiro-e-escritor/>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

⁶⁵ Ver <https://folha.uol.com.br/saopaulo/2013/08/1320412-coveiro-do-cemiterio-da-consolacao-ja-prepara-terceiro-livro-sobre-criaturas-atrimentadas.shtml>. Acesso em 22 de agosto 2021.

⁶⁶ Ver <https://culturadoria.com.br/madrigal-para-um-poeta-vivo/>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

contar para ninguém que você é coveiro. Tem um preconceito, tem uma coisa, “porque quando você chega na sua casa você tem que tomar banho e tirar toda sua roupa porque você não pode carregar os espíritos”, dizem uns negócios que são deprimentes para aquele cara, e você não apresenta nenhuma perspectiva diferente para ele.

Logo a inserção dos sepultadores no mundo do teatro traria mudanças significativas para a autoestima daqueles trabalhadores. Segundo uma integrante do grupo teatral,

A gente descobriu uma coisa que era muito legal: fez muito bem para a autoestima deles. Porque, me parece, e isso é bem pessoal, conversando bastante com eles, que eles têm noção do quanto eles são discriminados por trabalhar em cemitério, ser um coveiro. Então tinha uma senhora no Araçá que falava: “eu não planto couve, eu sou sepultadora”, querendo que sua profissão tivesse uma visibilidade apartada da fantasmagoria: aquele que é insensível, que enterra. De repente eles estavam sendo chamados publicamente para falar sobre o que fazem e falando de um ponto de vista com valor. Você está prestando um serviço que não é um serviço que muita gente consegue fazer e você faz, tem propriedade sobre isso que você está fazendo. Era muito engraçado, porque os que estavam em cena, depois de um certo tempo, falavam: “agora sou ator também”. *[Integrante da Cia. de Teatro Documentário.]*

24. Festa dos mortos – Ato Multidão, Cemitério Vila Formosa



Fonte: Cia. de Teatro Documentário/Divulgação

Ao fim, e também como resultado das oficinas, a Cia. de Teatro Documentário promoveu um grande encerramento da temporada no Cemitério Vila Formosa, com a participação de mais quatro companhias teatrais. Segundo a integrante do grupo,

Para finalizar, a gente ainda fez uma coisa que a gente chamou de “Festa dos mortos – Ato Multidão”. A gente chamou quatro grupos artísticos distintos, pediu que eles construíssem alguma materialidade artística para compartilhar com a gente em um grande evento, que ia ter um bando de gente dentro do cemitério Vila Formosa. Foi bastante gente nesse dia. Cada grupo trouxe uma coisa. Tinha desde grupo que tinha uma coisa de trazer a questão da homossexualidade velada, que não pode assumir de forma alguma. Identidades veladas. *[Integrante da Cia. de Teatro Documentário.]*

Continua a integrante, descrevendo uma intervenção artística que vale a pena retomar tanto pela proposta quanto pelo belíssimo registro visual:

O grupo Fátima trouxe uma coisa que era incrível: simplesmente, quando a gente chega para vê-los, entrou o grupo com um bando de atores, quase 40 atores. Todos eles deitados, enterrados, mortos e você só fica vendo aquela imagem, aquele cemitério enorme, aquelas pessoas que ninguém sabe quem é, que é a realidade do Vila Formosa, essa coisa de “quem são essas pessoas?”. Elas têm caras, elas têm identidades, mas...

25. Grupo Fátima, cenas da intervenção no Cemitério Vila Formosa



Fonte: Cia. de Teatro Documentário/Divulgação

Também acabou por transformar as ideias daqueles que estavam ali cotidianamente, para trabalhar, conferindo caráter reflexivo ao próprio ofício de sepultador. Ao permitir, por meio das artes cênicas, que os mortos retornassem e narrassem suas experiências em vida e na morte, as peças rompiam com o embotamento dos sentimentos impostos pelo luto: ao interagir com uma pessoa morta, ainda que desconhecida, o público vivente podia superar, ao menos por um breve período, o distanciamento físico dos seus próprios mortos queridos. Ao trazer o cemitério para o cotidiano dos viventes, a modernidade do movimento de secularização artístico derrubava enfim, ainda que simbolicamente, os muros que separam os vivos dos mortos.

26. Grupo Fátima, cena dos mortos no Cemitério Vila Formosa



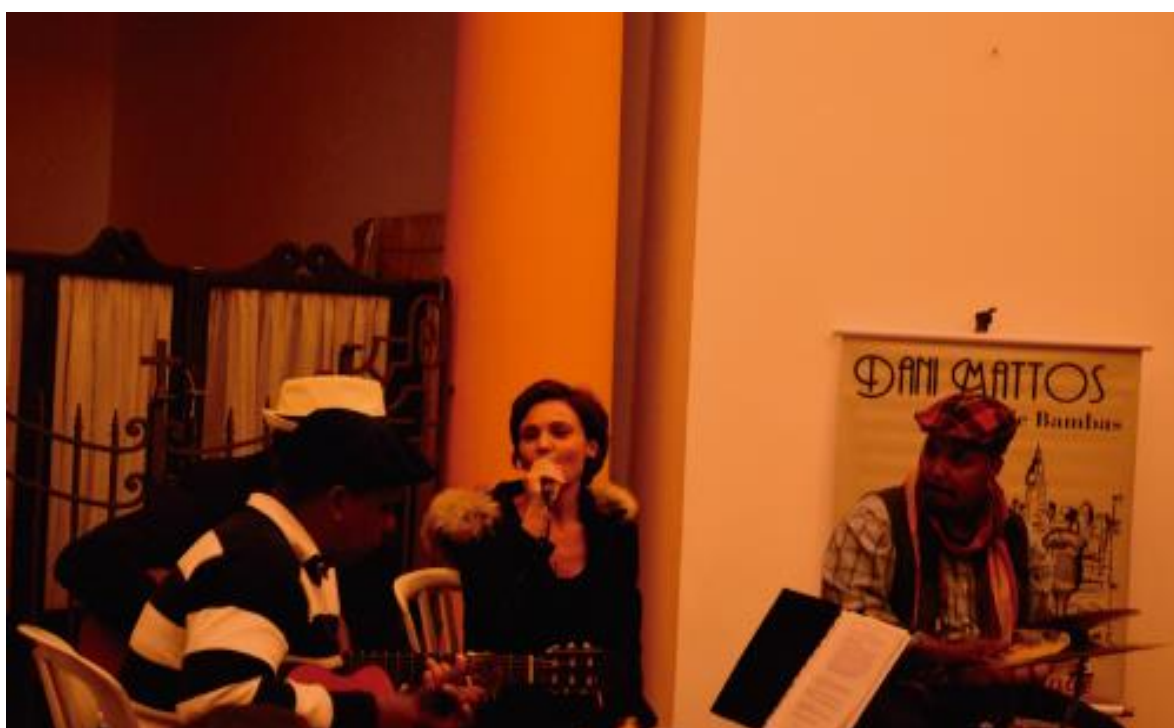
Fonte: Cia. de Teatro Documentário/Divulgação

8.3. Música

Os cemitérios, entretanto, também recebiam interessados em outra arte presente na vida cotidiana de todos nós: a música. Segundo a ex-assessora do Serviço Funerário, peças de teatro e apresentações musicais eram os eventos mais frequentes nos cemitérios. Na verdade, já havia

certa tradição da apresentação de corais de música clássica nas capelas dos cemitérios, especialmente naqueles localizados nas região mais central da cidade. Eram, no entanto, mais voltados para a música sacra, de modo que não era incomum, nos dias de Finados e no feriado em comemoração ao dia das mães, ouvir violinos tocando *Jesus alegria dos homens*, de Bach, enquanto passavam os munícipes em busca de seus parentes ali inumados. O programa Memória & Vida manteve e fomentou a presença musical, acrescentando, no entanto, gêneros mais diversos, como o rock, o samba e a MPB.

27. Dani Mattos e Toque de Bambas na Capela do Cemitério Consolação



Fonte: Divulgação/Prefeitura de São Paulo. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/noticias/?p=197957. Acesso em 19 de setembro de 2021.

As apresentações dos corais, orquestras e sinfônicas, religiosas ou não, costumavam ser bem recebidas pelo público em geral, em especial pelo já mencionado grupo Moradores em Defesa do Cemitério da Consolação, cujo assessor de imprensa à época me confirmou que os corais e orquestras, na visão do grupo, não só eram aceitáveis como bem vindos, preferencialmente quando associados a missas e cultos. Em certa ocasião, o coral da Guarda Civil Metropolitana chegou a reunir trezentas pessoas no Cemitério Vila Formosa, em 2015.

28. Coral da Guarda Civil Metropolitana no Cemitério Vila Formosa (Finados, 2015)



Fonte: Divulgação/Prefeitura de São Paulo.

O Finados de 2015, aliás, dá uma boa ideia do potencial do programa Memória & Vida. No balanço das atividades daquele ano, feito pelo próprio Serviço Funerário, constam, entre outras ações e números:

Visitantes:

Os 22 cemitérios receberam um público estimado em 1 milhão de pessoas durante o feriado de finados. Curiosidade – o cemitério Consolação recebeu, aproximadamente, 300 turistas durante os dias do feriado prolongado, para visita ao local por sua representação cultural e por seus atrativos históricos e artísticos.

Atividades culturais:

Coral Paulistano Mario de Andrade do Teatro Municipal – o Coral apresentou 9 músicas renascentistas e foi recebido pelo secretário de Serviços Simão Pedro e pela superintendente do Serviço Funerário, Lúcia Salles, na capela do cemitério Consolação – público: 100 pessoas.

Roda de Conversa – “Conversando sobre a morte” coordenada pelo Laboratório de Estudos sobre o Luto – LELu/PUC-SP -, e contação de histórias de Monteiro Lobato. A atividade psicopedagógica foi aberta pela superintendente do Serviço Funerário Lúcia Salles e teve um público participante de 40 pessoas.

Coral da GCM – cemitério Vila Formosa – público: 300 pessoas.

Orquestra de Câmara Visconde de Porto Seguro – capela do cemitério Vila Nova Cachoeirinha – a orquestra recebida pela superintendente do Serviço Funerário Lúcia Salles, executou 11 peças. Público: 80 pessoas.

Associação amigos do Araçá – organizada por concessionários do cemitério a atividade cultural ofereceu três sessões de cinema na capela, oficinas de origami, contação de histórias infantis. Público: 300 pessoas.

Sociedade Beneficente Cultural e Educacional Missão Resgate – ofereceu exames de glicemia e medição da pressão arterial – cemitérios Consolação e Araçá. Público atendido – Araçá: 200.

Atividades Religiosas – foram celebradas 29 missas em 12 cemitérios municipais. O secretário de Serviços, Simão Pedro, participou da 20ª edição da Caminhada pela Paz e pela Vida. Organizada pela igreja católica, a celebração teve início por volta das 8h30 na Paróquia dos Santos Mártires e seguiu em caminhada, por duas horas, para o cemitério do Jardim São Luís, onde ocorreu uma missa.⁶⁷

Cultura, saúde e religião, como pode-se ver pelas quase trinta missas realizadas em um dia nos cemitérios, conviveram de forma relativamente pacífica enquanto durou o Memória & Vida. No entanto, ao sair do gênero da música clássica e se aventurar por estilos mais profanos, por assim dizer, o Serviço Funerário deparou-se com críticas, mencionando a já batida ideia de profanação e desrespeito. Segundo a ex-assessora de imprensa:

Depende do coral, também. Por exemplo, o coral da GCM é bem recebido, mas se fosse um coral de mulheres, uma espécie de MPB, uma coletânea de música para uma dessas datas de dia dos pais, isso já não era bem vindo. Então depende muito de quem se apresenta. Eu acho que não é uma questão de cultura, depende de quem se apresenta e do conteúdo que é apresentado. lugar... [Ex-assessora de imprensa do Serviço Funerário]

Desnecessário dizer que, no Ocidente, a música clássica sempre esteve presente nos ritos funerários, basta ver a quantidade de peças de réquiem dos mais diversos compositores eternizadas. Alias, são ouvidas e apreciadas, na atualidade, dissociadas de suas motivações sagradas. O rock, no entanto, não guarda as mesmas afinidades eletivas com as necrópoles, e um evento, em especial, apesar do sucesso de crítica, acabou aflorando em certas pessoas o sentimento de respeito e zelo pelo sono dos mortos.

⁶⁷ Ver o balanço completo em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/noticias/index.php?p=206139>. Acesso em 24 de outubro de 2021.

Teve também o show de uma banda que a gente trouxe, chamada Lítera, que era uma banda de rock de Porto Alegre, e eles queriam fazer um show no pé do túmulo da Marquesa de Santos, no Consolação. E a gente fez e isso deu a maior polêmica, por exemplo. Então percebe que é diferente? O coral da GCM tudo bem, mas uma banda que quer fazer um show para a Marquesa de Santos não é tudo bem, e olha que eles foram super cuidadosos, ainda que seja uma banda de rock, não tinha bateria, eles fizeram uma espécie de acústico, bem mais tranquilinho, mas não foi tudo bem, não.

O show em questão era realmente provocador. Tinha como inspiração as dificuldades encontradas por um famoso casal de amantes, Titila e Demonão (ou seja, Marquesa de Santos e Dom Pedro), para viver o seu amor proibido e impossível. Musicavam, assim, as tórridas cartas de amor trocadas pelo casal.

29. Banda Lítera se apresenta ao lado da capela do Cemitério Consolação



Fonte: Site oficial da banda Lítera. Ver <https://litera.mus.br/dom-pedro-i-letrista-de-rock-litera-mostra-o-lado-musical-do-imperador>. Acesso em 24 de outubro de 2021.

Talvez por influência das tradições do estilo punk, o *rock n roll* acabou se mostrando muito mais afinado com os cenários cemiteriais do que outros gêneros muito populares no Brasil que, apesar do consumo generalizado, se aproximam muito mais do *status quo*: a música sertaneja e o pagode. A própria cenografia do cemitério tradicional atraía artistas e público mais descolados do sistema. Quando o palco dos cemitérios foi negado ao rock, os corais e orquestras mais próximos da música clássica retomaram o seu lugar de protagonistas.

8.4. Bem-estar e cidadania

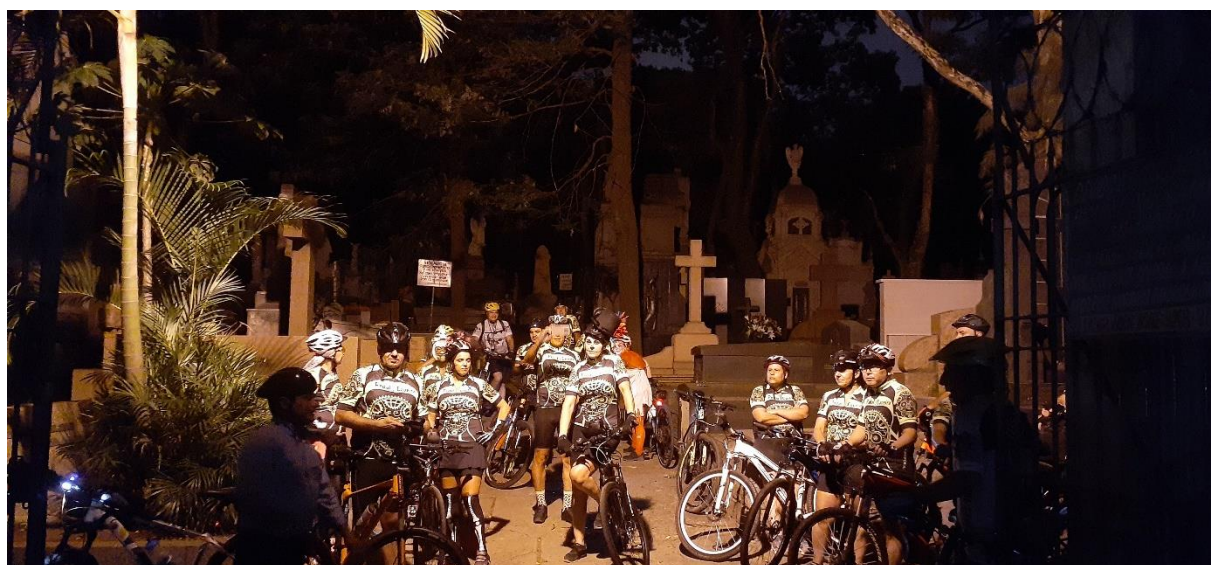
O cemitério também se mostrou um lugar propício para a prática de exercícios físicos, especialmente para pedalar e caminhar. Como dito anteriormente, os túmulos e as quadras gerais se avizinham, na grande maioria das vezes, de extensas áreas cobertas de árvores e mata verde, transformando os cemitérios de São Paulo em verdadeiros bolsões de ar puro e silêncio inscrustados no agitado cotidiano da cidade, com seus transeuntes apressados e automóveis barulhentos e poluentes. Não que antes fosse incomum a presença de pessoas que se dirigiam aos cemitérios para caminhar, meditar ou simplesmente ficar em silêncio, mas essas ações se intensificaram no período aqui estudado.

Uma das atividades mais longevas nesse sentido é o Pedal Caveira, de iniciativa de um grupo de ciclistas chamado Sampa Bikers, um dos mais tradicionais de São Paulo. O Pedal Caveira acontece desde 2016, sempre na noite do dia 1 de novembro, dia de Todos os Santos, véspera de Finados, e consiste em percorrer internamente as estreitas ruas e vielas dos cemitérios, especificamente o Cemitério Consolação e Cemitério Araçá, com os ciclistas fantasiados e maquiados com motivos sombrios. Pensado inicialmente como uma forma de homenagear os ciclistas mortos em acidentes de trânsito, o evento aos poucos foi crescendo em organização e investimento, chegando, nas suas últimas edições, a contar com caracterizações de personagens de terror como vampiros e zumbis que procuram aterrorizar o circuito da pedalada. A última edição ocorreu em 2019, certamente em razão da pandemia.

As vagas para participar do Pedal Caveira eram limitadas a no máximo cem pessoas, e as inscrições se esgotavam rapidamente. Era necessário adquirir uma camiseta do grupo para participar e pagar a taxa, além da doação de um brinquedo que seria posteriormente destinado a entidades que cuidam de crianças carentes. Oficialmente é a única ocasião em que se permite a entrada de pessoas montadas em bicicletas nos cemitérios de São Paulo, autorização obtida junto à administração desde a primeira edição. A administração, aliás, nas últimas edições, fazia

questão de acompanhar e registrar o evento. Em 2019, os ciclistas tiveram o privilégio de fazer um roteiro de visita guiada noturna exclusiva, conduzido, como sempre, por Pópó.

30. Edição 2018 do Pedal Caveira, no Cemitério Consolação



Fotos de Luiz Jácomo, 2018

Em agosto de 2015, o Serviço Funerário inaugurou a Trilha Ambiental Autoguiada no Cemitério Vila Formosa, voltada para aqueles que são mais afeitos a correr e caminhar do que pedalar. A ideia então era aproveitar a área florestal do cemitério para que atletas, amadores e profissionais, praticassem suas atividades naquele local. A lógica era simples: dada a impossibilidade de fiscalizar um cemitério de proporções gigantescas (estamos falando do maior da América Latina), podia-se manter o local movimentado e bastante frequentado, a fim

de inibir ações indesejadas. No convite para a inauguração da trilha, havia ainda a referência ao fato de que o projeto visava atender a uma região da cidade carente de opções semelhantes, cumprindo, assim, a “função social dos serviços prestados pela prefeitura”:

31. Convite de inauguração da Trilha Ambiental Autoguiada



A Secretaria de Serviços por meio do Serviço Funerário do Município de São Paulo tem a honra de convidar para a inauguração da **TRILHA AMBIENTAL AUTOGUIADA** e **REQUALIFICAÇÃO DA ARBORIZAÇÃO DO VELÓRIO**, no próximo dia 04/08/2015, às 09h30 – Cemitério Vila Formosa, Av. João XXIII. (Ponto de encontro: em frente à Administração Vila Formosa II).

Esse projeto visa atender o Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo introduzindo um novo conceito de espaço verde de lazer, o “PARQUE de MEMÓRIA & VIDA”.

- A **trilha ambiental autoguiada** abre uma nova opção de lazer à população da região, carente de parques, despertando o sentimento de pertencimento do espaço público e da importância da conservação e melhoria da área.
- A **requalificação da arborização do velório** proporciona maior conforto visual e paisagístico, através da transformação física da área verde ao redor, criando um ambiente harmonioso, auxiliando no cumprimento da função social dos serviços prestados pela Prefeitura, uma vez que são inegáveis os benefícios que os ambientes naturais trazem às pessoas.

 **PREFEITURA DE SÃO PAULO**
SERVIÇOS
Serviço Funerário

Imagem: Anu-branco, fotografado no cemitério Vila Formosa.

Fonte: Divulgação/Prefeitura. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/noticias/?p=200702>. Acesso em 24 de outubro de 2021.

A trilha percorria um trecho de aproximadamente 1,5km, toda sinalizada, e era dividida em cinco paradas, cada uma mostrando um aspecto ambiental do Cemitério Vila Formosa: os piscinões, as nascentes, os bosques, os pássaros e a central de compostagem, opção para destinação dos resíduos sólidos tão em voga em tempos de preocupação e cuidado com o meio ambiente. Nada na trilha era relacionado à morte ou ao morrer, nem havia qualquer menção ao fato de que ali, naquele lugar com bosques e florestas tão fartos, também se enterravam defuntos. O cemitério, assim, era apenas mais um pedaço da cidade.

32. Mapa da trilha ambiental



Fonte: Divulgação/Prefeitura. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/noticias/?p=203205. Acesso em 24 de outubro de 2021.

Os cemitérios de São Paulo foram usados para cuidar não só do corpo, mas também da alma, ou seja, do intelecto. No extremo sul da cidade, a 42 km da praça da Sé, no bairro Colônia de Paralheiros, situado em meio a matas de reserva florestal do município, próximo à represa Billings e à reserva indígena guarani Tenondé Porã, localiza-se um cemitério construído em 1840 para receber os mortos dos antigos colonos protestantes de origem alemã ali fixados. O Cemitério dos Protestantes ou dos Alemães, passou, com o tempo, a receber também defuntos de outras origens, sobretudo de migrantes nordestinos, atraídos para essa região de Santo amaro pela nova industrialização do ABC.

O cemitério mantém os túmulos antigos dos colonos bem preservados, tombados pelo Departamento do Patrimônio Histórico da prefeitura, mas os sobrenomes alemães inscritos nos túmulos foram se misturando com sobrenomes brasileiros, até que a expansão da necrópole passasse a contar com jazigos modernos, que avançam pelo terreno sem perturbar os velhos enterrados.

33. Tumbas no Cemitério de Colônia



Fotos de Reginaldo Prandi, 2018

Com novas construções para a administração ficou vaga a antiga casa do coveiro. O cemitério, que não deve ser confundido com o Cemitério Santo Amaro nem com o Cemitério Parelheiros, estes públicos, é privado, o que facilitou a concessão da casa do coveiro, ou Casa do Enterrador, em regime de comodato a um grupo de jovens em 2009, para ali instalarem um programa de incentivo à leitura, do qual se originou a Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura, que veio atender a uma antiga necessidade local, uma vez que o acesso a livros era provido pelas escolas públicas da região, habitada por população de baixa renda. Com doações, a biblioteca prosperou; com o apoio de instituições internacionais, os jovens empreendedores culturais puderam contar com o auxílio de bolsas, e o projeto ganhou força. Foram várias as inserções na mídia que divulgaram o projeto, bem recebido pela população e exemplo de

atividade formadora dos jovens residentes em uma região tão distante e desprovida de canais de educação e áreas de lazer.

A casa do coveiro, onde está a biblioteca, porém, fica no terreno para o qual a construção de novos jazigos se direciona. Em minha visita ao projeto, pude testemunhar o avanço das escavadeiras, já quase às portas da biblioteca que, se valendo dos mortos, do tema da morte e da casa do enterrador dos mortos, pretendia aproximar os jovens da leitura, do livro e, finalmente, da própria biblioteca. Segundo o grupo, eram atividades do projeto: a mediação de leitura, os jogos de charadas e gincanas literárias, as cantigas de roda, as rodas de conversa acerca da literatura como fruição e direitos de todos e a própria visita ao cemitério, uma estratégia para aproximar a população local de um espaço de certo modo indesejado. Para além disso, organizaram saraus e palestras acerca de temas como literatura periférica, feminismo, racismo e direitos da população LGBTQI+.

34. Interior da Biblioteca Caminhos da Leitura



Foto de Luiz Jácomo, 2018

Mas ter uma biblioteca funcionando dentro de um cemitério envolveu algumas superações. A primeira delas, provavelmente, é o próprio medo da morte e dos mortos. Segundo uma das responsáveis:

Tinha pessoas que não vinham sozinhas, não ficavam no funcionamento da biblioteca sozinhas de jeito maneira, porque não se permitiam. Para subir a rua sempre tinha que ter alguém, porque tinha esse medo, então foi trabalhado isso, com o tempo. *[Uma das responsáveis pela Biblioteca Comunitária Caminhos da Cultura]*

Em uma das edições do Sarau do Terror, por exemplo, os organizadores trouxeram representantes da Igreja Católica, da umbanda, do candomblé e do segmento evangélico para abordar as diferentes concepções religiosas a respeito da morte. Tratava-se de uma estratégia utilizada pelo grupo para lidar com esse medo que afastava as pessoas da biblioteca: trabalhar a temática da morte em eventos culturais. Segundo um dos responsáveis,

A intenção era [...] tirar esse estereótipo de que cemitério é só lugar de morte, A gente fez o Sarau do Terror. Que na verdade de terror não tem nada, a gente traz assuntos de vida dentro do âmbito de falar da morte. *[Um dos responsáveis pela Biblioteca Comunitária Caminhos da Cultura]*

35. Cartaz da 10º Sarau do Terror

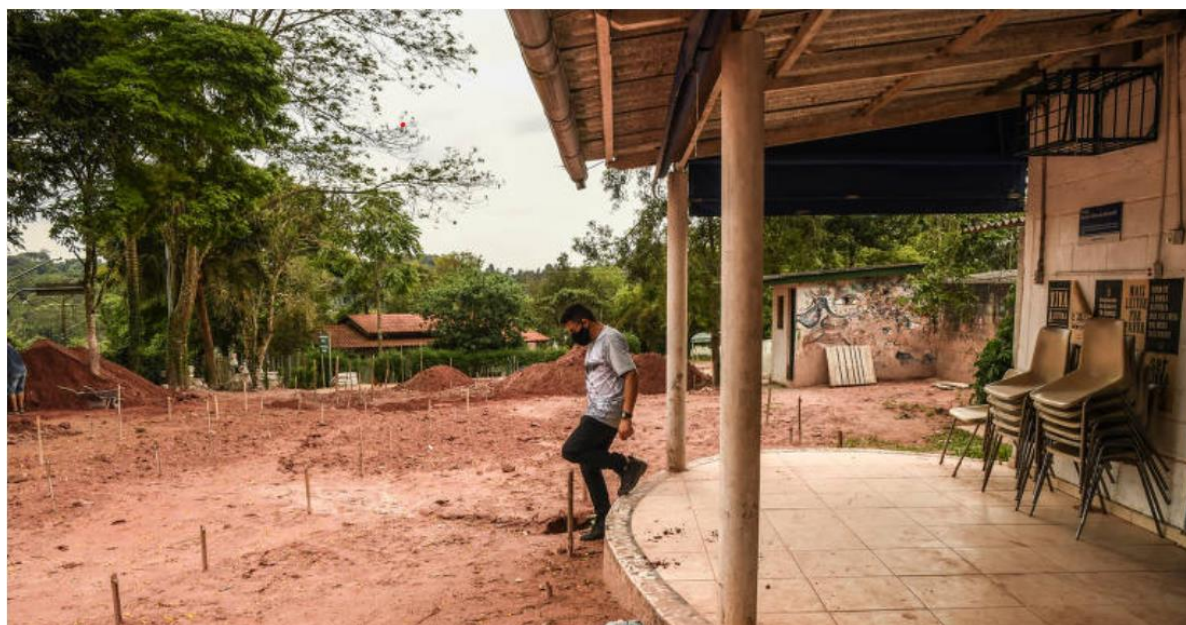


Fonte: Divulgação/Caminhos da Leitura

Mas as máquinas não pararam de avançar. Quando a pesquisa que deu origem à presente tese já se encerrara, o jornal Folha de S.Paulo estampou na primeira página, no dia 20/10/2021, a manchete: “Biblioteca é despejada de cemitério em Parelheiros (SP) para dar espaço a novos túmulos”, acompanhada de uma foto que tomava um quarto da página. Depois, em matéria de destaque no caderno Cotidiano (pág. B3), trazia a notícia mais detalhada: “Biblioteca é despejada de cemitério em São Paulo, e moradores viram guardiões de livros”. Duas semanas depois, na Rede Globo, numa reportagem exibida pelo Fantástico, o semanário de maior audiência da televisão, o fim da biblioteca também teve destaque, numa reportagem que tratava da participação social e política de jovens.

Os mortos reivindicaram seu espaço, mas a juventude do lugar, ou pelo menos parte dela, já deixara despertar em si o amor pelo livro. Mais que leitores de livros, foram então chamados a ser seus guardiões, até que a instituição que lhe deu caminhos possa, quem sabe, renascer. O cemitério em toda a sua extensão voltou a ser somente cemitério, mas o projeto já alcançara suas metas e devolvia o lugar a seus legítimos donos. Afinal, os mortos precisam ser enterrados.

36. Um dos responsáveis diante da biblioteca acuada pelo avanço de novas sepulturas



Fonte: Karime Xavier/Folhapress

Por trás de todas as atividades que envolviam as diferentes formas de entretenimento, lazer, práticas de esporte, aquisição cultural e, evidentemente, tentativas de mudança de mentalidade, havia com certeza projetos políticos movidos por governos, ONGs, coletivos de

militância e outras formas institucionais de formação e organização política. Na maioria das vezes, e na maioria dos cemitérios, esse projeto político permanecia oculto, por sua própria natureza, ou com referências mais ou menos disfarçadas. Ao falar tanto em espaço público, por exemplo, o Memória & Vida alinhava-se favoravelmente ao direito à ocupação social da cidade, e por aí vai. Em outros termos, havia governo e havia agenda. Mas, se na maioria das situações a agenda política estava na origem das tentativas de transformações dos espaços dos cemitérios, em outros casos ela vinha à tona como principal atividade formadora. É o caso das ações relacionadas aos mortos e desaparecidos políticos, por exemplo, que visaram reviver e manter acesa a memória dos assassinados políticos no período da ditadura militar, assim como de um evento nitidamente marcado pelas preocupações com a afirmação da identidade de gênero, no sentido de fortalecer a diversidade e garantir o direito de minorias: a inauguração da placa simbólica de Andrea de Maya.

Em relação à memória daqueles que a ditadura fez tombar, o caso mais emblemático, talvez, seja o da Vala de Perus, no Cemitério Dom Bosco. Num local insuspeito perto da área predial do cemitério, há três décadas, revelava-se ao mundo as ossadas de centenas de presos políticos, acomodadas em cerca de 1040 sacos plásticos. Diz o relato de Desirée Azevedo:

São Paulo, 4 de setembro de 1990. Autoridades estaduais e municipais, ex-presos e familiares de mortos e desaparecidos durante a Ditadura (1964-1985), representantes da imprensa nacional e internacional e populares estão reunidos no Cemitério Municipal Dom Bosco, no bairro de Perus. Sob as lentes das câmeras de TV e os flashes dos fotógrafos, a pequena multidão acompanha a abertura de uma vala comum, onde estão reenumados mais de mil remanescentes humanos, exumados de covas individuais do próprio cemitério em meados dos anos 1970. Comum no Serviço Funerário Municipal, o procedimento não justificaria tamanha atenção, não fosse o fato de que aquela era uma vala clandestina. Conhecida apenas por funcionários mais antigos que vinham guardando em segredo sua existência e localização. Os acontecimentos desse dia tornariam a Vala de Perus mundialmente conhecida, rompendo os muitos silêncios que a envolviam. De destino coletivo de corpos ‘indigentes’, abrigo da irrelevância das mortes não reclamadas, a vala passava a espaço de denúncia do assassinato de sujeitos que vinham sendo reivindicados como desaparecidos políticos desde a Ditadura (Azevedo, 2019: 2).

Simbolicamente, o ato fez às vezes de confissão: foi com a cumplicidade do Serviço Funerário e do Instituto Médico Legal que os corpos foram sistematicamente escondidos ali. Após mais de uma década de pressão de parentes e organizações sociais, finalmente, desvelava-se o soturno véu que encobria os esqueletos e a memória daqueles que se opuseram ao regime

ditatorial. Três anos depois da exumação coletiva o local ganharia um monumento em homenagem aos mortos ali depositados. Marcador físico e simbólico de uma experiência terrível, o monumento seria parada obrigatória de manifestações, eventos, trilhas e caminhadas que aconteciam no Cemitério Dom Bosco ou mesmo no bairro de Perus de forma geral⁶⁸.

37. Monumento em homenagem aos desaparecidos políticos, Cemitério Dom Bosco



Fonte: Agência Mural. Disponível em <https://www.agenciamural.org.br/moradores-de-perus-cobram-continuidade-do-grupo-que-investiga-mortes-da-ditadura>. Acesso em 27 de outubro de 2021.

Desconfiados, com razão, do Serviço Funerário e do Instituto Médico Legal, familiares dos desaparecidos e organizações sociais de defesa dos direitos humanos passaram a acompanhar de perto qual seria a destinação daquelas ossadas, de modo a garantir que interesses de outrora viessem a re-ocultar a verdade. Entre idas e vindas (Calazans, 2019), foi instituído, em 2014, o Grupo de Trabalho Perus (GTP)⁶⁹, numa parceria entre a então Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, o governo municipal paulista e a Universidade Federal do Estado de São Paulo (Unifesp)⁷⁰. O grupo funciona até hoje, não obstante as ameaças de desmonte feitas por governantes poucos afeitos à busca da verdade e da restauração da justiça⁷¹.

⁶⁸ Ver <https://www.hypeness.com.br/2020/07/historia-da-ditadura-militar-em-sp-inclui-trilha-na-historica-vala-de-perus>. Acesso em 27 de outubro de 2021.

⁶⁹ Ver https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/edh/programas_e_projetos/index.php?p=270035. Acesso em 27 de outubro de 2021.

⁷⁰ Ver também <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/projetos/grupo-de-trabalho-perus>. Acesso em 27 de outubro de 2021.

⁷¹ Ver <https://www.agenciamural.org.br/moradores-de-perus-cobram-continuidade-do-grupo-que-investiga-mortes-da-ditadura>. Acesso em 27 de outubro de 2021.

Na primeira metade da década de 2010, dois fatos concorreram para que se acentuasse a visão dos cemitérios enquanto marcos de memória civil: o retorno, depois de duas décadas, do Partido dos Trabalhadores ao governo municipal; e a instauração da Comissão de Verdade e Memória da Prefeitura do Município de São Paulo, que encerraria os trabalhos em 2016 com 36 recomendações ao poder público municipal para a reparação às vítimas da ditadura e fortalecimento da democracia⁷². A gestão que assumiria a direção do Serviço Funerário, escolhida obviamente pelo novo prefeito, não demoraria a verbalizar e demonstrar o seu alinhamento político-ideológico com os ideais de restauração da memória e da verdade e reparação às vítimas da ditadura.

Nesse sentido, inaugurou, em outubro de 2015, dois jardins: o Jardim Cálice, no próprio Cemitério Dom Bosco; e o Jardim Pra não dizer que não falei das flores, no Cemitério Vila Formosa. O primeiro, segundo o próprio Serviço Funerário divulgou à época, baseava-se na seguinte ideia: “por meio de um projeto paisagístico, foi construído um jardim na necrópole, simulando o caminho de pedra da ditadura militar na história do Brasil, mas que no fim encontram-se árvores floridas, que representam o início da democracia, em 1985”⁷³. O segundo baseava-se mais ou menos na mesma premissa: “o projeto contará a história de cada ano desde o golpe dado em 1964 até o seu término, em 1985, através de árvores como macieiras, pitangueiras, jabuticabeiras e placas”⁷⁴. A trilha homenageava dois torturados e mortos pelo regime militar: Sergio Correa e Virgílio Gomes da Silva.

O Serviço Funerário incentivaria, dessa forma, a construção de monumentos e marcas, simbólicas e concretas, de resistência e defesa do resgate e do direito à memória. Em outra ocasião, erguiria três placas em homenagem a 53 mortos políticos que estão ou estiveram enterrados nos cemitérios da cidade (um desdobramento das atividades da já mencionada Comissão de Verdade e Memória da prefeitura). As placas foram instaladas no Cemitério Dom

⁷² O relatório completo pode ser acessado em [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/RelatorioCMV_DVD\(1\).pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/RelatorioCMV_DVD(1).pdf). Acesso em 26 de outubro de 2021.

⁷³ Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/noticias/?p=205890. Acesso em 26 de outubro de 2021.

⁷⁴ Ver https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/noticias/?p=204948. Acesso em 26 de outubro de 2021.

Bosco, Cemitério Campo Grande e Cemitério Vila Formosa e, em cada uma delas, consta a indicação dos mortos políticos que por ali passaram ou repousam⁷⁵.

38. Jardim “Pra não dizer que não falei das flores”, no Cemitério Vila Formosa



Fonte: Divulgação/Serviço Funerário do Município de São Paulo.

Também seriam distribuídas 53 mudas de ipê para serem plantadas nesses cemitérios. Em outra ocasião, o Serviço Funerário homenagearia com cerimônias e placas o operário Santo Dias, morto pela polícia durante uma greve que liderou em 1979. Herói da resistência, chegou a ser considerado um santo popular no contexto da Teologia da Libertação, e foi homenageado com distinção no cemitério onde hoje está enterrado. Além disso, seu túmulo recebeu uma nova placa, onde se lia: “Foi assassinado pela polícia militar na luta pelo povo oprimido. Na força de sua história faremos justiça”. Na divulgação do evento, lia-se no site da assessoria de imprensa do Serviço Funerário a seguinte nota:

⁷⁵ Ver <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/placas-e-ipês-homenageiam-vitimas-da-ditadura-nos-cemiterios-municipais>. Acesso em 26 de outubro de 2021.

O operário Santo Dias da Silva recebeu no sábado, 8 de novembro, homenagem que marcou os 35 anos de sua morte, ocorrida em 30 de outubro de 1979. A cerimônia aconteceu na capela do cemitério Campo Grande, onde, além da leitura do poema cordel escrito por Laerte Coutinho, A vida eterna de Santo, foi exibido o documentário “Braços cruzados, máquinas paradas”, de Roberto Gervitz⁷⁶.

O declarado posicionamento político da gestão 2014-2016 traria, no entanto, consequências imprevistas. Segundo um ex-funcionário da assessoria de imprensa me relatou, a aproximação excessiva da gestão com as comissões da verdade e da memória, além da grande quantidade de ações voltadas para celebrar a memória de presos políticos e operários, acabou por fomentar certa resistência por parte de certos servidores da autarquia, que alegavam exagero ideológico nas ações da superintendência. Com a eleição do candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), João Doria, e a posterior mudança de gestão, as iniciativas se retraíram, e o que se fez não se manteve. Segundo a ex-assessora de imprensa, o projeto de homenagear por meio do resgate da memória foi substituído pelo apagamento, colocando, também ela, a questão em termos de ideologia e política. Ela diz:

Se você vai para a Argentina, você vê que eles expurgaram todos os demônios da ditadura, porque eles falaram sobre a ditadura. Sabe uma coisa que eu acho que é interessante você fazer para sua pesquisa? A gente tem fotos do cemitérios Vila Formosa, aonde foi feito um jardim [em homenagem a] dois desaparecidos da ditadura, e aí quando a gente fez esse jardim tinha estagiários envolvidos, de biologia, de geografia, e esses estagiários conversaram com os familiares. Eles falavam: - "que planta que seu marido gostava?". - "Ipê". - "Vamos garantir que vai ter ipê". Por exemplo, parte do caminho era de areia, porque falava sobre a nossa democracia, muito jovem ainda, muito movediça, muito instável.

A isso, indaguei: não seria a trilha do Virgílio? , e tive a confirmação:

Sim. Acho que você deveria ir agora lá, porque ela não existe. Quando eu digo isso não é por que ela está abandonada, ela não existe, porque as pedras todas sumiram, as plantas secaram. Se você vai até lá, você vê um grande nada. Não dá nem para

⁷⁶

Ver

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/noticias/?p=184668. Acesso em 27 de outubro de 2021.

reconhecer que lá teve um jardim um dia. [Assessora de imprensa do Serviço Funerário]

Se as trilhas, jardins e placas miravam a memória coletiva da população como um todo a partir de uma perspectiva crítica ao governo militar, não ficou de fora a preocupação em se tratar, dentro do território dos mortos, dos vivos que em nossa sociedade preconceituosa e discriminadora vivem praticamente à margem em razão de sua identidade de gênero, pondo em tela talvez a porção mais excluída quando se trata de sexo e identidade: as travestis e os transgêneros.

Andréa de Mayo, ou Ernani dos Santos Moreira Filho, no registro civil, faleceu no ano 2000 e foi enterrada no Cemitério Consolação no jazigo da família de Pai Walter de Logum Edé, seu orientador espiritual. Andréa foi importante empresária da noite gay paulistana e se tornou famosa pela proteção que oferecia às travestis que enfrentavam dificuldades de todo o tipo, especialmente àquelas que se prostituíam nas ruas da chamada Boca do Lixo, no centro de São Paulo. Não havia, à época, nem lei nem costume que sustentasse o uso do nome social em substituição ao nome de registro civil da pessoa, e assim, a placa que consta no túmulo em que repousam seus restos mortais, traz o seu nome de registro. Ninguém poderia adivinhar, a não ser os poucos amigos mais íntimos que acompanharam seu enterro, que ali repousava Andréa de Mayo, um ícone permanentemente presente na memória da população LGBTQIA+.

39. Túmulo da família de Pai Walter de Logum Edé, onde jaz Andréa de Mayo



Fonte: revista *Piauí*. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vez-de-andrea>. Acesso em 27 de outubro de 2021..

Quase vinte anos depois, em setembro de 2016, esse apagamento seria reparado pelo Serviço Funerário, contando com o apoio de algumas autoridades em áreas diversas da sociedade paulistana, caso, por exemplo, de Renato Cymbalista⁷⁷, que doou uma nova placa para ser acrescentada à anterior, com o nome social da empresária e o texto: “Homenagem a uma história de luta e persistência na garantia de direitos. Celebramos a diversidade, memória e vida”, assinad pelo próprio Serviço Funerário. Como não podia deixar de ser, o evento se constituiu numa festa divulgada pela mídia e foi celebrado como um ato de luta e afirmação de uma das parcelas da sociedade mais empurradas para a margem pela pressão do *status quo*.

⁷⁷ Ver <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/transsexual-morta-em-2000-tem-nome-social-incluido-em-tumulo-em-sp.ghml>. Acesso em 27 de outubro de 2021.

40. Nova placa com o nome social de Andréa de Mayo



Fonte: revista *Piauí*. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vez-de-andrea>. Acesso em 27 de outubro de 2021.

Meses depois da homenagem, quando a revista *Piauí* se propôs a fazer uma matéria sobre a colocação da placa nova, já havia um novo governo na prefeitura, e consequentemente uma nova gestão no Serviço Funerário, que ficou a cargo de um partido marcadamente conservador e ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, o Partido Republicano Brasileiro, atual Republicanos. Quando a nova superintendência tomou ciência dessa iniciativa por conta do pedido de pauta da revista *Piauí*, reagiu com o seguinte comentário: “mas já não morreu? Deixa esses viados em paz. O povo inventa cada moda!”. Segundo funcionários que presenciaram essa manifestação da nova gestora, teria ela também comentado acerca das homenagens aos mortos políticos: “que perda de tempo isso. Homenagem para o BOPE [Batalhão de Operações Especiais] e homenagem para a tropa de choque ninguém faz”. O

cemitério estava retomando o seu velho rumo. Mas, em algum lugar, entre sepulturas, pessoas se reuniam para escutar seu conjunto de *rock n roll*.

Por tudo o que se pode ver e registrar nessa pesquisa, os cemitérios da capital, ou pelo menos parte deles, extrapolaram em muito sua primitiva e tradicional razão de ser; o cemitério foi usado, e ainda o é, certamente com novas iniciativas e formas de organização, para o culto dos vivos aos vivos. Os casos apresentados são absolutamente emblemáticos, mas eles não esgotam a variedade, a frequência e a diversidade de tudo o que ocorreu no período, e que em alguma medida continua ocorrendo: o Serviço Funerário deixou de ter esse papel por uma razão meramente política-eleitoral. Mas a sociedade ela mesma é muito capaz e está perfeitamente aparelhada para dar continuidade a essas mudanças promovidas por esse ou aquele agente, seja ele quem for. Isso tudo, conforme se quis demonstrar, só foi e é possível acontecer numa sociedade que incorporou a natureza da secularização, neste caso, no seu trato com a morte.

9

NO DIA DE FINADOS

A cada dia 2 de novembro, mesmo nos tempos atuais, os cemitérios retomam seus velhos frequentadores, moradores e missão. É o dia dos mortos. A sacralidade do lugar, o respeito aos falecidos, a presença enlutada e compungida dos visitantes, e a certeza do luto, como que expulsam a ideia de que estamos num parque para nos divertir e aproveitar a vida, com tudo aquilo que ela nos oferece de alegria, prazer e o bem estar que caracteriza o estar vivo. O velho clima pesado e até mesmo desagradável parecem prevalecer. Mesmo num cemitério bonito e arborizado, repleto de obras de artes assinadas por artistas famosos, prevalecem a tristeza e a lágigram. De repente, nesse dia, os cemitério volta a ser o velho cemitério. Mais florido do que nunca, é que é um engano: as flores são para os mortos, para quem queimam as milhares de velas acesas por todos os cantos. A gravidade da disciplina imposta nesse dia chega até a tornar indesejável a tomada de fotografias. Não é dia de se fazerem entrevistas nem circular os pesquisadores. O cemitério não é, nesse dia, dos bandos de jovens e adultos que aprenderam a associar o cemitério ao parque, o parque ao prazer, o prazer à saúde, a saúde ao divertimento... No lugar desse bando, faminto por cultura e distração, adentram o portal do campo santo as famílias que vêm, pelo menos uma vez por ano, repartir alguns dos seus minutos com os seus que já se foram, no papel de quem se deixa tomar pelo momentâneo pesar das saudades.

No Dia de Finados, em que a sacralidade retoma seu lugar e a religiosidade, mesmo aquela que passa o ano todo em descanso, volta a ser praticada no dedilhar de terços e balbuciar de orações. Mas nem toda secularização é deixada de lado. Nem mesmo quando, no centro das

atenções, está o morto, e seu suposto espírito de vida eterna. A vida e seu pulsar saudável aparece ali, talvez como um contraponto confortável a quem é obrigado pela tradição, pelo costume e pelo calendário a saudar de perto a morte: vamos aferir a pressão arterial, para que a morte não nos pegue desprevenidos. Enfileiram-se, no corredor central dos cemitérios, barraquinhas e tendas com profissionais de saúde que realizam repetitivamente um breve exame clínico nos visitantes, voluntária e gratuitamente. Inclusive, profissionais e visitantes reconhecem-se de outros Finados, numa tradição que aos poucos vai se formando e que tem como marcador temporal o dia de culto dos mortos. Nada melhor do que se sentir bem de saúde, especialmente num local e num dia que faz poucas referências ao bem estar do corpo. Afinal, ninguém é de ferro.

41. Tendas de aferição de pressão arterial (Finados, Cemitério Consolação, 2018)



Foto de Luiz Jácomo, 2019

Durante o trabalho de campo, dividi os meus Dias de Finados entre os cemitérios Consolação, Araçá, São Paulo, Redentor e da Ordem Terceira do Carmo, chegando a ser repreendido quando, nas primeiras vezes, “inocentemente”, tentava fotografar o movimento. Enquanto que nos outros dias do ano, chegava a receber dos funcionários, por sua própria iniciativa, recomendações de onde encontrar os melhores cenários, túmulos e mausoléus para os meus registros. Diferentemente, no Dia de Finados, observei que ninguém se acomodava nos túmulos, ninguém se deitava nos gramados, e tampouco se dava ao luxo de parar para admirar

a beleza das árvores. Ou seja, o cemitério era outro, não aquele eu vinha estudando. Mas ele ainda tinha o seu dia de glória.

Grupos religiosos, evidentemente, não deixavam passar em branco uma data que lhes propiciava público e atenção. Bom lugar para se observar o grande pluralismo religioso, ali representado por padres, pastores evangélicos, missionários e lideranças dos mórmons, dos adventistas, de várias igrejas pentecostais. Missas e cultos para todos os credos, para uns mais e para outros menos. O cruzeiro quase se transformava num fogaréu, com uma piscina de parafina derretida e escorrendo como uma cascata. Importante lembrar que os cruzeiros dos cemitérios tem como função principal ser o local de culto aos mortos que estão distantes. Numa cidade de muita imigração como São Paulo, o cruzeiro fica repleto de velas que ardem por defuntos que muito provavelmente não estão enterrados por aqui. Os quases invisíveis religiosos afro-brasileiros revelavam sua presença através da grande quantidade de pipoca depositada nesse mesmo cruzeiro (a pipoca é a oferenda para os orixás ligados, nessa religião, aos mortos, como Omulu, Nanã e Yansã).

Três meses antes, o Serviço Funerário já começava os preparativos para esse tão famoso e único dia, a chamada Operação Finados. Acentuava-se as rotinas de limpeza e conservação dos prédios, banheiros, velórios e capelas que iriam receber uma quantidade especial de visitantes. Corria-se atrás de palanques e tendas para acomodar os padres e outros líderes religiosos que celebrariam missas e cultos propícios ao dia em questão. Buscava-se renovar o lugar pintando as sarjetas, muros e guias, cuidando da jardinagem, escondendo o lixo, enfim, tudo aquilo que se procura fazer quando temos a certeza de que as visitas chegarão com dia e hora marcada.

Como todo evento que envolve a presença de muita gente, os comerciantes não podiam perder a oportunidade. Os vendedores de flores e velas renovavam os estoques e preparavam antecipadamente os *kits* de diferentes preços que comporiam as oferendas levadas aos túmulos. Informalmente, crianças e adolescentes ofereciam-se para, por alguns trocados, lavar túmulos e remover as ervas daninhas que cresciam entre as lajes tumulares, Renovando uma antiga tradição dos cemitérios no Dia de Finados, não podiam faltar os pipoqueiros, vendedores de doces, de frutas, de brinquedinhos para as crianças que davam à área externa do cemitério um certo ar festivo, mas sem jamais chegar aos pés das celebrações que podemos assistir, por exemplo, no México, no famoso Dia de los Muertos. A esse comércio se junta também atividades quase que inusitadas, como por exemplo a presença de pessoas e instituições oferecendo os animais resgatados nos próprios cemitérios numa feira de adoção. Ainda assim,

tive o testemunho de muitos vendedores que lamentavam o fato de que o volume de vendas e o número de compradores se reduzia mais e mais a cada ano.

42. Feira de adoção de animais (Finados, Cemitério São Paulo, 2018)



Foto de Luiz Jácomo, 2020

Esse cemitério do Dia de Finados não é, evidentemente, o cemitério de que trata a presente tese. Talvez seja a sua negação, ou a contrapartida que mostra a grande transformação que procurei descrever nos capítulos anteriores. O cemitério do Dia de Finados, assim como o cemitério do pós-pandemia, é o cemitério tradicional.

10.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São 22 os cemitérios públicos do município de São Paulo, e incontáveis os particulares, sobretudo pelo fato de grande parte desses, principalmente por questões imobiliárias, estar situada fora da cidade, no entorno da capital. Os mais antigos se apresentam como depositários de túmulos, mausoléus e estátuas imponentes, além de um sem número de obras de artes de artistas renomados. Marcam, no seu processo de formação, uma história mais ampla, que é a história da constituição da própria cidade de São Paulo, com a chegada de seus imigrantes e a conformação de suas elites, além das políticas sanitárias. Em paralelo, o crescimento desigual que caracteriza São Paulo aos poucos vai se refletindo na distribuição dos mortos na geografia do município, e os locais mais afastados da cidade, destinados quase sempre aos mais desfavorecidos, passam a contar com seus próprios cemitérios, mais populares, de quadra geral, voltados para uma lógica de inumação e exumação mais dinâmica. Os ricos, no seu sono eterno, acabam por descansar mais tranquilamente que os pobres. Observar os cemitérios paulistanos é, no limite, observar a velha separação centro-periferia da cidade de São Paulo como um todo, e perceber através deles o corte das classes sociais que compõem a população da metrópole.

Entre os privados, poucos são aqueles que adotam a forma dos cemitérios tradicionais. Seguem a fórmula dos modernos cemitérios americanos, com seus parques e gramados, com suas sepulturas reduzidas a pequenas placas que registram no máximo a identidade do falecido, sempre recobertos de farta e bem cuidada vegetação. Nesses, pouco há o que se falar a respeito do que interessou a essa pesquisa. Mais voltados ao lucro e às vontades dos que contratam seus

serviços, tornam-se protegidos, pela própria característica de um serviço privado, da ingerência do poder público na forma como são ou deveriam ser utilizados. Por essa razão, as atividades culturais e de lazer eram sempre propostas para serem realizadas em cemitérios públicos e, conseqüentemente, foi neles que a pesquisa foi bater. Como contraponto, um cemitério particular foi analisado, não por acaso o mais antigo deles, o Cemitério de Colônia, antigo Cemitério dos Alemães ou dos Protestantes, construído por imigrantes instalados numa distante região de Santo Amaro chamada por isso mesmo de Colônia de Parelheiros.

É, portanto, a partir da noção do cemitério como espaço público, do qual se pretende retirar sua função primeira de local exclusivo dos mortos, que essa pesquisa é melhor compreendida. O que se viu é como esse espaço foi usado para atividades de lazer, entretenimento, cultura, cuidado da saúde e construção da cidadania, quem participou, quem se opôs, quem se beneficiou, como o poder público tomou a frente desses empreendimentos, como a cidade recebeu e reagiu à inovação e, sobretudo, como, a partir de então, independentemente dos entraves encontrados, o cemitério pode hoje ser sociologicamente pensado como um espaço vivo da cidade. Local de conflitos e tensões, como espera-se ter deixado evidente, o cemitério, para além de sua função primeira, abriga disputas relativas à memória política do país, às questões de gênero e identidade sexual, às políticas públicas voltadas para cultura, entre tantos outros temas. Da tensão primeira, sagrado *versus* profano, derivam-se inúmeros outros antagonismos: público *versus* privado; presença *versus* ausência; memória *versus* esquecimento, e, no limite, passado *versus* futuro.

Se é fato que, na disputa legal acerca da proibição do Cinetério, o poder judiciário reafirmou certo caráter sagrado dos cemitérios, pouco importa. A empreitada judicial cumpriu, no máximo, o papel de minar, pelo constrangimento, a iniciativa do poder público em fomentar esses novos usos e práticas profanas. Mas, definitivamente, não foi capaz de neutralizar uma mudança de mentalidade que já se espalhara e materializara nas vontades e ações individuais e coletivas. Retira-se a tela do cinema vizinha à capela, mas aumenta o número de pessoas que, por vontade própria, utilizam os cemitérios para passar o tempo, distrair-se, ler e descansar. Mesmo sem espetáculos, o que se ganhou na experiência do cemitério fazendo as vezes de parque não impedirá ninguém de adentrar naqueles espaços alheio a tudo o que se relaciona à morte. A velha sacralidade que cobria o mundo dos mortos, ao que tudo indica, foi comprometida, pelo menos no período de que trata a presente pesquisa.

No entanto, esta pesquisa é historicamente demarcada e, seu objeto principal, abruptamente encerrado por forças que independeram da vontade dos seres humanos e do

governo da cidade: a pandemia da Covid-19, que interrompeu não só as atividades de que trata a tese mas botou um tempo de espera e suspensão no próprio funcionamento regular da sociedade, da economia, e de tudo o mais que rege e é regido em nosso cotidiano. O retorno da cultura de parque, profana, nos cemitérios, no momento é uma incógnita. Aliás, a própria lógica de funcionamento dos velórios e sepultamentos também o é. Muito mais do que a cultura de parque, os cemitérios foram dessacralizados pelas estratégias de enterramento adotadas por força da pandemia, que acabou com os velórios, com os cortejos, os acompanhamentos dos entes queridos no ato do sepultamento, fazendo com o que o próprio ato se transformasse num interdito sanitário, onde a expressão pública e coletiva do luto, em função da pandemia, desapareceu. De todo modo, o cemitério não voltará a ser o mesmo, e nem nos cabe, nesta tese, tecer considerações que extrapolem o período pré-pandêmico. Aliás, a tese trata da cultura não religiosa num espaço anteriormente tido como sagrado, mas isso vale para qualquer outra atividade cultural que implique em presença e reunião de artistas e plateia. O que aconteceu nos cemitérios aconteceu nos teatros, nos cinemas, nas praças, nos circos, nos parques e onde mais a população se junta para se divertir e praticar atos de representação artística, política e cultural.

Por uma ironia decorrente da própria pandemia, nunca antes um cemitério frequentou tanto os monitores de televisão e as capas dos jornais, não pela festa nem pelo rito tradicional, mas pela ameaça que o morto em decorrência da infecção pelo novo coronavírus passou a representar à saúde dos que até então sobreviveram. A ideia do cemitério tomou o imaginário social como representação de novos temores, não de antigas lembranças. A morte novamente deixa de ser um desfecho natural da vida, representando a partir de 2020 uma interrupção brutal, inesperada e excessiva, até mesmo capaz de dominar o discurso político-partidário, como acontece nas guerras.

43. Sepultamento coletivo na pandemia, Manaus, 2020



Fonte: Michael Dantas/AFP. Disponível em <https://oglobo.globo.com/fotogalerias/assolada-pela-covid-19-manaus-tem-enterros-em-massa-24413582>. Acesso em 10 de outubro de 2021.

A pandemia aboliu qualquer ritual capaz de suprir a homenagem última, ainda que mínima, que as famílias prestam aos mortos na modernidade. Mas isso que chamamos de cultura de parque, transferida dos teatros, dos cinemas, das academias e das bibliotecas diretamente para os sítios tumulares, também foi aniquilada em seus locais de origem. Como tudo voltará ao seu antigo esplendor, ainda é história a ser vivida e contada. Antes do cemitério voltar a ser palco, é preciso que o palco volte a ser palco.

LISTA DE IMAGENS

1. Capa do jornal <i>The Washington Post</i> de 2 de abril de 2020.....	11
2. Retroescavadeiras abrindo novas sepulturas no cemitério Vila Formosa	12
3. Vista área do cemitério Nossa Senhora Aparecida, em Manaus	13
4. Croqui do Cemitério Consolação, com indicação dos túmulos ilustres	44
5. Endereço dos túmulos das personalidades sepultadas no Cemitério Consolação	45
6. Vista aérea do Cemitério Consolação.....	46
7. Túmulo da Marquesa de Santos.....	49
8. Portão de entrada do Cemitério Consolação em 1928, num dia de Finados	50
9. Popó, o “guardião do Consolação”, em visita guiada	52
10. Cortejo fúnebre no bairro do Bom Retiro, em 1916.....	58
11. Edição de 2014 do Cinetério, dentro do Cemitério Consolação	68
12. Edição de 2015 do Cinetério, ao lado do Cemitério Consolação	68
13. Escultura <i>Mise au Tombeau</i> (Sepultamento), de Victor Brecheret	80
14. Cemitério Consolação visto da rua Cel. José Eusébio	84
15. Projeção do filme “As sete vampiras”, no Cemitério Consolação	92
16. Plateia da edição de 2014 do Cinetério, no Cemitério Consolação.....	93
17. Fila na entrada do Cemitério Consolação, para a peça “Para gelar a alma”.....	95
18. “Para gelar a alma” na capela do Cemitério Consolação	96
19. As três atrizes de “Para gelar a alma” em meio ao público	97
20. Pascoal da Conceição encarna Mário de Andrade em frente a seu próprio túmulo	98

21. Cartaz de divulgação da peça “Terra de deitados”	98
22. Cenas do teatro itinerante “Terra de deitados”	99
23. Cena da peça “Terra de deitados”, itinerante, no Cemitério Vila Mariana	100
24. Festa dos mortos – Ato Multidão, Cemitério Vila Formosa	103
25. Grupo Fátima, cenas da intervenção no Cemitério Vila Formosa.....	104
26. Grupo Fátima, cena dos mortos no Cemitério Vila Formosa	105
27. Dani Mattos e Toque de Bambas na Capela do Cemitério Consolação	106
28. Coral da Guarda Civil Metropolitana no Cemitério Vila Formosa (Finados, 2015).....	107
29. Banda Lítera se apresenta ao lado da capela do Cemitério Consolação.....	109
30. Edição 2018 do Pedal Caveira, no Cemitério Consolação	111
31. Convite de inauguração da Trilha Ambiental Autoguiada	112
32. Mapa da trilha ambiental	113
33. Tumbas no Cemitério de Colônia.....	114
34. Interior da Biblioteca Caminhos da Leitura	115
35. Cartaz da 10º Sarau do Terror	116
36. Um dos responsáveis diante da biblioteca acuada pelo avanço de novas sepulturas	117
37. Monumento em homenagem aos desaparecidos políticos, Cemitério Dom Bosco.....	119
38. Jardim “Pra não dizer que não falei das flores”, no Cemitério Vila Formosa.....	121
39. Túmulo da família de Pai Walter de Logum Edé, onde jaz Andréa de Mayo	124
40. Nova placa com o nome social de Andréa de Mayo	125
41. Tendas de aferição de pressão arterial (Finados, Cemitério Consolação, 2018).....	128
42. Feira de adoção de animais (Finados, Cemitério São Paulo, 2018)	130
43. Sepultamento coletivo na pandemia, Manaus, 2020	134
44. Portal do Cemitério Consolação, em 2020	143

REFERÊNCIAS

- ABREU, Nuno Cesar (2016). *Boca do Lixo: cinema e classes populares*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- ARIÈS, Philipe (2003). *História da Morte no Ocidente*. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro.
- ARIÈS, Philippe (1981). *O homem diante da morte*. Trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Coleção Ciências Sociais, v. 1).
- ARIÈS, Philippe (1982). *O homem diante da morte*. Trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Coleção Ciências Sociais, v. 2).
- AZEVEDO, Desirée de Lemos (2019). Os Mortos Não Pesam Todos o Mesmo. Uma reflexão sobre atribuição de identidade política às ossadas da Vala de Perus. *Papeles del CEIC*, vol. 2019/2, papel 218, 1-20. DOI: <http://dx.doi.org/10.1387/pceic.203>.
- BELLOMO, Harry (1988). *A Estatuária Funerária em Porto Alegre (1900 -1950)*. 204f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BERGER, Peter L. (1985). *O dossel sagrado: Elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo, Paulus.
- BERTOLLI FILHO, Claudio; AMARAL, Muriel E. P. (orgs.) (2017). *Pornochanchada: em nome da moral, do prazer e do deboche*. Bauru, FAAC/Unesp.
- BIERNACKI, Patrick; WALDFORD (1981), Dan. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*. nov, 1981,10:141-163.
- BONATO, Massimo; BORGES, Guilherme; JÁCOMO, Luiz Vicente Justino; SANTOS, Renan William (2016). *Secularização em Antônio Flávio Pierucci – da contemporânea*

serventia de continuarmos acessando aquele velho sentido. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais* [no prelo].

BRUCE, Steve. (2002). *God Is Dead: Secularization in the West*. Oxford, Blackwell.

BRUCE, Steve. Secularização e a impotência da religião individualizada. *Relig. soc.*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 178-190, jun. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872016000100178&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872016v36n1cap09>.

CALAZANS, Marília Oliveira et al (2019). A Vala de Perus e as universidades públicas na trajetória por memória, verdade e justiça:(1990-2019). *Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP*, v. 4, n. 7, p. 8-49,.

CAMARGO, Luís Soares de (1995). Sepultamento na cidade de São Paulo: 1800/1858. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP, São Paulo.

CAMARGO, Luís Soares de (2007). *Viver e morrer em São Paulo: a vida, as doenças e a morte na cidade do século XIX*. 2007.Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CASANOVA, J. (1994), *Public religions in the modern World*. Chicago, The University of Chicago Press.

CASANOVA, Jose (2015). Secularization. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. [S.l: s.n.]. p. 383–387. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/B9780080970868840465>>.

CATROGA, Fernando (1988). Militância laica e descristianização da morte em Portugal (1865-1911). 1988. Tese (Doutorado em Letras)–Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.

CATROGA, Fernando (1999). *O Céu da Memória – Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Livraria Minerva Editora, Coimbra.

CATROGA, Fernando (2010). O culto dos mortos como uma poética da ausência. *ArtCultura*, Uberlândia, v.12, n.20, p.163-182, jan.-jun..

CYMBALISTA, Renato (2002). *Cidades dos Vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume: FAPESP.

DELLA CAVA, Ralph (1975). Igreja e estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916/1964. *Novos Estudos Cebrap*, 12, abr./jun. 1975,p. 5-52.

DILLMANN, Mauro (2013). *Morte e práticas fúnebres na secularizada República: a Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX*. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Pelotas/RS.

- DOBBELAERE, Karel (1981). Trend Report: Secularization: A multi-dimensional concept. *Current Sociology*, v. 29, n. 2, p. 3–153.
- DOBBELAERE, Karel (2004). *Secularization: An analysis at three levels (Gods, humans, and religions)*. Peter Lang Publishing Group,.
- ELIAS, Norbert (2001). *A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FOUCAULT, Michel (1998). O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. [Organização e tradução de Robert Machado]. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FRANCO, Clarissa de (2008). A cara da morte: imaginário fúnebre no relato de sepultadores de São Paulo. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). PUC-SP.
- FUCHS, Felipe. *Espaços de cemitério e a cidade de São Paulo*. 2019. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.16.2019.tde-07112019-092231. Acesso em: 2021-04-25.
- GILL, Anthony (1998), *Rendering unto Ceasar: The Roman Catholic Church and the State in Latin America*. Chicago, University of Chicago Press.
- GIUMBELLI, Emerson (2002). *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial.
- GIUMBELLI, Emerson. (2008). A presença do religioso no Espaço Público: modalidades no Brasil”. *Religião e Sociedade*, vol. 28, n.2, Rio de Janeiro, ISER: pp. 80-100.
- GORSKI, Philip; ALTINORDU, Ates (2008). After secularization? *Annual Review of Sociology*, v. 34, n. 1, Palo Alto, Annual Reviews: pp. 55-85.
- HELENA, Lucia (1994). A semana de 22, ontem e hoje. *Letras de Hoje*, v. 29, n. 3.
- KOVÁCS, Maria Julia; VAICIUNAS, Nancy; ALVES, Elaine Gomes Reis (2014). Profissionais do serviço funerário e a questão da morte. *Psicologia: Ciência e profissão*, v. 34, n. 4, p. 940-954.
- LEMOS, Miguel; MENDES, R. Teixeira (1893). *A secularização dos cemitérios e o privilégio funerário*. Igreja e Apostolado Positivista no Brasil: Rio de Janeiro.
- LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Como nasceu o serviço funerário*. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município, 1977a.
- LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Origem Histórica dos Cemitérios*. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município, 1977b.
- MAINWARING, Scott (1989), *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, Editora Brasiliense.

- MANTOVANI, Rafael Leite (2015). Modernizando a ordem em nome da saúde: doenças, política e administração urbana em São Paulo, 1805-1840. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MARIANO, Ricardo (2001). *Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- MARIANO, Ricardo (2002). Secularização do Estado, liberdades e pluralismo. *Anais do 3º Congreso virtual de antropologia y arqueologia*.
- MARIANO, Ricardo (2011). Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, vol. 11 (2). Porto Alegre, EDIPUCRS: pp.238 -258.
- MARIANO, Ricardo. Secularização do Estado, liberdades e pluralismo. *Anais do 3º Congreso virtual de antropologia y arqueologia*, 2002.
- MARRAMAO, Giacomo (1983), *Potere e secolarizzazione: le categorie del tempo*. Roma, Editori Riuniti.
- MARTINS, José de Sousa (org.) (1983). *A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira*. São Paulo: HUCITEC.
- MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EdUSP, 1989.
- MATRANGOLO, Breno Henrique Selmine (2013). Formas de bem morrer em São Paulo: transformações nos costumes fúnebres e a construção do cemitério da Consolação (1801-1858). Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MELO, Árife Amaral (2019). “És o que fomos, serás o que somos”: o processo de ressignificação dos espaços cemiteriais e das práticas funerárias. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília.
- MENDES, R. Teixeira (1935). *A liberdade espiritual e a secularização dos cemitérios*. Igreja e Apostolado Positivista no Brasil: Rio de Janeiro.
- MORAES, Paulo Roberto Andrade de (2011). *A espacialização dos eventos culturais na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ORO, Ari Pedro (2011). A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 11, n. 2, p. 221-237, set. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9646>>.
- PAGOTO, Amanda Aparecida (2004). *Do Âmbito Sagrado da Igreja ao Cemitério Público: transformações fúnebres em São Paulo (1850 – 1860)*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

- PECCININI, Daisy. *Brecheret: a linguagem das formas*. 2ª ed. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Victor Brecheret, 2011.
- PIERUCCI, Antônio Flávio (1997). A propósito do auto-engano em sociologia da religião. *Revista Novos Estudos Cebrap*, nº. 49. São Paulo, Cebrap: pp. 99-117.
- PIERUCCI, Antônio Flávio (1998). Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (37). São Paulo, RBSC: pp. 43-73.
- PIERUCCI, Antônio Flávio (2003). *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo, Editora 34.
- PIERUCCI, Antônio Flávio (2008a). De olho na modernidade religiosa. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. vol.20, n.2. São Paulo, USP: pp.9-15.
- PIERUCCI, Antônio Flávio (2008b), Secularização e declínio do catolicismo. In: Souza, Beatriz Muniz de; Martino, Luís Mauro Sá (Orgs.). *Sociologia da Religião e Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo, Paulus: pp. 11-21.
- PIEURUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo (1996). Assim como não era no princípio: religião e ruptura. In: _____. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, p. 9-20.
- PRANDI, Reginaldo (1987). A arte de enterrar ou brevíssimas lições sobre a etiqueta da morte segundo a tradição paulista do interior. *Folha de S.Paulo*, pág. A3, 2 de novembro.
- PRANDI, Reginaldo (1996). Religião paga, conversão e serviço. *Novos Estudos*. São Paulo, Cebrap, n.45, jun.
- PRANDI, Reginaldo (2008). Converter indivíduos, mudar culturas. *Tempo social*. Vol. 20, n.2, p. 155-172.
- PRANDI, Reginaldo (2012). *Os mortos e os vivos: uma introdução ao espiritismo*. São Paulo: Três Estrelas.
- PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William. Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 5, p. 351-379, 2015.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- RHOADS, Loren (2017). *199 Cemeteries to See Before You Die*. Little, Brown Book Group.
- ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros (2001). *Igrejas e cemitérios: transformações nas práticas de enterramentos na cidade de Cuiabá (1850-1889)*. Dissertação Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

- RODRIGUES, Cláudia (2002). Nas fronteiras do além: o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII E XIX). Tese (Doutorado). UFF, Niterói.
- SANTOS, Renan William (2017). A salvação agora é verde: ambientalismo e sua apropriação religiosa pela Igreja Católica. 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SÃO PAULO, Serviço Funerário Municipal. *100 anos de Serviço Funerário*. Imprensa Oficial; São Paulo, 1977.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS (SES). SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (SFMSP). Memória & vida: morte e luto. São Paulo: SES, SFMSP, 2016.
- SIAL, Vanessa Viviane de Castro (2005). *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Campinas, SP.
- SILVA, Deuzair José da (2012). *A reinvenção do fim: lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História.
- TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Novos Estudos Cebrap*. v. 35, n. 1, pp. 93-109, 2016. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600010005>.
- TIMPANARO, Mirtes (2006). *A morte como memória: imigrantes nos cemitérios da Consolação e do Brás*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- VOVELLE, Michel (1989). A Revolução Francesa e seu eco. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 6 p. 25-45.
- WEBER, Max (1974). A psicologia social das religiões mundiais. In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.
- WEBER, Max (1974b). Burocracia. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1974.
- WEBER, Max (1979), Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright. *Max Weber. Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar: pp. 371-410
- WEBER, Max (1996). Introdução. In: WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Presença, p. 11 – 24.
- WILLAIME, Jean-Paul (2012). *Sociologia das religiões*. São Paulo: Unesp.
- WILLEMS, Emilio (1967). The followers of the new Faith: culture, change and the rise of protestantism in Brazil. Nashville: Vanderbilt University Press.
- WILSON, Bryan (1982), *Religion in sociological perspective*. Oxford, Oxford University Press.

44. Portal do Cemitério Consolação, em 2020



Fonte: foto de Reginaldo Prandi